



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

CAIO CAVALCANTE DOS SANTOS

**O QUILOMBO DA PRAÇA DOS TRÊS PODERES: Uma análise da  
atuação parlamentar em torno de uma agenda legislativa negra**

Recife  
2020

CAIO CAVALCANTE DOS SANTOS

**O QUILOMBO DA PRAÇA DOS TRÊS PODERES: Uma análise da  
atuação parlamentar em torno de uma agenda legislativa negra**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

**Orientadora:** Mariana Batista da Silva.

Recife  
2020

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S237q Santos, Caio Cavalcante dos.

O quilombo da Praça dos Três Poderes : uma análise da atuação parlamentar em torno de uma agenda legislativa negra / Caio Cavalcante dos Santos. – 2020.

165 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Mariana Batista da Silva.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2020.

1. Ciência Política. 2. Poder legislativo. 3. Deputados federais. 4. Legislação. 5. Negros. I. Silva, Mariana Batista da (Orientadora). II. Título.

320 CDD (22. ed.)

(BCFCH2021-009)

CAIO CAVALCANTE DOS SANTOS

**O QUILOMBO DA PRAÇA DOS TRÊS PODERES: Uma análise da  
atuação parlamentar em torno de uma agenda legislativa negra**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovada em 01/09/2020

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Mariana Batista da Silva  
(Orientadora)

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Gabriela da Silva Tarouco  
(Examinadora Interna)

---

Prof Dr <sup>o</sup>. Davi Cordeiro Moreira  
(Examinadora Interna)

Aos meus ancestrais, em especial a minha avó, Marina Ferreira Amorim, que nos ensinou o caminho da educação como forma de vida.

## AGRADECIMENTOS

Nossos passos vêm de longe e essa máxima faz sentido também na construção desse trabalho. O exemplo do meu pai, Ademir Damião e da minha mãe, Dálete Lago, foram fundamentais para a construção do meu entendimento sobre educação. Começo agradecendo aos dois pelo esforço de me dar todas as ferramentas possíveis para chegar até aqui.

Agradeço a minha irmã, Rani Santos, pelo simples fato de existir no quarto do lado de nossa casa desde sempre. A presença da família é fundamental para a motivação em cada passo dado na universidade.

Agradeço ao meu tio Almir Santos por também ser uma referência de negritude e masculinidade em minha construção. Agradeço aos meus avós, todos que estão aqui ainda e os que já se foram obrigado a Marina Ferreira, Palmira Lago, Sebastião Francelino e Armando dos Santos.

À minha companheira, Sheyla Xavier, pela dedicação, companheirismo e trocas durante essa trajetória, agradeço pela atenção de todo dia e por compartilhar comigo as belezas de um amor afrocêntrico.

Agradeço meus amigos e irmãos de infância, Ricardo Valente, Renan Campos, Guilherme Buregio, Luis Felipe Santos e Raíssa Barros, o apoio de vocês sempre foi um catalisador na minha vida.

Agradeço à todos os meus parceiros de universidade, Virtù e de trabalhos que surgiram à partir da UFPE, em especial aos meus queridos amigos, João Ricardo, Luís Paulo Santana, Raquel Freitas, Renata Bezerra, Hugo Mariz e Pedro França.

A trajetória no mestrado também fortaleceu laços com pessoas que sempre admirei e outras que pude conhecer melhor sua essência. Agradeço à Renata Cavalcanti, Everton Lira, Marcio de Lucas, Eliza Salvador, Papa Sufre, Lays Alves e Raíssa Silveira.

Duas pessoas foram muito importantes na realização dos testes e análises desse trabalho. Agradeço a Lilian Carvalho, que foi uma mentora e é uma amiga querida. Graças a seu maravilhoso trabalho na construção do score de eficácia esse trabalho conseguiu se realizar. Agradeço também Marcus Víncius Torres, pela ajuda nas horas de extrema necessidade, com dicas e sugestões na metodologia do trabalho. Eu me orgulho de chamar esses dois grandes acadêmicos de amigos.

Agradeço a Bianca Falcão, Igor Salgueiro, Bruno Leão, Johana Luna, Victor Hugo Soares, Vinicius Montarroios, Rudah Lopes, Maria Eduarda Cazé, Nathália Montarroios,

Mariana Pontes, Sâmara Carvalho e Renata Monteiro, meus amigos queridos de longa data que tanto me ajudaram nas horas boas e ruins desses dois anos de mestrado.

Agradeço à minha sócia, irmã e referência profissional, Luciana Góes, que junto comigo está criando maneiras de colocar a representatividade em evidência na comunicação, no mercado de trabalho e na política de Pernambuco.

Além disso agradeço aos meus companheiros da Vendaval Impacto Social que me ajudaram a mobilizar coragem para criar negócios e ferramentas para explorar o potencial intelectual que construí durante oito anos de UFPE, muito obrigado a Pedro de Sá, Maria Eduarda Dantas, Lucas Lima, Tereza Vasconcelos, Flavius Falcão, Hugo Bressani e João Anselmo.

Agradeço a todos os pretos e pretas militantes com quem eu tive o prazer de conviver nos últimos anos, seja na Articulação Negra de Pernambuco ou no Coletivo Afronte, organizações que me orgulho de participar. Em especial, agradeço aos meus amigos Eduarda Nunes, João Pedro Simões, Gilson Rodrigues, Hallana de Carvalho, Igor Travassos e meu primo Yego Santos.

Agradeço a paciência, o cuidado e os ensinamentos de minha orientadora Mariana Batista, minha grande mentora na universidade, alguém por quem sinto muito orgulho de tudo que faz e da forma que conduz seu trabalho. Agradeço por tudo sempre e continuarei agradecendo, muito obrigado por tudo Professora.

Por fim agradeço a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco por acreditar no meu projeto desde o começo. As próximas páginas vão trazer os negros do Brasil pro centro do debate da ciência política nacional.

Caracteriza-se o racismo brasileiro por uma aparência mutável, polivalente, que o torna único; entretanto, para enfrentá-lo, faz-se necessário travar a luta característica de todo e qualquer combate antirracista e anti-genocida (NASCIMENTO; ABDIAS, 2016, p. 169).

## RESUMO

Este trabalho realizou análise de 12 anos de trabalho legislativo focado na atuação parlamentar em torno do que chamamos de agenda negra legislativa, tipos de políticas que afetam a população negra do Brasil. De cerca de 38 mil proposições entre as 53<sup>a</sup> 54<sup>a</sup> e 55<sup>a</sup> legislaturas apenas 378 estão dentro da tipologia proposta em nossa classificação. O trabalho analisou o interesse propositivo e a eficácia legislativa dos deputados durante esses três mandatos, levando em consideração principalmente a participação dos parlamentares nas frentes parlamentares de temática racial, sua ligação com o movimento negro e a raça. Além disso também propomos uma análise do perfil político de uma seleção de deputados dentro das frentes parlamentares, como resultado encontramos perfis diferentes de deputados dentro da temática. Concluimos que deputados negros se diferenciam dos demais nesse sentido, mesclando dos conceitos de representação política a representação descritiva e a substantiva. Começamos neste trabalho um caminho de percepção, trazendo o debate racial para a ciência política.

**Palavras-Chave:** Estudos Legislativos. Raça. Representação Política. Frentes parlamentares.

## **ABSTRACT**

This dissertation has analyzed 12 years of legislative work focusing on parliamentary action around what is called “the black legislative agenda”, which refers to different kinds of policies that affect the black Brazilian population. Out of 38 thousand propositions between the 53rd, 54th and 55th legislative terms, only 387 of those fit the typology proposed in our classification. This work has analyzed propositive interest as well as legislative efficiency amongst congressman across these three mandates, taking into consideration mainly their participation in parliamentary fronts about race, their participation and connection with black movements and their race. In addition, we also propose an analysis of the political profile of a selection of deputies within parliamentary fronts, as a result we find different profiles of deputies within the theme. This work has paved a road for perception, bringing the racial debate to political science.

**Keywords:** Legislative studies. Race. Political Representation. Parliamentary fronts.

## **LISTA DE FIGURAS**

|                                                                                                                                   |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Figura 1 - Linha do tempo das políticas raciais do Brasil pós Abolição da escravidão ...</b>                                   | <b>26</b> |
| <b>Figura 2 - Número de integrantes das frentes parlamentares de temática antirracista nas<br/>53ª 54ª 55ª Legislaturas .....</b> | <b>31</b> |
| <b>Figura 3– Variáveis endógenas e exógenas dos estudos legislativos brasileiros .....</b>                                        | <b>43</b> |
| <b>Figura 4 - Modelo para testar os efeitos dos atributos sobre a eficácia.....</b>                                               | <b>52</b> |
| <b>Figura 5 - Etapas do processo legislativo e os valores de tramitação dos projetos.....</b>                                     | <b>61</b> |
| <b>Figura 6 - Valores de tramitação dos projetos em dupla caracterização. ....</b>                                                | <b>61</b> |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                                                                                                                                           |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1 - Composição partidária da frente parlamentar em defesa da igualdade racial .....                                                                                                                               | 32 |
| Gráfico 2– Posicionamento ideológico dos integrantes da frente parlamentar pela igualdade racial.....                                                                                                                     | 33 |
| Gráfico 3 - Composição partidária da Frente Parlamentar pela igualdade racial e em defesa dos quilombolas .....                                                                                                           | 34 |
| Gráfico 4 - Posicionamento ideológico dos deputados da frente parlamentar pela igualdade racial e em defesa dos quilombolas.....                                                                                          | 35 |
| Gráfico 5 - Composição partidária da frente parlamentar mista Brasil-África com participação popular em enfrentamento ao racismo.....                                                                                     | 36 |
| Gráfico 6 - Posicionamento ideológico dos deputados da Frente Parlamentar Mista Brasil- África com participação popular em enfrentamento ao racismo. ....                                                                 | 38 |
| Gráfico 7 - Percentual de proposições classificadas por categorias da tipologia de políticas da agenda negra do Brasil .....                                                                                              | 70 |
| Gráfico 8 - Percentual de proposições de autoria de integrantes ou não das frentes parlamentares .....                                                                                                                    | 71 |
| Gráfico 9 - Percentual de proposições da agenda negra classificadas por Unidades da Federação .....                                                                                                                       | 72 |
| Gráfico 10 - Percentual de Proposições da Agenda negra classificadas pelos partidos dos autores .....                                                                                                                     | 72 |
| Gráfico 11 - Percentual de Proposições da Agenda negra classificadas pela ideologia partidária dos autores .....                                                                                                          | 74 |
| Gráfico 12 - Percentual de deputados que demonstraram interesse propositivo dentro da agenda legislativa negra entre as 53ª 54ª e 55ª legislaturas .....                                                                  | 78 |
| Gráfico 13 - Comparativo percentual entre os deputados propositores e os não propositores tendo como recorte a participação ou não nas frentes parlamentares de temática racial entre as 53ª 54ª e 55ª legislaturas ..... | 78 |
| Gráfico 14 - Gráfico de distribuição dos coeficientes gerados a partir do modelo de regressão proposto.....                                                                                                               | 82 |
| Gráfico 15 - Média do score da eficácia legislativa levando em consideração a participação ou não da frente parlamentar de temática racial.....                                                                           | 83 |

|                                                                                                                                                              |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 16– Média do score da eficácia legislativa levando em consideração a raça dos deputados .....                                                        | 83 |
| Gráfico 17– Média do score da eficácia legislativa levando em consideração o sexo dos deputados .....                                                        | 84 |
| Gráfico 18 - Média do score da eficácia legislativa levando em consideração o sexo dos deputados .....                                                       | 84 |
| Gráfico 19 - Percentual de deputados na análise da eficácia legislativa considerando Sexo .....                                                              | 86 |
| Gráfico 20– Percentual de deputados na análise da eficácia legislativa considerando Raça .....                                                               | 86 |
| Gráfico 21 - Percentual de deputados na análise da eficácia legislativa considerando Ligação com Movimento Negro .....                                       | 87 |
| Gráfico 22- Gráfico de distribuição dos coeficientes gerados a partir do modelo de regressão linear tendo o score de eficácia como variável dependente ..... | 88 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                                                                                            |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 - Tipos de política que impactam a população negra do Brasil .....                                                                                                | 55  |
| Quadro 2 - Termos utilizados no filtro de palavras da indexação da Câmara dos deputados.....                                                                               | 58  |
| Quadro 3-Variáveis selecionadas para o teste da primeira hipótese, tendo como variável dependente a proposição nas temáticas da agenda negra entre as 53ª, 54ª e 55ª ..... | 60  |
| Quadro 4 - Variáveis a serem testadas tendo como Variável Dependente o Score de Eficácia legislativa das proposições da agenda negra.....                                  | 62  |
| Quadro 5 - Categorias para análise de perfil político .....                                                                                                                | 64  |
| Quadro 6 - Análise do perfil político da deputada Jô Moraes do PC do B de Minas Gerais.....                                                                                | 91  |
| Quadro 7 - Análise do perfil político do Deputado Márcio Marinho do Republicanos da Bahia .....                                                                            | 92  |
| Quadro 8 - Análise do perfil político da Deputada Moema Gramacho do PT da Bahia .                                                                                          | 95  |
| Quadro 9 - Análise do perfil político do Deputado André Fufuca do PP do Maranhão .                                                                                         | 96  |
| Quadro 10 - Análise do perfil político da Deputada Janete Rocha Pietá do PT de São Paulo .....                                                                             | 97  |
| Quadro 11- Análise do perfil político do Deputado Domingos Dutra do Solidariedade do Maranhão .....                                                                        | 99  |
| Quadro 12 - Análise do perfil político do Deputado Celso Maldaner do MDB de Santa Catarina.....                                                                            | 100 |
| Quadro 13– Análise do perfil político da deputada Aline Corrêa do PP de São Paulo .                                                                                        | 102 |
| Quadro 14 - Análise do perfil político da deputada Benedita da Silva do PT do Rio de Janeiro .....                                                                         | 103 |
| Quadro 15 - Análise do perfil político do deputado Orlando Silva do PC do B de São Paulo .....                                                                             | 104 |

## **LISTA DE TABELAS**

|                                                                                          |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Tabela 1 - Situação das proposições da Agenda negra na Câmara dos Deputados .....</b> | <b>76</b> |
| <b>Tabela 2– Resultados dos coeficientes da Regressão logística .....</b>                | <b>80</b> |

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

|               |                                                      |
|---------------|------------------------------------------------------|
| <b>CPI</b>    | Comissão Parlamentar de Inquérito                    |
| <b>DEM</b>    | Democratas                                           |
| <b>IBGE</b>   | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística      |
| <b>FNB</b>    | Frente Negra Brasileira                              |
| <b>LGBTQI</b> | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer e Intersexo |
| <b>MNU</b>    | Movimento Negro Unificado                            |
| <b>PT</b>     | Partido dos Trabalhadores                            |
| <b>PMDB</b>   | Partido do Movimento Democrático Brasileiro          |
| <b>PP</b>     | Partido Progressista                                 |
| <b>PSL</b>    | Partido Social Liberal                               |
| <b>PSDB</b>   | Partido da Social Democracia Brasileira              |
| <b>PSD</b>    | Partido Social Democrático                           |
| <b>SD</b>     | Solidariedade                                        |
| <b>PSB</b>    | Partido Socialista Brasileiro                        |
| <b>PR</b>     | Partido Republicano                                  |
| <b>PCdoB</b>  | Partido Comunista do Brasil                          |
| <b>PTB</b>    | Partido Trabalhista do Brasil                        |
| <b>PRB</b>    | Partido Republicano Brasileiro                       |
| <b>PPS</b>    | Partido Popular Socialista                           |
| <b>PDT</b>    | Partido Democrático Trabalhista                      |
| <b>PSOL</b>   | Partido do Socialismo e Liberdade                    |
| <b>PROS</b>   | Partido Republicano da Ordem Social                  |
| <b>PSC</b>    | Partido Social Cristão                               |
| <b>PMN</b>    | Partido da Mobilização Nacional                      |
| <b>PRP</b>    | Partido Republicano Progressista                     |

## SUMÁRIO

|          |                                                                                                                                                    |           |
|----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                            | <b>18</b> |
| <b>2</b> | <b>OS 55% E O DEBATE RACIAL NO BRASIL.....</b>                                                                                                     | <b>21</b> |
| 2.1      | OS NEGROS E A POLÍTICA .....                                                                                                                       | 21        |
| 2.2      | MINHA COR É O BRASIL? .....                                                                                                                        | 27        |
| 2.3      | POVO NEGRO NO LEGISLATIVO: PRESENTE! MAS NEM TANTO. O QUE FAZER ENTÃO?.....                                                                        | 29        |
| <b>3</b> | <b>REVISÃO DE LITERATURA .....</b>                                                                                                                 | <b>39</b> |
| 3.1      | EU SOU PORQUE NÓS SOMOS: REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA E SUBSTANTIVA EM DEBATE.....                                                                     | 39        |
| 3.2      | A REPRESENTAÇÃO RACIAL NOS ESTUDOS LEGISLATIVOS: ADAPTAÇÃO DE CONTEXTOS, INTERESSE PROPOSITIVO E A EFICÁCIA LEGISLATIVA DA AGENDA NEGRA .....      | 41        |
| 3.2.1    | Estudos Legislativos no Brasil: variáveis exógenas, endógenas e a importância das frentes parlamentares no debate sobre atuação das minorias ..... | 42        |
| 3.2.2    | O interesse propositivo como um vetor de aproximação entre negros e parlamentares .....                                                            | 47        |
| 3.2.3    | A eficácia legislativa .....                                                                                                                       | 50        |
| 3.3      | PROPONDO UMA (NOVA) AGENDA NEGRA .....                                                                                                             | 54        |
| <b>4</b> | <b>MÉTODO.....</b>                                                                                                                                 | <b>57</b> |
| 4.1      | QUESTÃO DE PESQUISA, HIPÓTESES E MEDIDAS DE MENSURAÇÃO .....                                                                                       | 57        |
| 4.2      | DADOS E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES .....                                                                                                        | 57        |
| 4.3      | DISCUTINDO VARIÁVEIS E MODELOS .....                                                                                                               | 58        |
| 4.3.1    | Proposições com temáticas raciais .....                                                                                                            | 59        |
| 4.3.2    | Eficácia Legislativa.....                                                                                                                          | 60        |
| 4.4      | ANÁLISE DE PERFIL POLÍTICO .....                                                                                                                   | 64        |
| <b>5</b> | <b>RESULTADOS.....</b>                                                                                                                             | <b>65</b> |
| 5.1      | A CÂMARA DOS DEPUTADOS DE 2007 À 2018.....                                                                                                         | 65        |
| 5.2      | HABEMUS AGENDA – AS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS QUE ESTÃO DENTRO DA AGENDA DA POPULAÇÃO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PRÓ POVO NEGRO DO BRASIL .....       | 66        |

|          |                                                                                                                                                    |            |
|----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 5.3      | INTERESSE PROPOSITIVO X APATIA PROPOSITIVA .....                                                                                                   | 76         |
| 5.4      | EFICÁCIA LEGISLATIVA .....                                                                                                                         | 82         |
| 5.5      | ANÁLISE DE PERFIL POLÍTICO .....                                                                                                                   | 89         |
| <b>6</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                                                  | <b>108</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                                           | <b>112</b> |
|          | <b>APÊNDICE A - DEPUTADOS SIGNATÁRIOS DA FRENTE PARLAMENTAR<br/>PELA IGUALDADE RACIAL NA 53ª LEGISLATURA .....</b>                                 | <b>121</b> |
|          | <b>APÊNDICE B - DEPUTADOS SIGNATÁRIOS DA FRENTE PARLAMENTAR<br/>PELA IGUALDADE RACIAL E EM DEFESA DOS<br/>QUILOMBOLAS NA 54ª LEGISLATURA .....</b> | <b>127</b> |
|          | <b>APÊNDICE C - DEPUTADOS SIGNATÁRIOS DA FRENTE PARLAMENTAR<br/>MISTA BRASIL-ÁFRICA DE ENFRENTAMENTO AO<br/>RACISMO NA 55ª LEGISLATURA.....</b>    | <b>132</b> |
|          | <b>APÊNDICE D - DEPUTADOS INTERESSADOS NA AGENDA NEGRA QUE<br/>PARTICIPARAM DA ANÁLISE DA EFICÁCIA E SEUS SCORES<br/>RESPECTIVOS .....</b>         | <b>138</b> |
|          | <b>APÊNDICE E - PROPOSIÇÕES CLASSIFICADAS DENTRO DA AGENDA<br/>NEGRA.....</b>                                                                      | <b>143</b> |
|          | <b>APÊNDICE F - PARTIDOS CLASSIFICADOS PELA IDEOLOGIA.....</b>                                                                                     | <b>164</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Como os negros são representados na Câmara dos deputados? Este é o questionamento primordial para entender a especificidade da situação política de um grupo étnico-racial majoritário no país: os afro brasileiros<sup>1</sup>. A realidade e os números indicam que os negros estão praticamente fora das decisões políticas no país, o grupo representa atualmente 20% dos parlamentares no Congresso Nacional, nos dando a ideia de um parlamento embranquecido e desequilibrado em questão de representatividade. A literatura nos indica caminhos para solucionar esse problema, um deles vem das frentes parlamentares, onde deputados se juntam para discutir temas específicos de forma supra partidária. Este trabalho pretende analisar a atuação das frentes parlamentares de temática racial na Câmara dos Deputados do Brasil.

Como recorte temporal a pesquisa observou atuação de deputados federais entre as 53<sup>a</sup>, 54<sup>a</sup> e 55<sup>a</sup> legislaturas, períodos em que foram criadas três frentes parlamentares para discussão de temas voltados à população afrodescendente do país, sendo elas: Frente Parlamentar Mista Pela Igualdade Racial e em Defesa dos Quilombolas, Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial além da Frente Parlamentar Mista Brasil-África com Participação Popular de Enfrentamento ao Racismo. O interesse aqui é de analisar a produção legislativa dos integrantes dessa organização legislativa e a defesa feita por eles de suas propostas dentro do parlamento. No período observado o debate racial no Brasil ganhou um novo corpo, onde, na prática, foi estabelecido um investimento maior em políticas afirmativas como a de cotas raciais para universidades e alguns concursos públicos. Entendendo a importância dos dados que apontam e evidenciam o crescimento cada vez maior da população negra nacional, este trabalho analisou as maneiras em que o poder legislativo observa e coloca os afro-brasileiros dentro do debate interno e da construção de políticas públicas.

Mas qual seria a agenda política voltada à população negra do Brasil? A literatura sobre o tema nos respondeu até aqui que quando se fala em uma agenda legislativa negra estamos falando em proposições que punam e criminalizem atos de racismo e a discriminação racial, promovam aspectos simbólicos como a criação e a defesa de datas comemorativas voltadas a esse seguimento da população, a busca por reparação a descendentes de escravizados e a proteção dos direitos de Quilombolas<sup>2</sup>, além de ações afirmativas, políticas focais que alocam

---

<sup>1</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera como negras todas as pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas no Brasil.

<sup>2</sup> População descendente de negros escravizados que ainda vivem em comunidades rurais caracterizadas pela agricultura de subsistência e por manifestações culturais com forte vínculo ao passado. Retirado de: <http://www.cerratinga.org.br/populacoes/quilombolas/>. Acesso em 25 de Junho de 2018 às 12:39.

recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão sócio econômica, no geral essas políticas se destinam a aumentar a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e no reconhecimento cultural (MILLER, 1989; HERO E TOLBERT, 1995; JOHNSON, 1999; HTUN, 2004; GAMBLE, 2007; LIMA, 2010). Além disso a discussão leva em consideração uma noção mais tradicional da área de Políticas Públicas, percebendo a existência de políticas com um impacto concentrado à população negra mas que foram criadas para toda a sociedade, existindo a possibilidade dos efeitos serem diferentes entre os negros e os não negros (KRAUSE E WHITIBY, 2001).

As frentes parlamentares já citadas se tornam foco de análise como principais vetores desta discussão onde há possibilidade de a maioria da população brasileira conseguir encontrar, em algumas medidas, uma forma de ter suas demandas atendidas na construção de políticas públicas. Entender quem são os políticos responsáveis por preencher a lacuna representativa no parlamento, defendendo a temática dentro de todo o processo legislativo, é o objetivo central.

Nossa análise pauta no entendimento do conceito de representação substantiva, proposto por Hannah Pitkin (1970). Este conceito nos ajudará na avaliação da atuação dos deputados, principalmente pela importância que a relação entre representante e grupo social relatado na literatura (DAWNSON, 1994; MAINSBRIDGE, 1999, 2003; BAUMGARTNER e LEECH, 1998; YOUNG, 2006; BAUMGARTNER et al, 2009).

Além disso guiados pela literatura dos estudos legislativos e da representação racial, também analisamos variáveis como raça, ligação com o movimento negro e a ideologia partidária incluídas por entendermos esses fatores como motivadores para o trabalho parlamentar em temáticas como da agenda negra (JONES, 1976; GUIMARÃES, 1996; 2001; 2004; KOSSLING, 2008; SOARES, 2012 ROBINSON e DYE, 1978; CAMERON, 1996; LUBLIN, 1999; PREUHS, 2006; MARCHALL, RUL e SHAH, 2010).

Considerando a atuação parlamentar e os fatores que levam a uma representação substantiva, formulamos a seguinte pergunta de pesquisa: *Quais variáveis explicam uma atuação parlamentar em prol da população negra do Brasil?*

Para responder a pergunta, realizamos dois testes estatísticos que consideram o interesse propositivo dos deputados dentro das três legislaturas selecionadas e a eficácia dos deputados interessados na agenda negra em defender seus projetos. Questões de dados disponíveis e de análises da literatura vão ser discutidas mais adiante, justificando a construção e o desenho dos modelos.

Importante frisar que entendemos as frentes parlamentares como a principal variável de nossos testes, considerando todo o contexto da sub representação de negros na câmara, esperamos que as frentes se mostrem as principais responsáveis por defender, legislar e aprovar pautas negras no parlamento.

Além disso, como uma forma de aprofundar a análise, buscamos entender quem são os deputados identificados como integrantes das frentes parlamentares. Assim propusemos uma análise de perfil de dez deputados de acordo com a raça, a classe, seu histórico político e de relações com os movimentos negros.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos, além desta introdução e de suas considerações finais. No primeiro capítulo discutiremos o debate racial no Brasil, as especificidades e os contextos sociopolíticos que nos levaram a realidade encarada hoje, entendemos os fenômenos das frentes parlamentares como o último passo da evolução política do debate racial. Por isso também incluímos uma análise sobre as três frentes analisadas já no primeiro capítulo.

O interesse inicial foi de construir uma reflexão aliando teorias sociais sobre o racismo brasileiro com os dados de representação política e, talvez principalmente, os dados que demonstram o quanto os negros no Brasil estão vulneráveis a diversas mazelas sociais.

O segundo capítulo discute teorias específicas da ciência política dentro da temática dos estudos de representação política e de atuação legislativa, além de terminar propondo uma agenda legislativa da população negra, chamada aqui de agenda legislativa negra. No terceiro capítulo apresentamos o desenho de pesquisa do trabalho, seus métodos e dados, terminando no quarto capítulo com os resultados das análises.

Este projeto possui contribuições importantes para o debate racial dentro da ciência política, quase inexistente no Brasil. Além disso a utilização de nossas variáveis dependentes interesse propositivo e eficácia legislativa dialogam com o conceito clássico de representação substantiva (1969).

Entendemos que nossa análise começa a reparar um vácuo analítico tirando do banco de reservas a discussão sobre raça na ciência política brasileira. Esperamos que no futuro, novos trabalhos continuem melhorando essa análise e ajudando o Brasil a entender os motivos de tanta apatia envolta do tema. Começaremos a discutir as raízes de tudo isso no capítulo a seguir.

## 2 OS 55% E O DEBATE RACIAL NO BRASIL

### 2.1 OS NEGROS E A POLÍTICA

Quando falamos de representação e interesses da população negra é difícil estabelecer uma separação analítica entre estes assuntos e a história escravagista do Brasil. Vivemos em um dos últimos países da América a aderir a abolição da escravatura e responsável por receber cerca de 46% dos africanos escravizados no mundo entre 1550 há 1856 (ALLENCASTRO, 2018).

Muitos estudiosos discutem a existência de outros tipos de escravidão que existiram no mundo antes do que ocorreu na África, alguns inclusive acreditam que a diáspora africana, termo cunhado pelos historiadores Joseph Harris e Shepperson George durante a conferência da Unesco na Universidade de Dar es Salaam, na Tanzânia em 1965, é um processo como tantos outros de escravidão (BETHENCOURT, 2015).

De outra maneira, há uma tendência dentro de antropólogos, historiadores e cientistas sociais de compreenderem os processos da escravidão dos africanos e dos seus descendentes como algo diferente do que foi feito em alguns momentos da História da humanidade. A diferença se estabelece na utilização expressa e agressiva de um povo como um instrumento econômico e um meio de produção.

Ao contrário de outros escravizados, que em épocas passadas viravam servos por dívidas ou por consequências de guerras (como também aconteceu em várias nações Africanas) o comércio de negros ao redor do globo se transformou num método econômico. A exploração foi feita de forma compulsória e afetando um continente inteiro até hoje além de levar desdobramentos para os locais em que a diáspora foi principal fonte de riqueza de países e colônias.

É importante ressaltar que além dos seus corpos explorados até o fim de sua energia vital os escravizados também transportaram consigo seus costumes, sua cultura, noções religiosas e formações políticas de sua terra natal (SCHWARCZ e STERLING, 2015).

Só se pode entender a montagem de uma instituição do porte do escravismo moderno atentando-se para a articulação entre a criação de colônias no ultramar e seu funcionamento sob a forma de grandes unidades produtoras voltadas para o mercado externo, a monocultura em larga escala exigia um grande contingente de trabalhadores que deveriam se submeter a uma rotina espinhosa, sem ter nem lucro nem motivação pessoal. Recriou-se, desse modo, a escravidão em novas bases, com a utilização de mão de obra compulsória (SCHWARCZ e STERLING, 2015).

Pesquisas também nos mostram a existência, desde a abolição no fim do século XIX, de organizações associativas de negras e negros formalizadas que mantinham tradições do período da escravidão em que os escravizados se juntavam para proteção física e manutenção de sua cultura como grupo. Duas organizações se destacam nesse período: A Guarda Negra da Redentora, que tinha como principal objetivo garantir a segurança da Princesa Isabel instituída na corte brasileira no segundo semestre de 1888 sendo portanto uma organização monarquista e de manutenção política do status quo; e o Club Republicano dos Homens de Cor norteado pela defesa do fim dos privilégios privados, valorização democrática e uma ideia de redenção da pátria, essa organização não se via representada pelo sistema político-social vigente no país e entendia a monarquia como um dos principais vetores dos da escravidão do Brasil (DOMINGUES, 2018).

Apesar de conflitantes em questões político-institucionais as duas organizações tinham no seu cerne a mesma direção, promover a integração do povo negro dentro da sociedade, fazendo o que as leis do governo brasileiro não conseguiram fazer, dando novos significados ao ‘ser negro no Brasil’, a Guarda negra, por exemplo, é provavelmente a primeira instituição a utilizar o termo “negro” no sentido positivo e político da palavra (DOMINGUES, 2018).

Outras organizações foram se formando no início do século XX, carregando um ideal de garantia do lazer e da cultura da população negra, sendo uma quebra na dura realidade do período que coincide com a formação das moradias urbanas conhecidas como favelas e na ausência de políticas públicas do Estado brasileiro que garantisse a demanda pela integração dos negros no Brasil pós escravocrata (FERNANDES, 1978; SIMÕES, 2005).

Estima-se que, somente na cidade de Porto Alegre, surgiram 72 organizações entre 1889 e 1920; já em São Paulo foram 123, entre 1907 e 1937, segundo Petrônio Domingues, no Dicionário da Escravidão e Liberdade (2018) em linhas gerais as instituições eram regidas por um estatuto e tinham um quadro administrativo eleito, incluindo cargos eletivos e administrativos; algumas possuíam sede social e outras alugavam salões para o seu funcionamento e para a realização de eventos (DOMINGUES, 2018).

Porém, a robustez do que se convencionou a chamar de “movimento associativo dos homens de cor” apareceu nacionalmente com a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB) na década de 1930, destacada das demais pelo seu tempo de atuação, por suas atividades políticas no país e que sofreu com as divergências e animosidades políticas da época gerando dentro da FNB uma divisão consolidada pela criação da Legião Negra, uma espécie de guarda composta por homens negros que apoiavam o exército constitucionalista, existindo até os anos 1960 com

o intuito de defender a população negra (OLIVEIRA, 2002; DOMINGUES, 2007, 2008 e 2018).

Aliados com a atuação da FNB e da Legião Negra outras instituições foram criadas ao redor do Brasil, esse movimento associativo foi prejudicado com o Golpe Militar de 1964, sofrendo uma pausa da capacidade organizativa dos negros no país. Com a relativa abertura do regime na década de 1970 foi possível uma revitalização do “movimento negro” nome reduzido e atrelado às organizações que viriam a surgir e causar impacto na atuação político-social do grupo social, como o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNU) instituição ativa na construção da Constituição Cidadã (1988) a mais democrática e inclusiva racialmente falando da história do país (COVIN, 1990; SILVA, 2002; ALBERTI e PEREIRA, 2005; RIOS, 2012).

É portanto fácil perceber que, se não existe uma representatividade em instituições formais e políticas no Brasil, existe um conjunto de associações e organizações espontâneas desde o período da Abolição no país. A população negra brasileira nunca se excluiu do debate e da busca por resoluções de problemas dentro do seu cenário e isso se reflete nas Frentes Parlamentares hoje vigentes no parlamento que tentam incorporar uma agenda negra dentro dos espaços de poder:

Conhecer a história das associações negras é importante para entender as condições em que os negros levaram adiante a sua luta e as dificuldades que encontraram pelo caminho. Esses grupos impulsionaram o sentimento de pertencimento, construíram e preservaram laços de solidariedade racial. Contribuíram para a percepção das desigualdades e discriminações raciais em nossa sociedade, animando assim os movimentos de reivindicação por direitos e cidadania. Ainda mais, colaboraram para manter viva uma experiência de resistência e ação coletiva que remonta à época da escravidão (DOMINGUES, 2018).

A presença dos negros como força política e em movimentos organizados, apesar de ser consolidada, também conviveu e convive até hoje com ideologias e movimentos contrários, as instituições brasileiras talvez sejam as mais atrasadas em suas assimilações quanto ao fim da escravidão. Após a Lei Aurea de 1888 existiram dificuldades na inserção dos ex escravizados e seus familiares dentro de uma sociedade rural, escravocrata e monárquica, o poder público nacional pouco se preocupou com essa fase de transição, deixando as pessoas negras alheias à marginalização urbana ou a manutenção de velhas relações com seus antigos senhores (VIEIRA, 2006; PARÉS, 2014; DA COSTA, 2015).

Além da negligência política mesmo após a proclamação da República, o Brasil passou a se preocupar muito mais com a constituição racial e étnica de sua população do que com a inserção e reparação dessas vidas. Dentro desta realidade começa a surgir o Movimento Eugenista do Brasil onde nomes como João Baptista de Lacerda, Miguel Couto e Renato Kehl disseminaram a ideologia entre os acadêmicos brasileiros, adaptando as noções e teorias racistas do pesquisador de biogenética Francis Galton, criador do termo. Em 1914, através da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em tese orientada por Miguel Couto se consolidou como força e voz ressonante na construção de muitas políticas nacionais, Couto inclusive influenciou a constituinte de 1933(SOUZA, 2006; ROCHA, 2011; Dos Santos, 2012).

Encantado com as ideias trazidas por Couto, o médico e sanitarista Renato Kehl é citado por diversos estudiosos do assunto como o pai da eugenia no Brasil, paternidade atribuída pela defesa e o esforço do médico em promulgar a teoria já que para ele a academia precisava se esforçar muito mais para a limpeza racial no país. Kehl é o autor do livro mais famoso deste movimento, intitulado como *Lições de Eugenia* onde o autor define o termo como a melhora progressiva da espécie e a boa procriação (NALI, 2005).

Esse movimento teve profundo impacto e capilaridade na política nacional e conseguiu adentrar inclusive no imaginário da própria comunidade negra, a ideologia eugenista foi legitimada ou assimilada cotidianamente por setores da população negra e com efeito, essa assimilação converteu-se num mecanismo de inserção psicossocial dos negros em um mundo dominado pelos brancos (DOMINGUES, 2002).

Falando em políticas públicas de saúde, foi na capital brasileira da época, a cidade do Rio de Janeiro, que a ideologia se propagou com mais força, se espalhando pelo país em seguida, tendo na medicina um de seus maiores braços ativos:

Assim, enquanto na Bahia o discurso da eugenia representou uma acomodação no Rio de Janeiro levou a uma atuação médica cada vez mais agressiva. Ou seja, habituados a liderar amplos programas higiênicos e campanhas de vacinação compulsória, pretendiam os médicos cariocas agora, com a implementação de medidas eugênicas, encontrar uma forma de continuísmo em seu projeto de inserção social. Tratava-se de mais uma modalidade de controle, sendo que, neste caso, estava em questão a possibilidade de prever a futura geração do país e eliminar a descendência não desejável (SCHWARCZ, 2017, p. 310).

A evolução do discurso eugenista no país foi a corrente teórica que abordava com afinco a existência de uma democracia racial tupiniquim, onde a miscigenação brasileira era louvada como uma convivência harmoniosa da população nacional (ANDREWS, 1997; SALES, 2006).

Apesar do esforço, essa crença numa democracia racial não se sustenta se olharmos rapidamente para as legislações e políticas predominantes no nosso passado. Segundo Abdias Nascimento, no livro *Genocídio do negro brasileiro* (2016), as leis de imigração nos períodos pós abolição foram concebidas com o intuito maior de embranquecer o país.

Em junho de 1890 por exemplo um decreto foi baixado para permitir a entrada de imigrantes de todo o mundo de forma deliberada as únicas exceções eram indígenas asiáticos e africanos, estes só entrariam no país com a autorização do Congresso Nacional (NASCIMENTO, 2016). Além disso, registros do parlamento nacional na década de 1920 indicam um número grande de discussões quanto a validade e necessidade de se aprovar leis proibitivas a entrada de pessoas negras no país, sendo assim, mais uma vez o controle populacional através da raça era hegemônico na política.

Outro registro vem do governo de Getúlio Vargas, em 18 de Setembro de 1945, o presidente lança o Decreto-Lei de número 7967 regulando a entrada de imigrantes de acordo com a necessidade de preservar e desenvolver a composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia (NASCIMENTO, 2016).

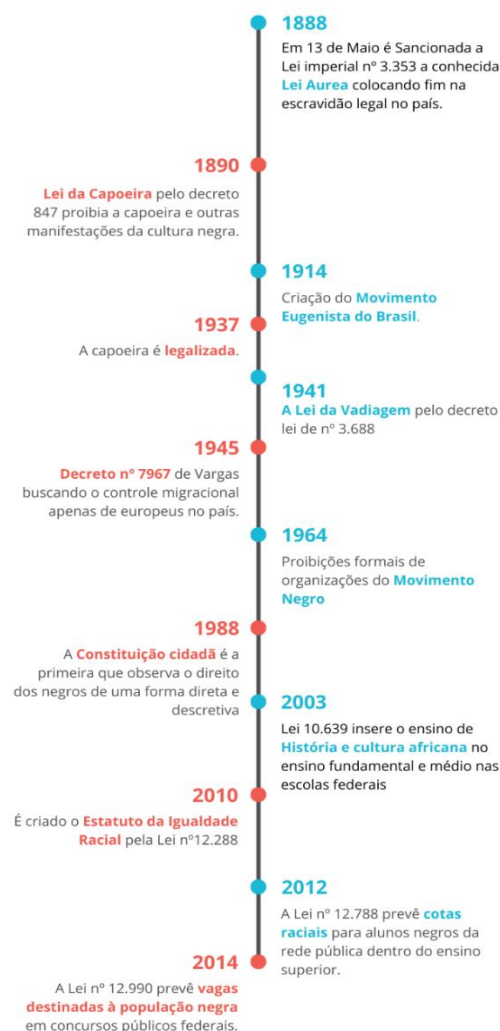
Em suma, boa parte do século XX o Brasil se concentrou em controlar a constituição étnica de sua população, seja por meios agressivos através do movimento eugenista, seja pela aceitação e normalização encabeçada pelos estudiosos e intelectuais, principalmente os que vieram após os anos 1930 e que pretendiam por muito tempo negar a existência do racismo no país (ANDREWS, 1997; SALES, 2006).

Tanto eugenistas quanto teóricos da democracia racial consolidavam um discurso de normalização do período escravocrata e como vozes vigorosas dentro das instituições de poder conseguiam frear os movimentos associativos e organizações de grupos negros políticos que visavam mudanças mais profundas e necessárias (DOMINGUES, 2008). Considerando que a análise aprofundada de todas as políticas adotadas que impactaram a população negra até aqui no país, a figura 1 resume em uma linha do tempo as principais políticas de raça da abolição em diante.

O que a teoria social nos diz até aqui é que não existe História da população negra no Brasil sem o contexto político, sem entender os papéis protagonizados por pessoas negras na atividade política nacional. Da mesma forma, que é quase impossível deixar de fora de qualquer análise social sobre o tema a realidade e as dificuldades dessas lideranças adentrarem o âmbito institucional das arenas políticas. Como exemplo, a primeira senadora negra da história do Brasil Benedita da Silva pelo partido dos trabalhadores, foi eleita apenas em 1994, a república já tinha mais de cem anos de história.

A realidade brasileira grita através de números e pesquisas uma lacuna entre negros e brancos que perpassam todos os âmbitos da sociedade nacional, da representação política as demandas por segurança, educação e saúde, os dados nos mostram um Brasil diferente para negros e brancos. Essa realidade discrepante é sem dúvidas resultado marcante da construção política, acadêmica e cultural hegemônica até aqui, quando se fala de herança da escravidão os números tem a voz mais alta neste debate, a realidade é maior do que qualquer crença e doutrina. Sobre esses dois países dentro de um só que falaremos no tópico a seguir.

**Figura 1 - Linha do tempo das políticas raciais do Brasil pós Abolição da escravidão**



Fonte: Câmara dos Deputados e Poder Executivo (2019)

## 2.2 MINHA COR É O BRASIL?

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza em sua classificação o termo ‘negro’ para englobar as pessoas que em suas pesquisas se autodeclararam pretas ou pardas. Segundo dados da última Pesquisa Nacional por Amostragem e Domicílios (PNAD) a população que se declara preta cresceu nos últimos anos cerca 32,1% em todo o país, equivalendo há 9,3% do total de brasileiros. Quando somados com os que se consideram pardos o número chega há 55,8% de brasileiros, auto declarados como negros (IBGE, 2018).

Apesar de majoritário, o grupo continua passando por uma discriminação radicalizada, institucional e histórica de dentro da sociedade o que acaba por levar os indivíduos a associarem suas oportunidades de vida ao coletivo (DAWNSON, 1994). As dificuldades apresentadas no Brasil para pessoas não brancas dificultam a ascensão de líderes políticos de outros grupos sociais, num cenário de competição por recursos valiosos dentro da esfera eleitoral. A literatura já indica a existência convergente entre fatores econômicos e fatores raciais, combinando em suas análises dois fatos sociais: a pobreza e o racismo brasileiro (CAMPOS E MACHADO, 2015; BUENO E DUNNING, 2017), os dados à seguir refletem isso.

Dentro de uma nova realidade no Brasil do início do século XXI, em que o aumento substantivo de poder de compra e de consumo<sup>3</sup>, a percepção de outros valores e de variáveis dentro das pesquisas e análises das ciências sociais, como a raça, começa aos poucos a se mostrar necessária, não como uma negação a importância de variáveis e perspectivas econômicas mas como um complemento na busca por melhores explicações dos fatos sociais.

Segundos últimos levantamentos, os negros não são apenas maioria populacional o IBGE<sup>4</sup> aponta que esse grupo representa 54,9% da força de trabalho no Brasil além de serem maioria entre trabalhadores desocupados (64,2%) ou subutilizados (66,1%). Além disso a maioria dos trabalhadores informais também são negros, a informalidade atinge 47,3% de pretos e pardos (IBGE, 2019).

Se para esses dados materiais a maioria do país está alocada na parte negativa, isso muda de figura quando o assunto são cargos gerenciais e níveis de rendimento, os negros são minoria nesses dois casos tendo 29,9% em cargos gerenciais e apenas 11,9% dos maiores salários gerenciais. Pretos e pardos no Brasil ocupam 45,3% dos postos com menor remuneração (IBGE, 2018).

---

<sup>3</sup> Segundo pesquisas realizadas pelo IBGE (2014), IPEA (2016) e Instituto Data Popular (2010).

<sup>4</sup> No final de 2019 o IBGE lançou um conjunto de pesquisas e dados relacionados a situação racial do Brasil, intitulado de Desigualdades Sociais Por Cor e Raça a seleção de dados está disponível no site: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681> Acessado em 09 de Janeiro de 2020 às 19 horas e 16 minutos.

A pesquisa Desigualdades Sociais por Cor ou Raça também do IBGE lançada no dia 13 de Novembro de 2019 aponta que o rendimento médio mensal das pessoas brancas ocupadas era 73,9% superior ao das pretas ou pardas. Por hora, no Brasil uma pessoa branca com nível superior completo ganha 45% a mais do que os pretos ou pardos com o mesmo nível de instrução, essa diferença se mantém em todos os estados do Brasil, tanto os que apresentam menores rendimentos quanto os que tinham rendimentos mais elevados, os negros acabam representando 75,2% da camada mais pobre do país (IBGE, 2019).

Em maio de 2015 foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado para investigar assassinatos de jovens brasileiros, um ano depois os parlamentares envolvidos apresentam um relatório conclusivo que relacionava o número alto de assassinatos a duas variáveis específicas: raça e classe. O dado mais alarmante dentro deste trabalho prescrevia que a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil além de apontar uma realidade: geralmente aplicado dentro da soma das duas clivagens negros e pobres, a violência também afeta negros e negras em outros níveis econômicos.

Os dados da PNAD novamente escancaram as diferenças entre brasileiros negros e brancos: a população negra tem uma taxa de homicídio de 98,5 contra 34 dos brancos no total. Quando esse recorte é feito por gênero isso é ainda mais alarmante já que os homens negros tem uma taxa de 185 contra 63,5 dos homens brancos. Na comparação entre mulheres as mulheres negras tem taxa de homicídio de 10,1 contra 5,2 das mulheres brancas. Além disso, o sistema prisional conta com dados que refletem esse assunto: de acordo com o Infopen, sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro desenvolvido pelo Ministério da Justiça em 2018, o Brasil tinha a quarta maior população carcerária do mundo. São aproximadamente 700 mil presos sem a infraestrutura para comportar tal número entre eles, 61,7% são pretos ou pardos enquanto os brancos são 37,22% da população carcerária (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2018).

Em contraste a questão prisional está o debate sobre a violência policial, em levantamento do Fórum de Segurança Pública, em 2018, 6.220 pessoas foram mortas por policiais civis e militares, uma média de 17 mortes por dia, dessa forma, o levantamento indicou que 75,4% das vítimas pelas policias brasileiras eram pessoas negras. O Anuário da violência urbana, nome dado ao documento do Fórum traçou perfil dos policiais civis e militares que sofreram atentados e acabaram assassinados, em sua maioria eram homens negros: foram 51,7% das vítimas (FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018).

Nos quesitos educação e acesso à saúde existem dados relevantes e que precisam entrar no debate sobre a construção e a defesa de uma agenda política negra. A taxa de analfabetismo

ente os negros é maior que a dos brancos em todos os cenários de comparação: enquanto no total 9,1% dos pretos ou pardos são analfabetos apenas 3,9% dos brancos estão dentro dessa estatística que compreende pessoas de 15 anos ou mais de idade. Os negros das zonas rurais sofrem com uma taxa de analfabetismo de 20,7% de seu total populacional (IBGE, 2019). Enquanto isso quase 80% da população brasileira que depende do Sistema Único de Saúde (SUS) se autodeclara negra, segundo dados do próprio ministério da saúde, além disso, tanto mães quanto os recém nascidos sofrem mais por complicações de gravidez, os dados indicam que 60% das mortes maternas ocorrem entre mulheres negras enquanto a taxa de mortalidade das crianças negras recém nascidas é maior do que as crianças brancas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

Não existe uma temática apenas que rege e direcionam as necessidades da população negra brasileira, as questões e os temas apresentados anteriormente nos mostram que esse é um grupo numeroso, populoso mas extremamente vulnerável, necessitando de políticas públicas que preencham lacunas sociais graves vigentes no país desde o período escravocrata até aqui.

Mas dentro dos seguimentos principais para a formulação, deliberação e implementação de políticas públicas, como a população negra está representada? Como todas essas questões e dados trazidos até aqui são avaliados? Os números anteriormente apresentados refletem uma base de exploração neste projeto, em um país onde boa parte de sua população carece de políticas públicas robustas e reparadoras de sua situação de vulnerabilidade o objetivo central aqui é entender como o parlamento brasileiro observa e trabalha essas questões, entendendo as frentes parlamentares como um instrumento de diminuição dessa sub-representação. No tópico à seguir, vamos destrinchar as frentes parlamentares de temática racial estudadas nesse trabalho, elas são: elas são: Frente Parlamentar Mista em Defesa da Igualdade Racial; Frente Parlamentar Mista pela Igualdade Racial e em Defesa dos Quilombolas; além da Frente Parlamentar Mista Brasil-África com Participação Popular de Enfrentamento ao Racismo.

## 2.3 POVO NEGRO NO LEGISLATIVO: PRESENTE! MAS NEM TANTO. O QUE FAZER ENTÃO?

Em levantamento do Congresso em Foco<sup>5</sup> mesmo sendo mais da metade da população brasileira, os negros estão sub representados, ocupando apenas 20% das cadeiras na 55ª Legislatura. Além disso, a taxa de novos deputados, eleitos pela primeira vez continha em seu total apenas 3% dos novos parlamentares eleitos pertencentes esse recorte racial, se juntando aos reeleitos. Campos e Machado (2015) realizaram estudo que pretendia explicar essa sub-representação de não brancos nas arenas políticas. Em suas conclusões perceberam a existência de dificuldades maiores para as pessoas não brancas em ascender politicamente num cenário de competitividade por recursos valiosos dentro da esfera eleitoral, segundo os autores parece haver uma perniciosa interação entre as dinâmicas sociológicas da discriminação racial no Brasil e o funcionamento do nosso próprio sistema eleitoral (CAMPOS E MACHADO, 2015).

Os números relativos a representação racial são baixos e indicam uma ausência dos negros dentro das arenas decisórias é neste ponto que organizações dentro dos poderes podem funcionar como verdadeiros refúgios aos políticos interessados em assuntos específicos, no Brasil são as Frentes Parlamentares essas organizações, que funcionam dentro do parlamento. O Regimento Interno da Câmara dos Deputados prevê em seu Capítulo IV, no artigo 9º o agrupamento de parlamentares por representação partidária ou blocos parlamentares não englobando o fenômeno de formação de frentes parlamentares, apesar disso a Câmara sinaliza a constante manutenção desta prática. O Ato da Mesa nº 69 de 10 de novembro de 2005, da Câmara dos Deputados, caracteriza a Frente Parlamentar como uma associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre setor determinado da sociedade.

No caso deste trabalho as frentes estudadas tem uma agenda em comum: a luta pela igualdade racial no Brasil. Apesar de conversarem em sua essência, a cada legislatura analisada aparece uma frente com nome diferente voltada ao assunto em que geralmente políticos que participaram no passado voltam a integrar o grupo. Como mostra o gráfico 1 a legislatura de número 53 – primeira a ser observada nesse trabalho – apresenta em sua lista de criação 220 deputados signatários. Os números de integrantes diminuíram nos mandatos seguintes: na legislatura 54 foi criada a frente parlamentar pela igualdade racial e em defesa dos quilombolas que continha 153 sendo sucedida na legislatura seguinte pela frente parlamentar mista Brasil-

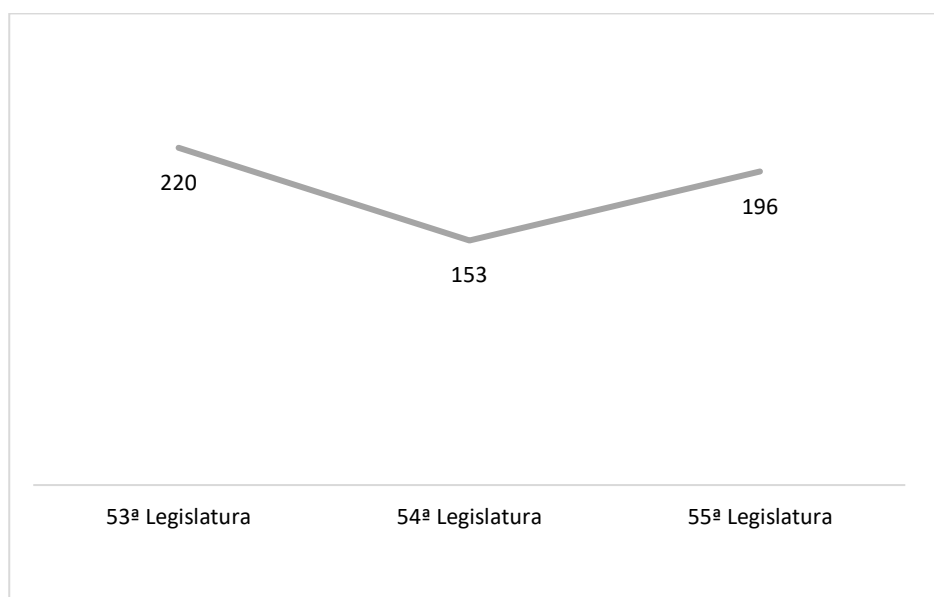
---

<sup>5</sup> <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/a-face-e-os-numeros-do-novo-congresso/> Acessado em 04 de Julho de 2017 às 18:34.

África com participação popular de enfrentamento ao racismo, com um aumento de 193 integrantes oficiais<sup>6</sup>.

Consideramos nesse trabalho todos os deputados signatários como integrantes das organizações, por demonstrarem mesmo que nominalmente seu interesse pela temática. É importante também trazer a informação de que a prática de assinar as listas das frentes parlamentares, muitas vezes pode ser apenas por apoio a algum parlamentar aliada, já que a criação de uma frente depende de um número de deputados. Nossa análise vai ajudar a entender melhor quantos desses deputados realmente se interessam pelo tema e quantos só foram signatários.

**Figura 2 - Número de integrantes das frentes parlamentares de temática antirracista nas 53ª 54ª 55ª Legislaturas**



Fonte: Câmara dos deputados (2019)

O deputado Carlos Santana do PT do Rio de Janeiro foi o nome mais ativo da frente parlamentar pela igualdade racial. Santana além de se mobilizar para coletar as assinaturas tem no histórico de discursos da Câmara dos Deputados o seu nome mais citado no período como representante da frente parlamentar.

A criação da frente parlamentar foi oficializada no dia 23 de Maio de 2007. O seu lançamento está registrado nos anais da câmara em documento de uma sessão da Comissão de

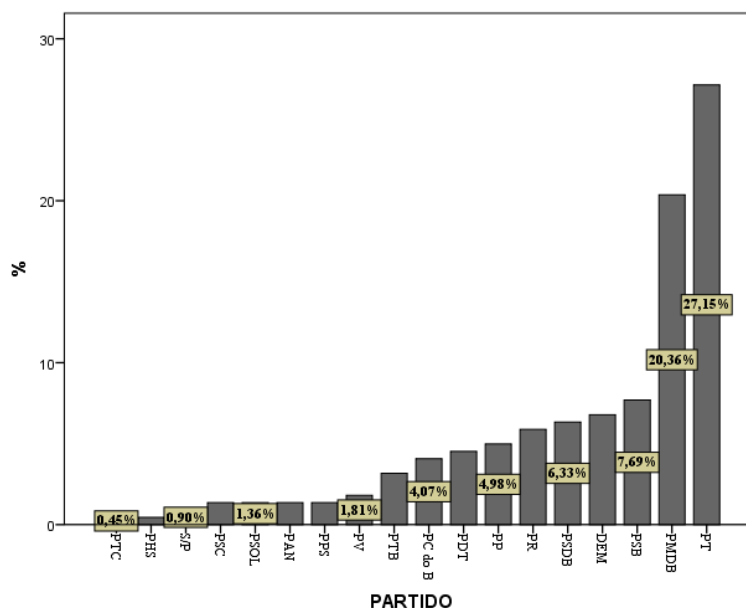
<sup>6</sup> Ver anexo 1, anexo 2 e anexo 3 com as listas de assinaturas disponibilizadas pelo site eletrônico da Câmara dos Deputados.

Direitos Humanos, contendo um discurso do parlamentar carioca reproduzido em trecho à seguir:

Nós que assumimos o combate à discriminação racial no País temos a enorme tarefa de recuperar mais de 400 anos de escravidão. E, para isso, precisamos de leis e ações que atendam às nossas necessidades. Por isso, em parceria com a SEPPIR, nosso primeiro trabalho é reconhecer a anistia de João Cândido, nosso marinheiro e primeiro herói negro, que tem de ser reverenciado por nós. (...) Em relação ao projeto de cotas, nós já conseguimos mostrar a realidade das universidades para aqueles que são contrários ao sistema de cotas. E, em recente debate, tomei conhecimento de que os alunos de cota são hoje os primeiros nas universidades do País. Portanto, essa discussão já foi superada. Nós demonstramos que, quando tem uma chance, o negro ou a negra aproveita aquela chance em todos os sentidos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2007)

Na composição partidária, o partido dos trabalhadores (PT) e o partido do movimento democrático brasileiro (PMDB, hoje apenas MDB) são os principais dentro da frente parlamentar em questão, somando quase 50 por cento do integrantes. A legislatura 53 foi uma das mais tranquilas para os deputados governistas já que na época, Luiz Inácio Lula da Silva estava em seu segundo mandato e aproveitava os louros de uma alta popularidade. O gráfico 2 representa a composição partidária dos deputados integrantes da frente parlamentar pela igualdade racial.

**Gráfico 1 - Composição partidária da frente parlamentar em defesa da igualdade racial**



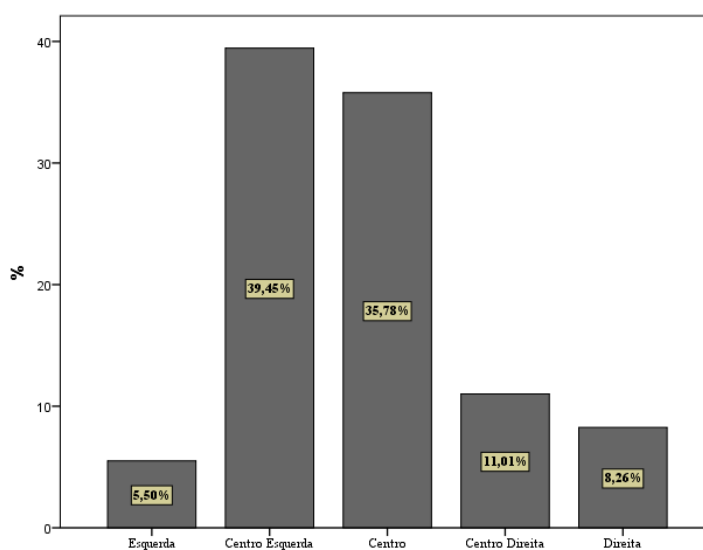
Fonte: Câmara dos Deputados (2019)

Olhando para a questão programática e ativa dos partidos agrupamos em cinco categorias para descrever qual posição do espectro ideológico dos deputados integrantes dessa frente parlamentar. Somando a centro esquerda e a esquerda o montante chega a cerca de 45

por cento dos deputados sendo majoritariamente estes dos partidos de centro esquerda, como o PT, o PSB e o PDT, partidos do centro político capitaneados pelo PMDB já citado anteriormente também aumentam essa quantidade<sup>7</sup> Enquanto isso a centro direita e a direita foram minoria dentro da organização, o gráfico 3 nos mostra esses resultados. É preciso ponderar que conforme os resultados nos mostram, existe uma proporcionalidade entre os partidos com mais cadeiras na câmara e a sua presença na frente parlamentar. PT e PMDB estão sempre entre os partidos com mais políticos na câmara com o passar dos mandatos.

A tendência dentro das frentes parlamentares é de um alinhamento ideológico mas que pode por muitas vezes entrar em conflito com os interesses partidários (CORADINI, 2008).

**Gráfico 2– Posicionamento ideológico dos integrantes da frente parlamentar pela igualdade racial**



Fonte: Câmara dos Deputados (2019)

No fim dessa legislatura as principais demandas da frente parlamentar foram atendidas. Eles conseguiram barrar discussão quanto a redução da maioria penal, vista como uma agenda negativa pela frente parlamentar por geralmente marginalizar os jovens negros. E aprovaram em 2010 o estatuto da igualdade racial, sancionado por Lula como a Lei nº 12.228 e citado em discurso do presidente da frente Carlos Santana anteriormente.

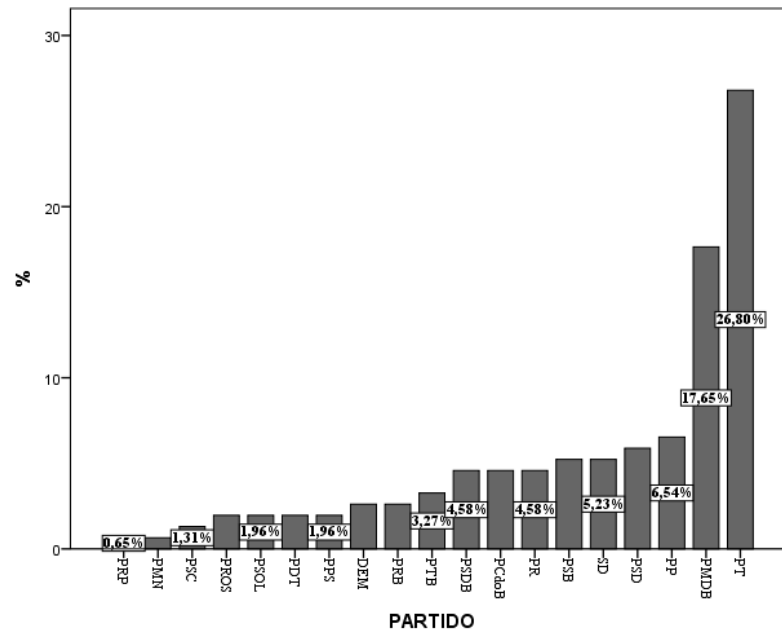
<sup>7</sup> A literatura indica dificuldade em conceber de forma efetiva um posicionamento ideológico dos partidos, seja pela defasagem de programas partidários ou seja pela variabilidade de análises que levam em consideração a votação desses partidos no legislativo, dessa forma utilizamos como base para a classificação o trabalho de Madeira e Tarouco (2013) que classificaram os partidos através dos programas dos partidos e de seus manifestos, além disso levamos em consideração a percepção dos eleitores Conforme reportagem do Estado de São Paulo: <https://infograficos.estadao.com.br/focas/politico-em-construcao/materia/posicionamento-ideologico-dos-partidos> Acesso em 07 de Janeiro de 2020.

Na legislatura seguinte, em que Dilma Rousseff foi eleita a primeira mulher presidente do Brasil, foi criada a frente parlamentar pela igualdade racial e em defesa dos quilombolas, oficializada em oito de abril de 2011 e tendo como presidente o deputado Luiz Alberto do PT da Bahia. Essa legislatura foi uma fase de transição entre o Brasil petista em crescimento econômico e social e a eclosão política que viria em seguida. Até 2013 as coisas foram relativamente calmas no Congresso, a calmaria acabou nas manifestações de julho responsáveis pela queda de popularidade da maioria dos políticos (RAMOS, 2014, COMPARATO, 2014; BORBA, CARREIRÃO e RIBEIRO, 2016; DELCOURT, 2016; MORETTO, ORTELLADO e SOLANO, 2017; BORGES e VIDIGAL, 2018).

O PT de Dilma Rousseff entrou a partir dali em decadência de popularidade e passou a enfrentar adversários mais duros a determinadas questões. A luta pela igualdade racial acabou sendo uma marca muito atrelada ao PT e as esquerdas o que parece ser confirmado ao analisarmos os números de deputados petistas integrantes na frente: o partido tinha a maioria dentro da organização e junto com o PMDB representavam a maioria como o gráfico 4 nos indica, chama atenção a queda do número de deputados do DEM que na legislatura anterior era de mais de 6% e nesta outra frente parlamentar cai para 2,61%.

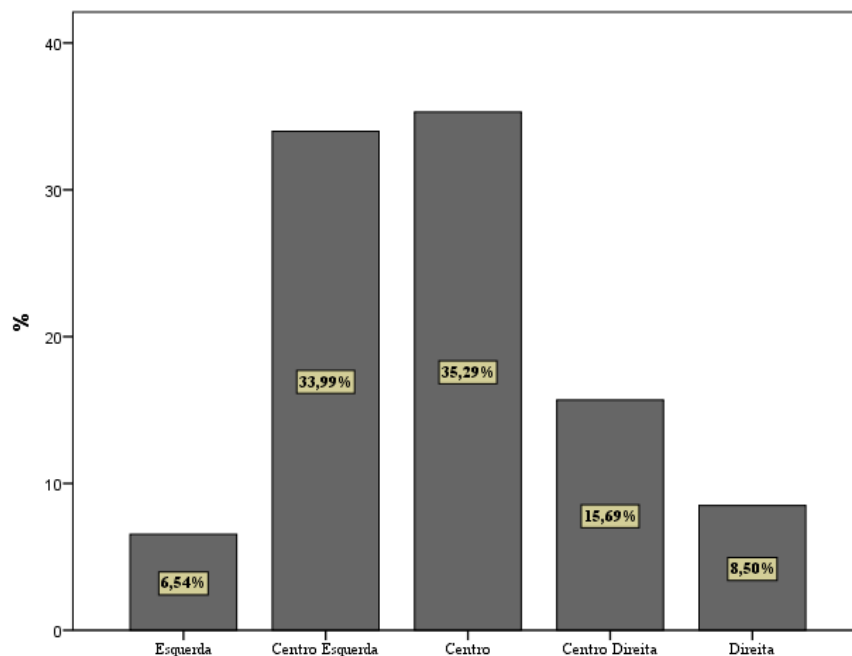
O gráfico 5 segue a lógica da análise anterior, nós também agrupamos os deputados pela posição ideológica de seus partidos e os resultados foram semelhantes, predominância da Centro Esquerda e do Centro e com os deputados de direita crescendo um pouco dentro do bloco da centro direita (15,69%).

A frente parlamentar pela igualdade racial e em defesa dos quilombolas terminou o seu mandato com sucesso na aprovação da Lei de número 12.990 de 2014 determinando que vinte por cento das vagas em concursos públicos fossem destinadas à pessoas negras além de trabalhar na defesa do Bolsa Família e das outras ações afirmativas já estabelecidas como as cotas raciais e a proteção dos povos quilombolas, a essa altura o país já começara a se tencionar de uma forma que o debate sobre o assunto dificilmente passaria a ser visto com a tranquilidade que foi nos anos anteriores.



Fonte: Câmara dos Deputados (2019)

**Gráfico 4 - Posicionamento ideológico dos deputados da frente parlamentar pela igualdade racial e em defesa dos quilombolas**



Fonte: Câmara dos deputados (2019)

Depois de uma vitória apertada<sup>8</sup>, o segundo mandato do governo Dilma começa com a oposição lançando as chamadas “pautas bombas” e numa situação de descontentamento e

<sup>8</sup> Nas eleições de 2014 Dilma Rousseff venceu Aécio Neves do PSDB com uma diferença de um pouco mais de um por cento dos votos.

baixíssima popularidade<sup>9</sup> os dados trazidos com a crise econômica e a volta do aumento dos números da violência urbana trouxeram novamente a necessidade de defesa robusta das demandas da população negra, além disso, a força do conservadorismo e da extrema direita brasileira começa a surgir de forma ainda mais contundente, carregando pautas como a redução da maioridade penal que voltava a ser discutida e votada no parlamento (DELCOURT, 2016; MORETTO, ORTELLADO e SOLANO, 2017; BORGES e VIDIGAL, 2018). Além disso, em 2016 a presidente sofre Impeachment e é afastada, levando o vice presidente Michel Temer do agora MDB ao cargo máximo da política brasileira. Temer conduziu aos seus gabinetes ministeriais os partidos maiores da oposição: o PSDB e o DEM, além de aliados antigos do centro político que deixaram o PT, como o PP e o PR.

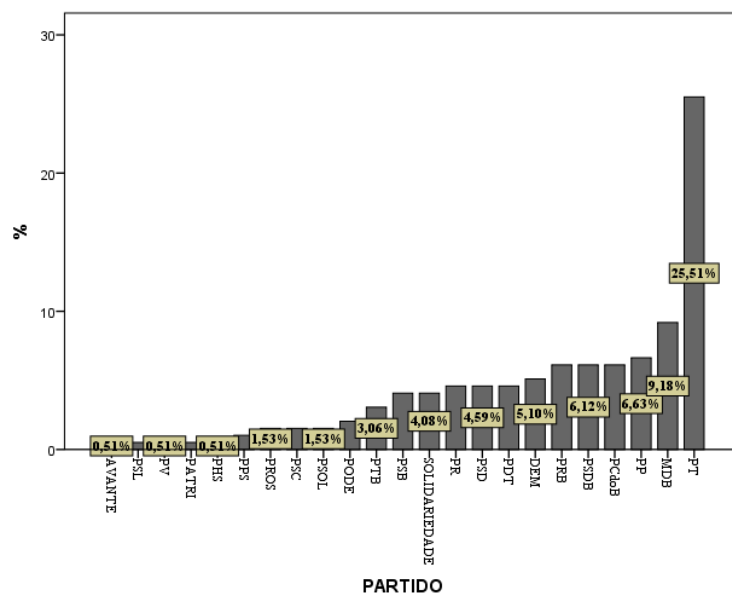
Benedita da Silva do PT foi a presidente da Frente Parlamentar Mista Brasil-África com participação popular de enfrentamento ao racismo na origem da organização, criada no dia 10 de junho de 2015 dos 196 deputados signatários 50 eram do partido governista, representando 25,5% do total. O MDB, sempre muito presente nas outras frentes parlamentares com essa temática, teve uma queda e um afastamento enorme dentro desta frente, existiam cerca de 9% de deputados do partido do Vice-Presidente Temer futuro Presidente do país. Outros partidos grandes como DEM e o PSDB também tiveram números menores, o que demonstra um maior desinteresse dos grandes players da política nacional dentro dessa pauta.

Com o desenrolar da legislatura e a consolidação do impeachment, o cenário político mudou de forma a que durante o resto da legislatura, os deputados pouco se organizaram ao redor desta temática racial, a força da questão partidária foi muito maior.

**Gráfico 5 - Composição partidária da frente parlamentar mista Brasil-África com participação popular em enfrentamento ao racismo**

---

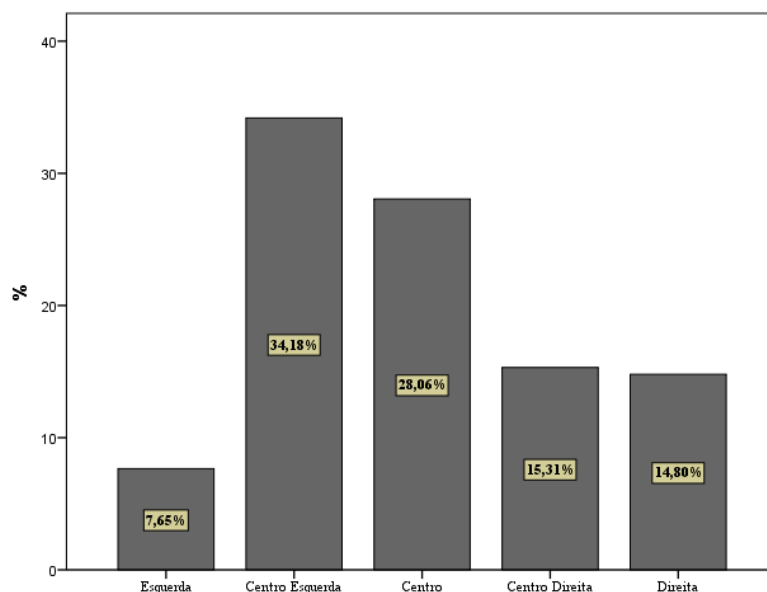
<sup>9</sup> Dilma sofreu com a sua popularidade em queda livre conforme a crise econômica estourava em conjunto com os escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava-Jato.



Fonte: Câmara dos Deputados (2019)

Com o antipetismo em crescimento o cerco sobre pautas associadas à esquerda aumentou, apesar dos números oficiais iniciais apresentados pela Câmara dos Deputados, os resultados efetivos dessa frente parlamentar não foram vistos. No gráfico 7 podemos ver que a predominância da centro esquerda e do centro continuou com o aumento de partidos de Esquerda como o PSOL e o PC do B dentro da frente. Apesar dos números maiores dos da legislatura passada quanto a quantidade de integrantes signatários é inegável que a frente parlamentar em questão enfrentou muita dificuldade na execução da função que justificou seu nascimento enquanto foi possível a frente parlamentar defendeu as conquistas da população negra, como as ações afirmativas já instaladas além de impedir que a redução da maioria penal fosse aprovada.

**Gráfico 6 -  
ideológico dos  
Frente  
Mista Brasil-  
participação  
enfrentamento**



**Posicionamento  
deputados da  
Parlamentar  
África com  
popular em  
ao racismo.**

Fonte: Câmara dos Deputados (2019)

Dessa forma, nós precisamos continuar a discussão para entender esse alicerce deixado durante os doze anos selecionados neste trabalho, uma época muito falada por todos como a mais prospera e abundante de políticas voltadas a população negra, para isso, nós vamos buscar entender a natureza da representação dessas frentes parlamentares, seja em sua consistência teórica ou seja pela efetividade dos seus atos e atividades parlamentares, além de buscar entender os outros fatores que podem explicar uma atuação voltada para a população negra.

Sendo assim nossa pergunta de pesquisa é: *Quais variáveis explicam uma atuação parlamentar em prol da população negra do Brasil?*

No próximo capítulo vamos discutir como a Ciência Política enxerga a representação racial e a atuação de grupos de interesse dentro da política nacional, além de entender como funciona o legislativo brasileiro pelos olhos dos cientistas político.

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

#### 3.1 EU SOU PORQUE NÓS SOMOS: REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA E SUBSTANTIVA EM DEBATE

Representação e responsividade podem ser tratadas como valores democráticos fundamentais, sendo dois conceitos mobilizados e interpretados por teóricos da democracia, contudo, com os esforços empíricos voltados aos dois temas é possível repensar todas as maneiras diferentes em que a representação política e a responsividade são utilizadas em contextos históricos, sociais e políticos através dos mais diversos recortes. Dentro das ciências sociais a representação é um pilar teórico importante e que concentra uma vertente forte de estudiosos dentro do assunto, assim como a presença de muitos trabalhos destinados a mobilizar todas essas teorias e atualizá-las aos contextos dos tempos de hoje (MIGUEL, 2003; URBINATI; 2006; LUCHMANN, 2007).

A representação como um relacionamento diferenciado entre atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo, sendo assim a representação se faz necessária porque a rede da vida social moderna frequentemente vincula a ação de pessoas e instituições num determinado local a processos que se dão em muitos outros locais e instituições dando um caráter não meramente de substituição e sim como um processo que envolve uma relação mediada dos eleitores entre si e com um representante (YOUNG, 2006). A maioria dos estudos sobre a representação compartilha a influência e a relevância da teoria de Hannah Pitkin (1967) em sua discussão quanto a natureza da representação vista em forma descritiva ou em seu teor substantivo (PITKIN, 1967) além de um desprendimento de noções e critérios singulares adaptados tradicionalmente na literatura da representação política indo em busca de uma análise mais plural em que os conceitos, funções e critérios da democracia representativa muitas vezes dialogam entre si (MAINSBRIDGE 1999 e 2003).

A representação descritiva é o conceito dado ao tipo de representação em que o político substitui seus representados dentro dos espaços de poder. Pitkin (1967), não acreditava na possibilidade de se garantir representação em termos de responsividade e responsabilidade mesmo que uma amostra fiel da população fosse possível, já que uma pessoa não poderia ser responsabilizada pelo que é e sim pelo que produz (PITKIN, 1967).

Dessa maneira, o conceito de representação proposto é de natureza substantiva, onde os representantes devem ter certo grau de liberdade para agir, desde que não estejam

persistentemente em contradição com os representados, dentro dessa ótica a presença física de membros de diferentes grupos sociais não é considerada uma condição para que os interesses sejam representados, são os méritos e as ações desses representantes que favorecem a sua escolha e a legitimidade de sua representação (ÁTILA E SOUTHER, 2014), o representante estaria autorizado a agir mas suas avaliações estão sempre em questão (YOUNG, 2006). A efetividade da produção dos representantes deve, portanto, ser considerada e mais valorizada do que o simples fato desse indivíduo se assemelhar ou pertencer ao grupo em questão existindo além da notória autoridade atribuída ao voto um caráter responsivo e de diálogo entre representante e representados, considerando a pluralidade dos segundos e da responsabilidade do primeiro.

É importante ressaltar que existe uma relação entre os dois conceitos apresentados anteriormente, não sendo necessariamente noções que negam a existência uma das outras, como em outros debates na ciência política, a representação política apresenta um caráter onde as teorias costumam se complementar e se adaptar aos contextos. Em pelo menos quatro contextos diferentes, para quatro funções diferentes, grupos em desvantagem social podem demandar sua representação de forma descritiva (MAINSBRIDGE, 1999): (1) a comunicação adequada em contextos de desconfiança, (2) pensamento inovador em contextos de interesses não articulados, (3) criação de um significado social de habilidade de governar para grupos que em contextos históricos em que essa habilidade é questionada e (4) aumentar a legitimidade de fato da política em contextos de discriminação passada.

Nas funções (1) e (2) a representação descritiva realça a representação substantiva de interesses aumentando a qualidade da deliberação e nos casos (3) e (4) os bens produzidos pela representação descritiva costumam produzir benefícios que se estendem em todo o sistema político (MAINSBRIDGE, 1999).

Em um trabalho posterior Mainsbridge (2003) apresentou quatro formas de representação, afirmando que existe mais de uma maneira de se representar algo ou alguém dentro de uma democracia, abraçando um critério plural em detrimento à primeira forma que apresenta um modelo tradicional de representação que foca na ideia de que durante a campanha os representantes fazem promessas realizáveis ou não, esta é chamada de representação promissória. A representação antecipatória flutua na ideia de um voto retrospectivo onde representantes focam no que os eleitores aprovarão na próxima eleição e não no que foi lhes prometido na última disputa. Em casos de uma representação giroscópica o representante olha pra dentro como uma base para ação em casos de interesses, senso comum e princípios derivados em parte da própria formação do representante. Por fim a representação de

substituição que ocorre quando legisladores representam seus eleitores de fora de seus próprios distritos (MAINSBRIDGE, 2003).

Outro ponto interessante é relacionado ao desenho do sistema eleitoral e como isso pode influenciar na constituição de uma representação minimamente descritiva: sistemas proporcionais são mais propícios a gerar um apelo aos partidos maximizarem o apelo coletivo incluindo, assim, candidatos que representam as configurações sociais mais diversas. A não inclusão de pessoas oriundas de grupos sociais considerados relevantes socialmente e com apelo eleitoral, poderia ser vista como discriminatória (ARAUJO, 2005).

Apesar disso, no Brasil, onde o sistema proporcional existe há um tempo razoável quase nenhuma minoria consegue ser representada de forma relevante dentro das arenas de poder. As mulheres, os povos nativos e os negros enfrentam barreiras a conseguirem acesso ao poder político nacional (CAMPOS e MACHADO, 2016). Três são os fatores que diminuiriam as chances eleitorais de pretos e pardos no Brasil: a classe de origem, o acesso de recursos de campanha e estruturas partidárias competitivas (IBDEM). Essas dificuldades se relacionam diretamente com a contextualização histórica e a condição social do povo negro no Brasil e que é um fator determinante para a condução desse trabalho.

O papel dos recursos (ou a falta deles) dentro de uma lacuna de representatividade legislativa da população negra brasileira indica a existência de uma contrabalança à desvantagem numérica das elites brancas e ela está atrelada aos recursos concentrados aos seus representantes, a importância dos investimentos desses recursos por uma elite racial e econômica contribuem para a manutenção de barreiras para a representação descritiva (BUENO E DUNNING, 2017).

No tópico a seguir discutiremos a representação racial, primeiramente onde essa vertente de estudo é mais forte vinda da ciência política dos Estados Unidos mas sempre com o esforço de contextualizar com a realidade política, social e cultural do Brasil em seus mais diferentes âmbitos.

### 3.2 A REPRESENTAÇÃO RACIAL NOS ESTUDOS LEGISLATIVOS: ADAPTAÇÃO DE CONTEXTOS, INTERESSE PROPOSITIVO E A EFICÁCIA LEGISLATIVA DA AGENDA NEGRA

Este trabalho se baseia na especificidade da raça e do debate de grupos sociais dentro do escopo final que iremos analisar. Nossa estruturação gera uma questionamento sobre a importância que a pauta racial tem perante deputados das legislaturas analisadas. Dessa forma

intensificamos nossos esforços em entender o que significa agenda legislativa negra, além das da construção teórica das nossas duas variáveis explicativas, o interesse propositivo e a eficácia legislativa da agenda negra.

Antes de começarmos a analisar toda literatura de representação racial nos estudos legislativos é importante definir o que queremos dizer por agenda negra: Por agenda legislativa negra, estaremos tratando de um conjunto de projetos que levam em consideração na sua formulação e em seus textos, questões e demandas trazidas pela população negra através principalmente dos movimentos negros brasileiros.

Sendo assim, este tópico vai se estruturar em três partes: na primeira parte vamos debater os conceitos mais tradicionais da discussão do campo de estudos legislativos no Brasil, dando atenção à diferenciação entre as variáveis endógenas e exógenas costumeiramente utilizadas. Esta literatura inicial nos ajudará na contextualização e na adaptação para a temática racial que tem na ciência política dos Estados Unidos a sua maior fonte de trabalhos. As duas outras partes deste tópico reincidentem nos quadros teóricos que sustentam os dois modelos utilizados dentro da pesquisa, levando à construção cada um deles de nossas hipóteses. Discutiremos, portanto, o interesse propositivo e a eficácia legislativa na sequência desse tópico.

### **3.2.1 Estudos Legislativos no Brasil: variáveis exógenas, endógenas e a importância das frentes parlamentares no debate sobre atuação das minorias**

Até aqui foi possível observar a realidade brasileira onde a presença do povo negro em cargos políticos é escassa e onde as barreiras da representação descritivas podem ser superadas através de alinhamentos ideológicos com deputados que não são negros mas que em tese, acreditam na necessidade de se criar uma agenda negra dentro da discussão política nacional usando as frentes parlamentares de temática racial para esses meios. O desenvolvimento da ciência política nacional é associado costumeiramente à transformação política proposta pelo período de redemocratização do Brasil e exemplificada pela Constituição de 1998. Esse movimento foi um ponto de partida para a manutenção de esforços dos cientistas brasileiros e os brasilianistas visando a produção de boas explicações sobre as instituições políticas locais e, portanto, abrangendo a área de estudo que observa e busca o entendimento do Poder Legislativo, a sua organização, funcionamento e impacto.

Os estudos legislativos são uma subárea consolidada no interior do estudo da política norte-americana e são considerados por Fernando Limongi (2010) produto de importação que teve sua construção no Brasil possibilitada pela referência e assimilação explícita dessa literatura, sem perder o seu valor crítico. A partir dessa adaptação, cria-se uma ruptura no foco

anteriormente dado aos estudos sobre o sistema político brasileiro, diferenciando os estudos voltados apenas a consolidação da democracia – anteriores aos anos 90 – destes novos estudos que visam entender o funcionamento da ordem democrática (LIMONGI, 2010).

O desafio teórico é grande já que na maioria dos estudos clássicos os cientistas políticos brasileiros e os brasilianistas se separam em duas grandes vertentes, uma vertente usa explicações ‘distributivistas’ e outra usa explicações ‘partidárias’; ou seja, de um lado, explicações baseadas em variáveis exógenas à arena legislativa, especialmente o sistema eleitoral, e, de outro, explicações concentradas em variáveis endógenas ao processo legislativo, como a centralização das decisões nas lideranças partidárias, os poderes legislativos do Presidente da República etc (CARVALHO e PERES, 2012). A figura número 2 à seguir descreve as variáveis estudadas dentro dessas duas vertentes.

**Figura 3– Variáveis endógenas e exógenas dos estudos legislativos brasileiros**

Fonte: Carvalho e Peres, Religando as barreiras institucionais: uma proposta de abordagens multidimensionais nos estudos do legislativo (2012)

| VARIÁVEIS EXÓGENAS         | VARIÁVEIS ENDÓGENAS                                  |
|----------------------------|------------------------------------------------------|
| Forma de governo           | Poderes legislativos do presidente                   |
| Sistema eleitoral          | Poder presidencial de elaborar o orçamento           |
| Organização partidária     | Controle poder Executivo sobre as políticas públicas |
| Arranjo federativo         | Controle de cargos executivos                        |
| Características culturais  | Controle de cargos legislativos                      |
| Características econômicas | Poder de agenda dos líderes partidários              |

A vertente que usa explicações partidárias e endógenas leva em consideração principalmente a centralização decisória dos poderes presidenciais (SANTOS, 2006). Estamos falando aqui de trabalhos que privilegiam o entendimento do impacto do Poder Executivo dentro do parlamento, resoluções constitucionais alteram a lógica do processo e dão um fator de comando ao Presidente que acaba minando o fortalecimento do Congresso Nacional (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1994; MAINWARING e SHUGART, 1997; SANTOS, 1997; PEREIRA e MUELLER, 2000).

Enquanto a vertente que usa explicações distributivistas, baseada em variáveis exógenas focam sua discussão na construção de cada parlamentar e no comportamento em conjunto do Congresso Nacional como uma força política independente capaz de ampliar e frear o executivo quando necessário: os parlamentares não são reféns do presidente, a disputa passa a ser entendida com um equilíbrio maior onde o legislativo é capaz de criar suas próprias demandas

para além do poder central do executivo (AMES, 2003; CAREY e REINHARDT, 2003; AMORIM e TRAFNER, 2003).

Barry Ames (2003) trouxe a discussão um novo olhar quanto aos parlamentares brasileiros, os tirando da posição de reféns dos privilégios legislativos do executivo e mostrando como essa disputa é mais equilibrada do que antes fora discutido, além disso o autor também aponta a importância do sistema eleitoral, das regras de formação de partidos e a separação dos poderes em esfera federal, estadual e municipal, como outros fatores de entendimento ao impacto negativo que segundo ele é resultado da atuação dessas instituições brasileiras, criando incentivos que estimulam os políticos a maximizarem seus ganhos pessoais e a se concentrar em cavar projetos de obras públicas para eleitorados localizados ou para os próprios patrocinadores políticos (AMES, 2003).

A combinação dessas instituições produzem um número excessivo de *veto players* e geram uma permanente crise de governabilidade além de dificultar a inovação política, segundo o autor as práticas eleitorais também invadem a atuação legislativa e compactuam com uma visão distributiva da arena política em que o legislativo se transforma num mercado de votos, assim o Congresso Nacional brasileiro se volta em demasiada frequência para protelar a legislação que o executivo atenda aos pedidos particularistas de pequenos grupos de deputados (AMES, 2003).

Nós entendemos que a segunda vertente não nega a primeira, ela apenas reposiciona as peças no tabuleiro do xadrez político, discutindo o Congresso não mais como um organismo obediente ao Poder Executivo, substituindo os conceitos de subordinação e abdicação dos processos decisórios por uma realidade de coordenação e delegação política:

O presidente delega poderes aos membros das duas Casas legislativas quando compõe seu gabinete com membros do Congresso e quando constitui líderes que o representam no processo legislativo. [...] A Câmara e o Senado delegam poder legislativo ao Executivo quando da decretação de MPs e quando concedem, como indica o nome, legislação delegada solicitada pelo presidente (AMORIM e TRAFNER, 2003).

Dentro dessas relações existe a necessidade de se apresentarem mecanismos de controle entre agentes e mandantes, os autores citam o veto presidencial e a necessidade de envio de propostas de emenda à Constituição e de projetos de lei aprovados em uma casa para revisão na outra como um controle institucional estabelecido por seus mandantes (AMORIM e TRAFNER, 2003).

O esforço conduzido por esses trabalhos citados contribui para a construção dessa pesquisa que parece se encaixar num modelo híbrido entre as duas vertentes propostas por

Carvalho e Peres (2012). Como já descrito por Santos (2006), existe uma leva de trabalhos que combina variáveis dos dois lados em busca de explicações mais arrojadas e completas.

Araújo e Silveira (2012) propuseram a necessidade de se avançar os estudos, oxigenando a discussão que tradicionalmente foca na dicotomia Legislativo x Executivo:

Até o momento, a maior parte dos trabalhos publicados no campo dos estudos legislativos no país privilegia a iniciativa formal e análise de resultados advindos da aprovação definitiva da agenda legislativa do Executivo. Com isso, não se observa com a atenção devida o processo legislativo, de debate e avaliação da agenda oferecida, especialmente quanto à participação direta ou indireta dos parlamentares, de quaisquer siglas partidárias (ARAÚJO e SILVEIRA, 2012).

Os autores citam o poder das comissões especiais em detrimento das comissões permanentes na Câmara dos Deputados e as implicações da atuação das frentes parlamentares temáticas em substituição aos partidos políticos em determinadas situações como exemplo de arenas e estruturas que integram a realidade do comportamento do parlamento brasileiro. Para eles, ainda não se percebeu as peculiaridades de cada casa e a participação de múltiplos grupos de interesses nessa realidade (ARAÚJO e SILVEIRA, 2004) e é neste ponto da linha do tempo que trabalhos como o deste trabalho se coloca, considerando a atuação das Frentes Parlamentares e explorando o impacto dos grupos de pressão as quais essas organizações estão vinculadas.

Em primeiro lugar o objetivo principal da criação de frentes parlamentares é a formação de espaços de opinião mobilizada que trabalham na definição e imposição de interesses no espaço público. Isso consiste na articulação ou no agrupamento de congressistas com afinidades eletivas ao problema em questão. Em segundo plano, as frentes parlamentares possuem a capacidade de criação de espaços e de articulação em conjunto entre os parlamentares e figuras do Poder Executivo vinculados a questão de seu interesse. Essa habilidade de criação de espaço e articulação também é destacada no terceiro ponto, só que com organismos da sociedade que não teriam ligações institucionais com os poderes políticos (CORADINI, 2010).

Essa importância deliberativa das frentes parlamentares se situa no debate político de forma contundente se observarmos a relevância dada a algumas dessas associações no decorrer de processos eleitorais e de formação de coalizões políticas (COSTA e SIMIONATTO, 2012; SILVA, 2012; TREVISAN, 2013; FERREIRA, 2017).

No recente governo de Jair Bolsonaro, a frente parlamentar evangélica e da agropecuária – conhecidas como bancada evangélica e ruralista – são determinantes na mobilização e construção de uma base de sustentação política do governo. Santos (2000) identificou que a

redemocratização no Brasil não veio acompanhada de uma discussão temática ligada diretamente aos afrodescendentes brasileiros, existia uma ausência de frentes parlamentares suprapartidárias de temáticas raciais até 2003, o que é explicado pela tendência dos deputados se distanciarem desse assunto, temendo que isso possa afastar eleitores que não consideraram tais temas relevantes.

Para Mitchels (2009) com a implementação a partir das políticas de ação afirmativa e a maior discussão sobre a discriminação racial no país levaram opiniões raciais tímidas e suprimidas por outras discussões a uma direção diferente, se os afro-brasileiros veem sua situação socioeconômica como resultante de sua classe e de sua raça, é plausível que candidatos que abordam questões raciais atualmente tenham maior apelo do que no passado (MITCHELS, 2009).

A importância da representação descritiva no Brasil esbarra na questão da sub-representação e para isso a literatura apresenta um remédio: as frentes parlamentares, organizações que colocam parlamentares interessados em uma temática para alinhar suas estratégias de ações.

Pinheiro (2010) elenca quatro fatores envolvidos na articulação de congressistas associados a frentes parlamentares de minorias sociais – entendidas aqui como frentes voltadas ao público LGBTQI, às mulheres e aos afrodescendentes – (a) a representação descritiva dos grupos e os custos eleitorais envolvidos na atuação parlamentar; (b) o envolvimento dos movimentos sociais no processo legislativo e a relação destes com os políticos; (c) as percepções estigmatizadas acerca destes grupos; (d) as vantagens da atuação em conjunto no âmbito do Congresso Nacional no que diz respeito às reivindicações por direitos para estes segmentos da sociedade (PINHEIRO, 2010).

Matsouka (2012) por sua vez identificou uma primazia de políticos de partidos de esquerda dentro das frentes parlamentares havendo indicações de que políticos desse espectro ideológico, mesmo que de fora da organização, atuariam de forma mais contundente na produção e na defesa de uma agenda de impacto à população negra (MATSOUKA, 2012). Os dados do autor conversam com a História política do Brasil onde os partidos de esquerda integravam em suas agendas demandas de organizações e movimentos raciais, um exemplo disso é a aproximação na década de 1930 entre a Frente Negra Brasileira e o Partido Comunista do Brasil (GRAHAM, 2017).

Em nossas análises nos utilizamos de dois vetores do processo legislativo, o primeiro é chamado aqui de interesse propositivo, onde o parlamentar que propõe pelo menos um projeto dentro da temática estudada é considerado alguém interessado no assunto. Já no segundo ponto

de observação buscaremos aplicar o modelo de Eficácia Legislativa para ajudar a medir como as proposições e os deputados interessados na agenda se saem dentro de todo processo de tramitação da câmara.

A compreensão aqui leva em consideração que o interesse propositivo e a eficácia dos deputados integrantes das frentes parlamentares são fatores que conduziriam a uma validação desses deputados e deputadas como representantes de uma agenda negra no Brasil, considerando os aspectos da teoria e da representatividade substantiva de Hannah Pitkin (1967). Vamos começar discutindo o quadro teórico que nos permitiu analisar o interesse propositivo nos conformes de nossas análises.

### **3.2.2 O interesse propositivo como um vetor de aproximação entre negros e parlamentares**

O interesse propositivo é definido pelo ato de um parlamentar propor um projeto dentro de determinada agenda. No nosso caso, dentro do que definimos ser a agenda legislativa negra do Brasil. Esse interesse é entendido de acordo com os estudos legislativos que determinam fatores externos e internos dentro do Congresso que podem explicar atuação dos deputados.

Em primeiro lugar, a presença e a importância das frentes parlamentares como mecanismos cada vez maiores de alinharem políticos de partidos e ideologias que em primeiro momento parecem não convergirem. As frentes parlamentares são ocupadas livremente pelos deputados, umas mais fortes que outras, sempre se guiando pelo interesse propositivo de cada deputado em determinada questão ou agenda (SILVA, 2014; SOUSA, 2017; CORADINI, 2018).

Algo que se repete nos estudos legislativos focando na política legislativa racial e de minorias sociais é a presença vital da relação entre grupo e representantes. Esse tipo de alinhamento entre indivíduos organizados e os políticos ligados a estes grupos parece apontar para uma decisiva característica que diferencia um deputado integrante de uma frente parlamentar com pauta minoritária de um deputado ligado à outras questões.

Duas são as formas de análises principais encontradas aqui: existe na literatura ênfase na construção de diálogo entre o grupo e os políticos negros ou antirracistas; A outra forma de análise diz respeito às questões geográficas e populacionais que funcionam como verdadeiros impulsionadores e motivadores dos legisladores pretos em atuar dentro da agenda do grupo. Dessa forma os estudos nos demonstram a importância de se ter representantes que levam a pauta antirracista dialogando com os grupos e tendo uma relação de maior fortalecimento de sua carreira política em locais onde existem mais eleitores negros (ABNEY e HUTCHESON,

1981; TATE, 1999; GAY, 2001; HTUN, 2004; OWENS, 2005; GAMBLE, 2007; THEOBALD e MARKEL, 2008).

Trabalhos como de Gamble (2007) e de Minta (2009) analisam a atuação dos políticos negros norte-americanos dentro do processo legislativo do país, dialogando em um ponto principal: existe um impacto substantivo dado pela representação descritiva nesses casos. A raça ou a etnia apresentam um papel significativo na motivação de um legislador em intervir na produção de políticas favoráveis aos eleitores desse mesmo grupo social. Segundo Minta (2009) a representação descritiva tem um grande efeito na dimensão política racial: eleitores negros e latinos tem preferencias por políticas públicas distintas em relação aos brancos (MINTA, 2009).

Se existem diferenças entre eleitores brancos e negros, também existem diferenças entre políticos brancos e negros: comparados com membros brancos de distritos similares e com visões institucionais semelhantes os negros tendem a participar mais de políticas de interesse da população negra dada a conexão entre a raça e o interesse político pessoal. Esse interesse político pessoal é justificado por três razões: a experiência de vida, a representação de eleitores alheios ao distrito de origem do político e as dificuldades atreladas ao indivíduo por sua raça (GAMBLE, 2007).

Trabalho de Abney e Hutcheson (1981) embarca numa análise mais local, tentando entender a relevância simbólica e de confiança da população quando um político de um grupo social, no caso do trabalho, um homem negro, é eleito. Seus resultados demonstram o impacto eleitoral e da representação através de lideranças pertencentes a determinados grupos, principalmente quando essa liderança concorre e vence uma eleição para cargo executivo, considerando os locais em que os grupos sociais são bem definidos, significando um aumento de confiança da população negra quando o chefe do governo também é negro, essa confiança se estende na produção das políticas públicas e no legislativo (ABNEY e HUTCHESON, 1981). O crescimento da representação negra objetivamente pode gerar um aumento de representação substantiva graças a influência nos resultados políticos: quando se aumenta os números de representantes negros existe um aumento na prioridade política em áreas importantes para esse seguimento da população (OWENS, 2005).

Em Broockman nos é mostrado que, enquanto a maioria dos legisladores negros continuam respondendo uma provável pessoa negra mesmo quando não há expectativa alta de grande ganho político os legisladores não negros respondem muito menos se não veem ganhos nesse contato. A motivação intrínseca em apoiar os interesses dos negros parece ser um determinante substancial do comportamento de legisladores negros (BROOCKMAN, 2013).

Enquanto Htun analisou em torno de 50 democracias e suas instituições para perceber o impacto de ações afirmativas e mecanismos de quebra da sub representação, existe um efeito das ações tentando deixar a raça menos determinante para oportunidades políticas, status ocupacional e a experiência social (HTUN, 2004).

É fundamental ressaltar que a representação descritiva apresenta um aspecto político importante para as minorias (WELCH, 1990) mas no Brasil de realidade social e racial conectadas existem barreiras para a representação descritiva (BUENO E DUNNING, 2016) levando à necessidade de outras estratégias para a sobrevivência de determinadas pautas dentro do parlamento. Htun (2003; 2004b) defende a importância da presença de organizações de minorias nos parlamentos, essa atuação, exemplificada no Brasil pelas frentes parlamentares, diminui os efeitos da sub-representação e possibilita a construção e a defesa de proposições nesses espaços. As frentes parlamentares servem para que posições sejam acertadas para pesarem nas comissões e no plenário, tendo como estratégia o reconhecimento dos mecanismos de representação existentes e a proposta de influenciá-los (SILVA, 2014).

A representação negra pode variar de acordo com o tamanho da população votante e com a capacidade de mobilizar alianças com outros representantes minoritários, levando-se em consideração questões como o modo de voto e a especificidade dos locais em questão a obtenção de recursos por si só não deve ser a única explicação para o aumento da representatividade negra e o sucesso eleitoral (MARCHALL, RUHIL e SHAH, 2010), além disso o desenho do sistema eleitoral também contribui para o aumento da representação: The findings of this study support assertions that Black Americans are underrepresented on city councils and that at-large systems are institutional barriers to Black political representation (JONES, 1976).

Além dos fatores geográficos e das frentes parlamentares outro ponto interessante que a literatura indica influenciar no interesse propositivo de temáticas como a questão racial vem da ideologia partidária, que embora desacreditada ainda merece nossa observação (BRAGA e PIMENTEL, 2011; ALARCON, GIMENES e MACIEL, 2017).

Existem evidências que aproximam os partidos de esquerda com as pautas raciais, essa relação se fortaleceu perante a opinião pública em vários momentos após a constituinte de 1988, principalmente pelo fortalecimento de ações afirmativas que se transformaram em política pública (JONES, 1976; GUIMARÃES, 1996; 2001; 2004; KOSSLING, 2008; SOARES, 2012 ROBINSON e DYE, 1978; CAMERON, 1996; LUBLIN, 1999; PREUHS, 2006; MARCHALL, RUL e SHAH, 2010).

Além disso algumas pesquisas apontam problemas no sistema partidário brasileiro e na dificuldade de se analisar a questão ideológica e as práticas partidárias no país (RODRIGUES, 2002; CARREIRÃO, 2006; BOLOGNESI, BABIRESKI e MACIEL, 2019). Como no recorte temporal estudado o governo era posicionado à esquerda do espectro, incluiremos também a variável *integra governo* no modelo para não deixar de lado o fator *coalizão* nessa discussão.

Usando o modelo da *presença*, responsável por ligar a representação descritiva e a influência na produção de políticas, Preuhs (2006) acredita que representantes de grupos minoritários compartilham experiências únicas e um background diferenciado que levaria a sua atuação à uma maior e mais forte atitude em prol dos interesses do grupo minoritário quando comparado com legisladores não minoritários, mas seus resultados mostram que a influência da representação descritiva está condicionada diretamente ao contexto mais ou menos racializados dos territórios: quanto menos tensões raciais existem maior é a influência objetiva da representação descritiva (PREUHS, 2006).

Sendo um dos focos dessa pesquisa as frentes parlamentares como promovedores de representação substantivam dando uma resposta aos baixos números de negros na política, formulamos a seguinte hipótese:

H1: Deputados integrantes das frentes parlamentares de temática racial tem maior interesse em propor dentro da agenda negra do que os deputados não integrantes.

Para testar essa hipótese propomos um modelo de regressão logística que vai ser mais bem detalhado no capítulo 3 deste trabalho. Seguindo a literatura apresentada incluiremos na análise variáveis de ideologia partidária e de taxa populacional de negros nos estados em que os parlamentares foram eleitos, criando mais duas hipóteses a serem testadas pelo modelo:

H2: Quanto maior a taxa de populacional de um Estado maior é o interesse propositivo do deputado eleito por esse Estado na agenda legislativa negra.

H3: Deputados de Esquerda tem interesse propositivo maior na agenda legislativa negra.

Continuaremos à seguir a discussão teórica, agora observando a literatura da eficácia legislativa que possibilitou a construção de nosso segundo modelo.

### **3.2.3 A eficácia legislativa**

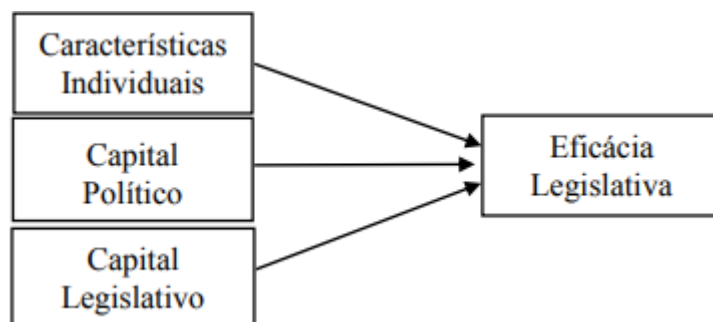
Existe um longo caminho na literatura sobre os processos e entendimentos da eficácia legislativa. Há impressão que existe uma elasticidade quanto ao que determinaria o conceito da eficácia e parte desses processos reside na discussão sobre em que ponto o esforço do parlamentar deve ser considerado efetivo na aprovação de suas propostas ou não.

A eficácia já foi utilizada como um medidor da reputação política de um deputado em relação aos seus pares (MEYER, 1980; HARMEL e THOMPSON, 1983; SAINT-GERMAIN, 1989), foi analisada com focos específicos, separadamente em partes do processo legislativo como a introdução do projeto, a tramitação em comissões, sua chegada ao plenário e sua transformação em norma jurídica (FRANTZICH, 1979; HALL, 1987; WAWRO, 2000; AMORIM NETO e SANTOS, 2003; COX e TERRY 2008).

Mais recentemente o foco tem sido em entender a eficácia legislativa como resultado de todo processo legislativo, longo, complicado e que depende de inúmeros fatores para se medir uma efetividade da atuação de um parlamentar (MAYHEW, 2004; VOLDEN e WISEMAN, 2009; CARVALHO 2019).

Aqui vamos entender a eficácia legislativa como a habilidade de um parlamentar em avançar com um projeto de lei oriundo de sua agenda política (CARVALHO, 2019). Considerando a literatura até aqui estudada, o modelo que trabalharemos possui três grupos de variáveis, adaptadas para nosso foco de estudo que é a agenda legislativa negra. As variáveis são: características individuais do deputado; o capital político e o capital legislativo, como indicado na figura 3.

**Figura 4 - Modelo para testar os efeitos dos atributos sobre a eficácia**



Fonte: CARVALHO - INFLUÊNCIA PARLAMENTAR. Uma análise dos fatores que contribuem para a eficácia legislativa dos projetos de lei de saúde de 1995 à 2014 (2019)

Na medida que um parlamentar propõe um projeto de lei ele se diferencia ideologicamente dos demais através da marcação de posição em relação às políticas públicas de seu interesse ou de interesse de seu eleitorado, em seguida as matérias legislativas em tramitação ou que foram aprovadas podem ter seus créditos reclamados e serem publicitadas pelos parlamentares como demonstrativo do seu desempenho em relação ao processo e aos demais representantes eleitos (CARVALHO, 2019)

Para os efeitos e interesses deste trabalho, a adaptação para o contexto brasileiro é mais uma vez necessária, sem esquecer, contudo, que nosso trabalho foca num tipo de agenda que leva em consideração as especificidades e a relação do político com o grupo. Os grupos estão no cerne do processo político, são centrais ao processo de representação e são elementos chave no entendimento de que a representação democrática pode ser distorcida através da influência e da mobilização unilateral.

Os grupos motivam as pessoas nas eleições, canalizam a participação através de bairros, escolas, grupos étnicos e profissões, disseminam informações de elites políticas para o público em massa e são ativos em todos os níveis de governo, obtendo informações e recursos (BAUMGARTNER e LEECH, 1998, p. 188).

Nesse ponto, é quase impossível separar parlamentares alinhados a pautas de minorias dos grupos associados a essas pautas. O sucesso político de grupos como a população negra, a população feminina e a população LGBTQI+ depende da capacidade dessas pessoas de entenderem-se como integrantes de um grupo social. Pertencer ao grupo pode levar em alguns contextos a construção de uma demanda de grupos desfavorecidos socialmente por uma

representação descritiva de pessoas que guardam manifestações de identidade com o grupo (MAINSBRIDGE, 1999).

Dentro da discussão sobre eficácia seja por vir deste grupo ou por ter uma boa relação com as forças políticas que se originam de grupos minoritários, está uma realidade onde as variáveis mais importantes se encontrariam no arranjo das características individuais do parlamentar (THOMAS, 1991; BRATON, 2006; OREY, 2006). Dessa forma a raça e a proximidade do político com o movimento negro aparecem como impulsionadores da eficácia dentro de uma agenda negra (JONES, 1999, 2000; WRIGHT, 2000; HAYNIE, 2002).

Outro ponto importante e que já foi considerado nesse capítulo vem das frentes parlamentares como vetores da inserção de grupos minoritários nas esferas de poder. Considerando o importante trabalho que Carvalho (2019) conduziu para entender a eficácia legislativa no Brasil, adaptamos o modelo utilizado em seu trabalho, seguindo os três grupos de variáveis em sua discussão, mas dando ênfase maior as variáveis que indicam proximidade com os negros brasileiros.

A expectativa é de que deputados negros, ligados aos movimentos sociais e que compõem frentes parlamentares de temática racial e antirracista são mais eficazes que os demais deputados não inclusos em qualquer um desses casos. Apesar de esperarmos que as características individuais sobreponham as demais variáveis é muito difícil pensar em uma análise de eficácia legislativa sem incluir o capital político e legislativo do parlamentar.

Vale lembrar que apesar de ser uma organização legislativa regulamentada, mesmo que de forma simples, pelo regimento interno da Câmara dos Deputados, as frentes parlamentares se enquadram muito mais em um fator de proximidade individual do parlamentar do que de capital legislativo (PINHEIRO, 2010; MATSUDA, 2012).

Decidimos portanto, pela manutenção da estrutura proposta por Carvalho (2019) por entendermos que os parlamentares continuam seguindo as regras do processo legislativo mesmo que a literatura até aqui tenha indicado que o entendimento de eficácia deve levar em conta mais as questões individuais de identidade – caso da variável raça – ou alinhamento com o tema – proximidade com os movimentos negros e presença nas frentes parlamentares. A decisão de manter a estrutura reside na maioria das pesquisas tradicionalmente indicarem variáveis que se enquadram no capital político e legislativo como fatores determinantes para a eficácia legislativa.

São entendidas variáveis de capital político o número de legislaturas que o político já atuou na casa legislativa federal, o histórico do deputado em legislaturas estaduais, assim como uma tranquilidade eleitoral (STRATMANN, 2000; AMORIM NETO e SANTOS, 2003;

MIQUEL e SNYDER, 2006; KELLERMANN e SHEPSLE, 2009; VOLDEN e WISEMAN, 2009). Já as variáveis de capital legislativo incluem como medidores da eficácia fatores como os cargos ocupados em comissões, o poder dentro do processo legislativo que pode ser medido pelos cargos de liderança, relatoria de comissões importantes, presidência de comissão entre outros (FRANTZICH, 1979; HAYNIE, 2001; ANDERSON, SINCLAIR-CHAPMAN e STTEFENSMEIER 2003; COX e TERRY, 2008; HITT, VOLDEN e WISEMAN, 2017).

Para o nosso segundo modelo, esperamos que as características individuais do parlamentar se sobreponham as demais questões no que reside aos projetos enquadrados em nossa definição de agenda negra. São três variáveis que circundam a discussão tratada até aqui neste capítulo: Raça, Ligação com o Movimento Negro e Participação nas Frentes Parlamentares de temática racial. Portanto três hipóteses foram produzidas através dessa discussão:

H1: Deputados negros são mais eficazes do que os deputados não negros, no avanço de projetos que fazem parte da agenda legislativa negra.

H2: Deputados ligados aos movimentos negros são mais eficazes do que os deputados que não tem ligação com os movimentos negros, no avanço de projetos que fazem parte da agenda legislativa negra

H3: Deputados integrantes das frentes parlamentares de temática racial e antirracistas são mais eficazes do que os que não fazem parte dessas frentes parlamentares, no avanço de projetos que fazem parte da agenda legislativa negra.

Após fechar o debate da eficácia, vamos seguir para o próximo e último tópico de nossa revisão de literatura. Juntamos toda discussão feita até aqui para definir e propor uma tipologia de políticas que compõem a agenda legislativa negra do Brasil.

### 3.3 PROPONDO UMA (NOVA) AGENDA NEGRA

Desde a redemocratização do Brasil no fim dos anos 80 existem lideranças negras dentro do Congresso Nacional apontando demandas do grupo e produzindo pautas e propostas que acenam à realidade do povo negro brasileiro. Nomes como Abdias do Nascimento, primeiro deputado federal negro no Brasil ou Benedita da Silva, política negra com mais tempo no legislativo, tem carregado a missão de representar determinadas pautas em épocas em que a própria formação do Poder Legislativo era incerta e incipiente, já que nos anos 90 a democracia dava seus passos de bebê recém-nascido.

Quando se fala em uma agenda legislativa negra propomos uma tipologia que pode ser vista no quadro 1 baseada no que a literatura nos mostrou até aqui. Entendemos as categorias como construtoras de uma agenda de impacto à população negra do Brasil.

A primeira delas, políticas de valor simbólico e afetivo, consideram características voltadas aos aspectos culturais e de autoestima das pessoas dentro de um grupo minoritário (MILLER, 1989; HERO E TOLBERT, 1995). Dentro da agenda também se encontram as políticas de ações afirmativas, políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica (MILLER, 1989; JOHNSON, 1999; HTUN, 2004; MINTA, 2009). Já as políticas de enfrentamento e criminalização de atos de racismo, injúria e discriminação racial, tem características mais punitivas e estão associadas geralmente as discussões de direitos civis e criminais (MILLER, 1989; HERO E TOLBERT, 1995; GAMBLE, 2007; LIMA, 2010).

A quarta e última categoria leva em consideração o trabalho de Krause e Whitiby (2001) onde os autores mostram que algumas políticas tem efeitos diferentes para a população negra e a não negra, mesmo que em sua essência sejam políticas gerais para toda a sociedade, o contexto vivido pela maioria dos negros brasileiros torna evidentes a diferença dessas políticas. Estamos falando de uma população majoritariamente vulnerável aos problemas já anteriormente relatados, como o desemprego, o acesso à saúde pública e a violência urbana e rural.

**Quadro 1 - Tipos de política que impactam a população negra do Brasil**

| Categorias                             | Eixos das categorias                                                                                                                                                                                                                                     |
|----------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Políticas de valor simbólico e afetivo | (a) Datas comemorativas e feriados nacionais; (b) Mudanças de nomes de rodovia; (c) Ações e eventos de conscientização de afirmação do grupo; (d) Políticas de educação voltadas a modificações na forma e no conteúdo de temáticas voltadas aos negros. |
| Ações afirmativas                      | (a) Políticas de acesso à educação; (b) Políticas de acesso à cargos públicos; (c) Políticas de acesso à política; (d) Políticas de acesso à questões relativas ao bem-estar;                                                                            |

|                                                          |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|----------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                          | (e) Políticas de inclusão ao esporte; (f) Políticas de fomento à manifestações culturais e artísticas; (g) Políticas de acesso à saúde e prevenção de doenças em casos específicos. (h) Políticas de acesso à capacitações e formações profissionais; (i) Políticas de proteção aos povos Quilombolas.                                                                              |
| Enfrentamento ao racismo, injúria e discriminação racial | (a) Políticas de criminalização ao racismo, injúria e discriminação racial; (b) Políticas de enfrentamento e criminalização às religiões de matriz africana; (c) Políticas de criminalização a violência física e territorial dos povos Quilombolas.                                                                                                                                |
| Políticas sociais e estruturais                          | (a) Políticas de segurança pública; (b) Saúde pública; (c) Previdência social; (d) Direitos civis; (e) Direitos trabalhistas; (f) Acesso à moradia; (g) Emprego e mercado de trabalho; (h) Políticas de gestão do ensino público; (i) Políticas relativas ao sistema prisional brasileiro; (j) Políticas de acesso a moradia; (k) Políticas relacionadas ao programa Bolsa Família. |

**Fonte:** o Autor (2019)

A discussão prossegue agora para o seu lado metodológico, onde discutiremos a instrumentalização dos dados, as hipóteses e os modelos presentes dentro do nosso trabalho.

## 4 MÉTODO

### 4.1 QUESTÃO DE PESQUISA, HIPÓTESES E MEDIDAS DE MENSURAÇÃO

Nossa pergunta de pesquisa busca como os deputados federais no Brasil atuam na defesa de uma agenda legislativa em prol dos negros do país. O objetivo deste trabalho é analisar a produção e a atuação dos deputados em três mandatos diferentes, considerando principalmente a presença ou não nas frentes parlamentares de temática racial além dos aspectos de alinhamento com os movimentos sociais e a raça desses deputados.

Temos aqui duas variáveis dependentes que compreendem esse arcabouço: o interesse propositivo e a eficácia legislativa. A primeira leva em consideração a produção legislativa, o fato básico de propor projetos que impactariam à população afrodescendente do país. Enquanto a eficácia legislativa, pode ser entendida de forma particular, levando em consideração a capacidade individual dos autores dessas propostas, seu capital político e legislativo e a habilidade desses políticos em avançar com seus projetos dentro de suas agendas através dos ritos do legislativo nacional até transformá-lo em lei (CARVALHO, 2019).

Contudo os modelos que apresentamos tem constituições diferentes na literatura, além disso, no Brasil, a construção de um banco de dados sobre raça no Brasil não é bem consolidada, apenas em 2014 que a auto declaração dos políticos era coletada. Antes disso não existem informações que possibilitem analisar a constituição racial da câmara de forma oficial. Sendo assim, o primeiro modelo não incluiu os dados de raça e proximidade com o movimento negro justamente porque foi um modelo que incluía todos os deputados das três legislaturas, duas delas sem a informação quanto a raça e sem muitos registros de envolvimento com o movimento negro. Optamos então por seguir os modelos da literatura para cada teste, fazendo alterações pontuais em cada um deles.

### 4.2 DADOS E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

De início, vemos como interessante a descrição mais profunda dos deputados distribuídos nas 53<sup>a</sup>, 54<sup>a</sup> e 55<sup>a</sup> legislaturas. Absorvemos uma das formas de se propor o argumento descritivo, a Tipologia, onde as categorias de maneiras multidimensionais são observadas através de informações colhidas pelo site da Câmara dos Deputados. A intenção principal é entender como se desenharam essas legislaturas, sua constituição, o tamanho das bancadas partidárias e o volume de proposições em cada uma delas, essas informações complementam os dados finais do capítulo 1 que descreveu apenas a constituição partidária e ideológica das frentes parlamentares analisadas.

Uma descrição bem feita pode ajudar a elucidar melhor a construção dos modelos e as variáveis independentes que vão ser utilizadas, como dito por Gerring (2010), a generalização descritiva é capaz de produzir teorias ou fórmulas sobre os acontecimentos estudados no mundo (GERRING, 2010).

Passando por esse ponto inicial, nos debruçamos à análise e classificação das proposições. Em 12 anos, entre as 53<sup>a</sup>, 54<sup>a</sup> e 55<sup>a</sup> legislaturas e segundo os dados enviados pela própria Câmara dos Deputados, 38.487 projetos foram introduzidos no órgão. Para filtrar apenas as proposições que se enquadravam as temáticas das nossas quatro categorias propostas no quadro 1 do capítulo 2 nos utilizamos da própria indexação dos projetos, seleção de palavras-chave que os assessores legislativos responsáveis pela gestão dos dados utilizam para simplificar a procura e o entendimento sobre o que se trata cada projeto, no quadro 2 demonstramos cada palavra utilizada no filtro que nos ajudou a classificar as proposições da agenda negra através da indexação.

**Quadro 2 - Termos utilizados no filtro de palavras da indexação da Câmara dos deputados**

| Indexação                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>a) Negro; Negra; Negritude; Dia Nacional; Consciência negra; Semana de; Afro; Africano; Afro-brasileiro; Afro-brasileira; Cultura Afro; Raça; Etnia; Identidade; Afirmação; Candomblé; Umbanda; Quilombo; Quilombola; Cor; População negra;</p> <p>b) Direitos Humanos; Antirracismo; Racismo; Discriminação; Crime; Injúria; Segregação; Preconceito; Intolerância; Menor; Imputabilidade penal; Responsabilidade criminal; Sistema Prisional; Sistema Carcerário; Abordagem; Violência policial;</p> <p>c) Desigualdade Racial; Ações afirmativas; Bolsa Família; Cotas; Domésticas; Reforma; Desemprego; Saúde Pública; SUS.</p> |

Fonte: O autor (2019)

#### 4.3 DISCUTINDO VARIÁVEIS E MODELOS

Como vimos, existe uma tradição na ciência política em se procurar dentro de fatores internos ou externos, variáveis que explicam o comportamento legislativo. Em nosso caso, o teste de hipóteses leva a escolha das duas variáveis dependentes já citadas: Interesse propositivo e a Eficácia legislativa. No primeiro caso a natureza do Interesse propositivo implica em uma

situação onde a variável dependente é binária, ou dummy e que pede por isso um modelo de regressão logística em seus testes.

Já no caso da Eficácia Legislativa utilizamos uma análise de Regressão Linear Múltipla, metodologia estatística de previsão de valores de uma ou mais variáveis de resposta, através de um conjunto de variáveis explicativas, chamadas de variáveis independentes (KASZNAR, 2011). Separamos em subseções as discussões relativas aos modelos testados no trabalho. No primeiro caso, onde mensuramos o Interesse Propositivo dos deputados na agenda, selecionamos variáveis independentes diferentes do segundo modelo que compreende a Eficácia Legislativa, no primeiro caso utilizamos a literatura social e a discussão no primeiro capítulo. No segundo caso, utilizaremos o próprio modelo proposto por Carvalho (2019). Essa escolha se baseia nas recomendações da própria autora quanto, já que a Eficácia Legislativa segundo a literatura depende de um conjunto de características, explicitadas no tópico 3.3.2 mais adiante.

#### **4.3.1 Proposições com temáticas raciais**

O ato de propor um projeto relativo aos negros no Brasil, é uma forma de dar atenção a situação e a agenda do povo negro e dos movimentos sociais associados a essa temática, não apenas de forma simbólica através de discursos mas se utilizando dos instrumentos que um mandato de deputado federal tem para fazer tais coisas. Sendo assim consideramos variáveis de característica mais próxima a atuação individual e partidária do deputado nesse primeiro momento: a participação ou não nas frentes parlamentares, a ideologia partidária do deputado, considerando que existe uma proximidade da agenda entre políticos progressistas e o movimento negro do Brasil; por fim interessa saber se o fator populacional influencia os deputados a produzirem essas questões, para isso criamos uma variável com a estimativa de negros dentro da população de cada estado do país para saber se isso acarreta em algum tipo de impacto na atenção dada de cada deputado ao assunto, o quadro à seguir resume essas variáveis.

Vale ressaltar que na análise de regressão a variável dependente pode ser influenciada por variáveis quantitativas e qualitativas. As variáveis quantitativas são facilmente mensuradas em alguma escala o que não ocorre com as variáveis qualitativas, uma vez que essas indicam a presença ou a ausência de uma qualidade ou atributo, sendo assim, o método proposto para quantificar esses atributos é construir variáveis artificiais que assumam valores de 1 ou 0, indicando a ausência de um atributo ou sua presença (MISSIO e JACOBI, 2007).

**Quadro 3 - Variáveis selecionadas para o teste da primeira hipótese, tendo como variável dependente a proposição nas temáticas da agenda negra entre as 53ª, 54ª e 55ª**

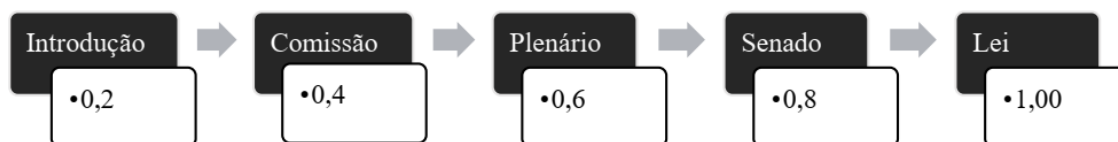
| Variáveis independentes                                   | Mensuração                                                                                                              |
|-----------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Integrante da frente parlamentar de temática antirracista | Participação nas frentes parlamentares de temática antirracista, variável dummy, “1” se participa da frente parlamentar |
| Ideologia Partidária                                      | Ideologia do partido do parlamentar, variável ordinal.                                                                  |
| População negra                                           | Estimativa da população negra no estado que o parlamentar representa, variável contínua.                                |
| Integra Governo                                           | Dummy, “1” se partido membro da coalizão                                                                                |
| Elaboração: o Autor.                                      |                                                                                                                         |
| Variável dependente                                       | Mensuração                                                                                                              |
| Interesse propositivo dos deputados                       | Variável dummy, “1” se propôs algum projeto relativo à agenda negra.                                                    |

Fonte: O autor (2019)

#### 4.3.2 Eficácia Legislativa

O score da eficácia legislativa permite a criação de um modelo de regressão linear em que todo o processo legislativo é compreendido e analisado e em que as proposições recebem seus pesos e importâncias de acordo com os estágios de sua sobrevivência na Câmara. Segundo Carvalho (2019) entro desta medida, assim como são consideradas as matérias legislativas da Câmara dos Deputados, estão sendo considerados os estágios de introdução do projeto, sua tramitação pelas comissões, em seguida pelo plenário da Câmara, sua passagem pelo Senado e sua aprovação pelo Executivo tornando-o norma jurídica. Os estágios são classificados através de filtragem. Nesse sentido, quando os projetos se localizam nessas etapas do processo eles recebem uma valoração entre 0,2 a 1 ou em entre 20 a 100, como mostra a figura 3:

**Figura 5 - Etapas do processo legislativo e os valores de tramitação dos projetos**

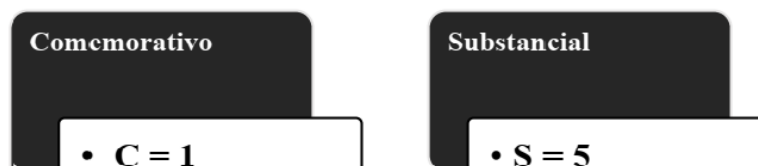


Fonte: CARVALHO - INFLUÊNCIA PARLAMENTAR. Uma análise dos fatores que contribuem para a eficácia legislativa dos projetos de lei em saúde de 1995 à 2014

Algumas questões precisam ser consideradas nas análises de eficácia legislativa:

- 1- Será considerado o valor de 0,2 aos projetos iniciados para gerar uma diferença entre os parlamentares que vão propor e os que não irão propor projetos, sejam em áreas específicas, sejam na análise da totalidade de projetos.
- 2- Como os projetos podem seguir o fluxo legislativo como também podem retornar ao estágio anterior por motivos de petição de recurso, por exemplo, então será considerado o último estágio ao qual a matéria legislativa esteve presente. Exemplo: Se um projeto chegou até o Senado, mas precisou voltar para a Câmara por motivos de revisão ou decisão final, então o Senado será considerado o último estágio e assim será realizada sua alocação valorativa.
- 3- Além disso, os projetos serão categorizados de acordo com o grau de conflito que podem estabelecer entre os parlamentares com vista a provação, ou seja, projetos de caráter comemorativo, de homenagens, nomeação de locais, por exemplo, tendem a ser transformados em norma jurídica com mais facilidade do que projetos que envolvam debates mais substanciais. Por esse motivo, os projetos também receberão o valor de acordo com a substancialidade do projeto como mostra a figura a seguir:

**Figura 6 - Valores de tramitação dos projetos em dupla caracterização.**



Fonte: Carvalho (2019) - Influência Parlamentar. Uma análise dos fatores que contribuem para a eficácia legislativa dos projetos de lei em saúde de 1995 à 2014 (2019)

Dessa maneira os projetos são multiplicados pelos estágios de localização no processo e pelo peso de seu conteúdo. O cálculo do score de eficácia, apesar de ser um valor individual

do parlamentar, está condicionado a produção legislativa das legislaturas analisadas, dos parlamentares que no caso deste trabalho preenchem as condições necessárias, já que apenas observamos os deputados que propuseram dentro da agenda negra. Diferente das duas outras medidas, a literatura de Eficácia já nos possibilitou seguir um modelo em que três grandes grupos de variáveis ajudariam a explicar seus efeitos: As características individuais do deputado; O capital político; e o Capital Legislativo (CARVALHO, 2019).

O quadro 4 descreve as variáveis do terceiro modelo, que compreende os efeitos da Eficácia no estudo:

**Quadro 4 - Variáveis a serem testadas tendo como Variável Dependente o Score de Eficácia legislativa das proposições da agenda negra**

| Variáveis independentes | Mensuração                                                                     |
|-------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|
| Sexo                    | Sexo do parlamentar, variável dummy, “1” se mulher.                            |
| Movimento negro         | Ligação com o movimento negro, variável dummy, “1” se existir a ligação.       |
| Raça                    | Raça, cor ou etnia do deputado, variável dummy, “1” se negro “0” se não negro. |

Fonte: Adaptação do quadro de variáveis de Carvalho (2019)

| Capital Político        |                                                                          |
|-------------------------|--------------------------------------------------------------------------|
| Variáveis independentes | Mensuração                                                               |
| Seniority               | Nº de legislaturas na Câmara dos deputados, variável discreta            |
| Legislatura Estadual    | Atuação em câmara legislativa Estadual, variável dummy, “1” se já atuou. |
| Cargo no Executivo      | Exercício de cargo no executivo, variável dummy, “1” se já exerceu.      |
| Segurança eleitoral     | % de votos/ total de eleitores                                           |

Fonte: Adaptação do quadro de variáveis de Carvalho (2019)

| Capital Legislativo                                  |                                                                                                                            |
|------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Variáveis Independentes                              | Mensuração                                                                                                                 |
| Presidente da Câmara                                 | Variável dummy, “1” se presidente                                                                                          |
| Presidente ou relator de comissão de alta relevância | Variável dummy, “1” se presidente ou relator da Comissão de Constituição e Justiça ou da Comissão de Finanças e Tributação |
| Membro de comissão de alta relevância                | Variável dummy, “1” se membro da CCJ ou da CFT.                                                                            |
| Presidente ou relator de Comissão                    | Variável dummy, “1” se membro da CCJ ou CFT                                                                                |
| Líder da maioria                                     | Variável dummy, “1” se líder.                                                                                              |
| Líder da minoria                                     | Variável dummy, “1” se líder.                                                                                              |
| Membro do partido majoritário                        | Dummy, “se líder da minoria”                                                                                               |
| Governo x oposição                                   | Dummy, “1” se partido membro da coalizão                                                                                   |
| Frente Parlamentar de temática antirracista          | Variável dummy, “1” se integra frente parlamentar de temática antirracista.                                                |

Fonte: Adaptação do quadro de variáveis de Carvalho (2019)

| Variáveis de controle   |                                                                            |
|-------------------------|----------------------------------------------------------------------------|
| Variáveis Independentes | Mensuração                                                                 |
| Urgência                | Projeto em regime de urgência, variável dummy, “1” em regime de urgência   |
| Lei_Comissão            | Projetos transformados em lei nas comissões legislativas, dummy “1” se sim |

Fonte: Adaptação do quadro de variáveis de Carvalho (2019)

#### 4.4 ANÁLISE DE PERFIL POLÍTICO

Como análise complementar selecionamos dez deputados dentro dos nossos resultados para traçar um perfil político dos integrantes das frentes parlamentares de temática racial dentro do nosso recorte. Os deputados foram selecionados por recortes raciais, quando possível, sexo e classe social.

Além disso foi de nosso interesse propor uma análise sistemática considerando alguns tópicos importantes que levam em conta (1) a atuação propositiva desses deputados; (2) a sua participação em outras frentes parlamentares de relevância; (3) discursos feitos em plenário relativos a este tema. O quadro 5 foi elaborado para explicar as categorias de análise do perfil político dos deputados analisados. No próximo capítulo apresentamos os resultados de nossas análises.

**Quadro 5 - Categorias para análise de perfil político**

| Análise de perfil político dos deputados |                                                                                                 |
|------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Categoria                                | Explicação                                                                                      |
| Raça                                     | Raça do deputado                                                                                |
| Ligação com o movimento negro            | Se existe ligação e engajamento do deputado com o movimento negro brasileiro.                   |
| Sexo                                     | Sexo do (a) deputado (a)                                                                        |
| Classe                                   | Classe do parlamentar de acordo com a sua profissão.                                            |
| Bens declarados na justiça eleitoral     | Valor declarado na justiça de patrimônio do deputado, retirado do TSE                           |
| Projetos na agenda negra                 | Soma dos projetos na agenda negra proposto pelos deputados                                      |
| Número de mandatos                       | Quantos mandatos o deputado possui em sua carreira política                                     |
| Outras frentes parlamentares             | Frentes parlamentares relevantes em que o deputado pode estar concentrando seu tempo e atuação. |

Fonte: O autor (2019)

## 5 RESULTADOS

### 5.1 A CÂMARA DOS DEPUTADOS DE 2007 À 2018

Em fevereiro de 2007 a legislatura do segundo mandato de Luís Inácio Lula da Silva se iniciou. Foi um período de primazia das pautas do presidente, em que os preceitos da governabilidade, assegurada pelo forte presidencialismo de coalizão brasileiro pareciam ser a tônica da época. 13 partidos compuseram o bloco partidário da maioria que representava o governo na câmara, ao todo eles eram no início da legislatura um bloco de 343 deputados. Enquanto a minoria era composta por cerca de 161 deputados e cinco partidos, existiram também três partidos que se mantiveram independentes, os três somados tinham 9 deputados.

O banco de dados da Câmara dos Deputados aponta que a 53ª legislatura produziu 12.826 proposições legislativas durante os 4 anos de mandato, desse total, 3.421 projetos foram aprovados, tanto no plenário, quanto por comissões devido ao caráter conclusivo das proposições, conforme diz o artigo 24 inciso II, em que os projetos de caráter conclusivo não precisam ir até o Plenário da casa para serem aprovados.

Após os quatro anos finais de Lula, O Brasil elegeu sua sucessora e passou a vivenciar pela primeira vez na sua história uma mulher como Presidente. Assim como Lula, Dilma Rousseff contou com uma base aliada no parlamento bastante robusta e favorável as pautas de seu governo. Após as eleições a base do governo tinha 10 partidos e somava 320 deputados contra o bloco de oposição que tinha 181 deputados de 9 partidos diferentes, o único partido nomeado como independente foi o PSC (Partido Social Cristão) com 12 deputados. Observamos também a produção legislativa deste período, os números foram menores tanto no total de proposições – aqui tivemos 11.496 projetos introduzidos – quanto no número de propostas aprovadas – o número de proposições aprovadas foi de 3.048 projetos. A estabilidade política e social foi a tônica da maior parte deste período político, mas como vimos antes, os ventos mudaram de direção.

No capítulo de apresentação deste trabalho, fizemos uma contextualização rápida do cenário político durante esses 12 anos que compreendem nossa análise da atuação parlamentar em volta da agenda negra. Resgatamos o fato de que a 55ª legislatura teve uma característica diferente das demais: o processo de impedimento da presidente Dilma. Toda a construção inicial da base aliada não garantiu à mandatária a permanência na cadeira da presidência, porém quando olhamos para a sua base aliada já era possível prever uma governabilidade balanceada.

O PT construiu um bloco partidário que nem sequer representava a maioria, junto com mais 5 partidos e somando 180 deputados, Dilma se viu refém do que se convencionou a chamar

de “Centrão” bloco de partidos liderados pelo PMDB do vice presidente Michel Temer e que tinha Eduardo Cunha como um de seus integrantes. Cunha foi eleito Presidente da Câmara e em 2015 foi o responsável pela abertura do processo que tiraria Dilma do cargo. O bloco do Centrão possuía 14 partidos e 218 deputados, enquanto a oposição declarada foi liderada pelo PSDB (partido dos candidatos derrotados nas ultimas 4 eleições pelo PT) e contou com mais três partidos totalizando 106 deputados. Por fim essa legislatura contou com quatro partidos independentes (PSOL, PTC, PT do B e PSL) somados esses partidos tinham 10 deputados, sendo o PSOL o maior com cinco cadeiras.

Após o impeachment de Dilma, os blocos se misturaram. Mas não parece errado dizer que apenas PSOL, PT, PC do B, PDT e Rede se posicionaram como opositores do governo Temer. De Abril de 2016 até o fim do mandato o político paulista se mostrou habilidoso na condução de suas relações com o Congresso Nacional (MORAES et al, 2017). A 55ª legislatura teve uma produção maior do que as anteriores, foram 14.167 projetos legislativos no período enquanto as aprovações caíram bastante, entre as aprovadas em Plenário e os projetos de teor conclusivo aprovado nas comissões o número chegou a 1.939 propostas legislativas aprovadas.

O Brasil passou por esses mandatos com um sucesso alto das questões trazidas pelo Executivo, os últimos quatro anos analisados demonstram essa influência de uma forma geral na construção da agenda do Congresso Nacional. E como será que foi a produção legislativa nesse período se olharmos para a temática racial? No próximo tópico vamos descrever as proposições que segundo a classificação proposta no capítulo 3 deste trabalho compõem a agenda legislativa negra do Brasil.

## 5.2 HABEMUS AGENDA – AS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS QUE ESTÃO DENTRO DA AGENDA DA POPULAÇÃO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PRÓ POVO NEGRO DO BRASIL

Segundo os dados recebidos pela Câmara dos Deputados, entre fevereiro de 2007 até dezembro de 2018 foram propostos 38.487 projetos legislativos dentro da Câmara dos Deputados. Desses cerca de 38 mil projetos foram filtrados através de termos da indexação no banco de dados que recebemos – descrito no quadro 2 do capítulo anterior – políticas que se enquadram nas quatro categorias que propusemos anteriormente nesse trabalho, elas são: Ações afirmativas; Aspectos simbólicos e culturais; Políticas sociais e estruturais; E políticas de punição ao racismo, injúria e discriminação. Após a classificação das 38.487 proposições apenas 374 projetos entravam nos parâmetros de nossas definições de políticas que abraçam a agenda negra brasileira. Esse resultado é menor do que 1% das proposições legislativas do período e já de cara apresentam um diagnóstico relevante: apesar do tamanho da população

negra e da urgência das demandas passadas por essas pessoas, os políticos brasileiros nas últimas legislaturas produziram poucas soluções a esses problemas já debatidos aqui. Ressaltamos que observamos proposições dos deputados integrantes das frentes parlamentares, mas também observamos proposições dos deputados que não integraram as frentes.

Os 374 projetos foram classificados também pelas categorias da nossa tipologia apresentada anteriormente, os resultados mostram uma primazia de políticas sociais e estruturais, já que essas são as políticas construídas sem uma segmentação, mas que em seu conteúdo afetam a população negra em maior grau. O número total de políticas classificadas nessa categoria é de 178 projetos ou 47,6% do total.

Dentro dessa categoria a nossa classificação destacou projetos como o PL 7143/2010 da deputada Andreia Zito na época parlamentar do PSDB, o projeto previa a criação de um fundo nacional que conseguisse realizar o Programa Nacional de Erradicação de Favelas e loteamentos irregulares; A PEC 478 de 2010 de autoria do deputado Carlos Bezerra do PMDB, essa proposta de emenda constitucional ficou conhecida no país como a PEC das domésticas revogando o parágrafo único do art. Sétimo da Constituição Federal e estabelecendo a igualdade de direitos trabalhistas entre empregados domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais, é uma das poucas que foi bem sucedida, sobreviveu os tramites do legislativo e em 2013 se transformou na Emenda Constitucional de número 72. A legislatura de número 54 foi a responsável pela aprovação dessa PEC, considerada uma das grandes vitórias da Frente Parlamentar Mista pela igualdade racial e em defesa dos povos quilombolas, os dados mais recentes mostram que os negros representam mais de 66% dos trabalhadores domésticos do país, sendo portanto inevitavelmente uma política que impactou a população negra do Brasil.

Outros exemplos de projetos dentro desta categoria são: PL 4608 de 2012, proposta do deputado Edson Pimenta do PSD da Bahia que pretendia criar procedimentos em leis para a abordagem policial; PL 2.438 de 2010, produzido pela Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas, razões, consequências e custos sociais econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil, este projeto tinha como objetivo a criação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens.

A segunda categoria com mais proposições são as Ações afirmativas com um total de 90 projetos representando 24,1% da agenda que se dividem entre ações afirmativas de acesso à educação, cargos públicos ou de facilitação econômica e produtiva aos povos quilombolas. Em destaque a produção de Benedita da Silva, já citada anteriormente nesse trabalho pela representatividade histórica de seu pioneirismo na política. Como exemplos temos o projeto de lei 5.027 de 2016 que busca incluir ações afirmativas na lei de licitações e contratos da

administração pública, buscando inserção de negros nas empresas que participam de licitações. Já o PL 124 de 2015 da mesma Benedita, visa incluir como beneficiários de crédito rural as comunidades quilombolas e ribeirinhas quebradoras de coco babaçu, atingidas por barragens e assentados da reforma agrária. Outra proposição interessante dentro da agenda é o PL 7103 de 2014 em que Benedita propõe alteração no Estatuto da igualdade racial transformado em lei em 2010, a alteração pede para incluir o quesito cor ou raça nos prontuários, registros e cadastramentos do Sistema de Informação em Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).

O PL 4842 de 2009 dispõe sobre normas de equidade de gênero e raça, de igualdade das condições de trabalho, de oportunidade e de remuneração no serviço público, a autoria dessa proposta foi de Iriny Lopes do PT. Em 2014 Otavio Leite do PSDB propôs Reserva de vinte por cento das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário, foi o Projeto de Lei 7485 de 2014. Já a PEC 116 de 2011, de autoria do deputado Luiz Alberto do PT da Bahia propõe acrescentar a reserva de vagas na Câmara dos deputados, nas assembleias legislativas e na Câmara Legislativa, por cinco legislaturas para parlamentares oriundos da população negra.

A próxima categoria com mais projetos é Racismo, Injúria e Discriminação, categoria de políticas com teor mais punitivo que criminaliza atitudes voltadas a essas situações. É um escudo jurídico que possibilita uma proteção da lei às pessoas negras na violência racial que podem vir a sofrer no dia a dia. Temos dentro dessas proposições uma leva de políticas que tentam alterar a Lei antirracismo de 1989 adicionando algumas questões que viraram pautas nas últimas décadas, sejam questões étnicas, inclusão dos povos quilombolas ou de especificações de gênero. Ao todo foram 60 propostas representando 16% do total.

Alceu Moreira em 2014 propôs o PL 7.383 em que o projeto do deputado do PMDB pedia uma alteração no código penal, tipificando como crime a injúria racial ou étnica em estádios, ginásios ou outro recinto esportivo; A deputada do PT de São Paulo Ana Perugini inclui a misoginia para ampliar a proteção às mulheres negras através do PL 8.992 de 2017; Outro exemplo é o do PL 8.540 de 2017 de Assis Melo do PCdoB pedindo a alteração do código penal para dispor sobre a criminalização da intolerância, ódio, preconceito, exclusão e violência por meio da internet, dispositivos eletrônicos e ambiente virtual. Projetos como os PL's 1.411 de 2011 e o 979 de 2015, são também construídos para combater a intolerância religiosa e fazem referências diretas à proteção de religiões de matrizes africanas, o primeiro projeto tem autoria de Washington Reis do PMDB do Rio de Janeiro e o segundo de Wadson Ribeiro do PC do B de Minas Gerais. Por fim, exemplificamos o PL 6298 de 2013 de Ruy Carneiro, deputado do

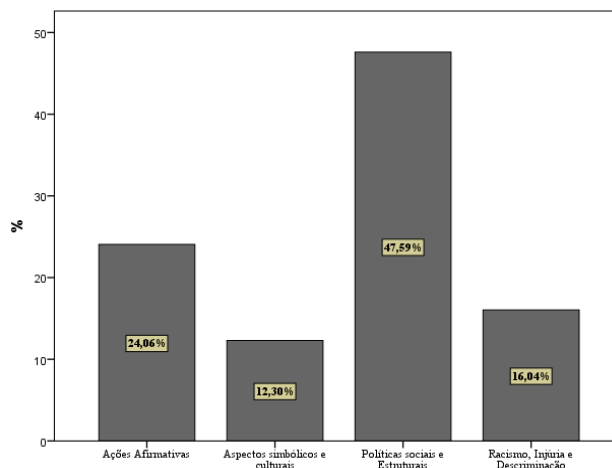
PSDB da Paraíba que veda a adoção de tratamento discriminatório com base em critérios estéticos para investidura em cargos públicos.

Por último as políticas de aspecto simbólico e de afirmação cultural envolvem a criação de datas comemorativas especiais ou dias, semanas ou eventos celebradores da cultura negra, além de atribuírem prêmios e homenagens à pessoas notórias e símbolos culturais da veia afrodescendente do país. Somadas as políticas dessa categoria representam 12,3% do total, foram 46 proposições classificadas aqui.

Como exemplos começamos citando o PL 7428/2010 propõe a criação de um dia nacional das tradições de matrizes africanas e nações do candomblé, proposta de Carlos Santana do PT do Rio de Janeiro; Já o PL 4124 de 2008 é um projeto de Chico Alencar do PSOL que visa definir o funk – estilo musical derivado da cultura negra do hip hop e extremamente popular nas favelas do Brasil – como forma de manifestação cultural. O deputado do DEM, Francisco Floriano apresentou o PL 9080 de 2017 propondo a promoção de campanha educativa contra o racismo direcionada a conscientização de torcidas, jogadores e dirigentes de futebol.

Uma das políticas mais ousadas que encontramos, dentro dessa categoria mais simbólica é o PL 5434 de 2016, proposto pelo deputado Orlando Silva do PC do B de São Paulo. Nesse projeto inicialmente pede a alteração da política e das instituições monetárias, porém, em uma das providências do projeto se inclui a homenagem a personalidades femininas negras nas cédulas de moeda-papel e nas moedas metálicas. O gráfico 8 resume os percentuais de proposições divididas em cada categoria de nossa tipologia.

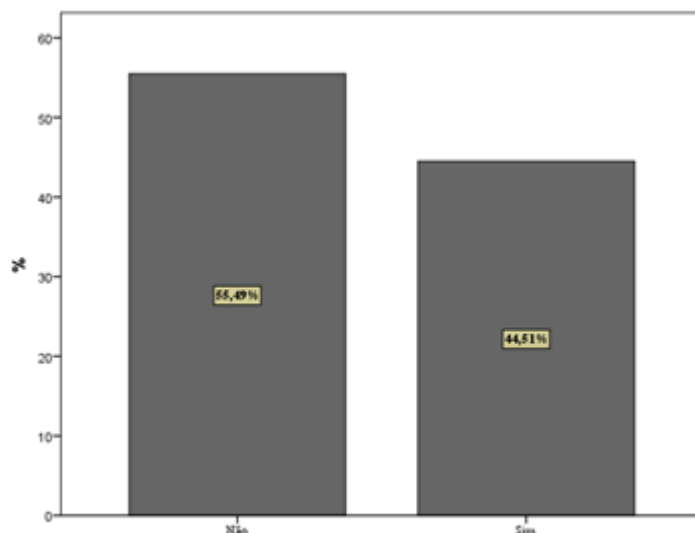
**Gráfico 7 - Percentual de classificadas por tipologia de políticas da Brasil**



**proposições  
categorias da  
agenda negra do**

Fonte: O autor (2019)

Outro ponto importante vem da percepção diferença percentual entre deputados integrantes das frentes parlamentares analisadas e os demais parlamentares que não são integrantes. Os resultados são curiosos: 187 proposições são de autoria de deputados não integrantes das frentes parlamentares, número pequeno se considerarmos que o número de parlamentares de fora das organizações é bem maior do que o de parlamentares dentro das frentes. Em compensação os integrantes das frentes parlamentares de temática racial propuseram no total 150 proposições no total das 374. As 37 proposições ausentes vieram de fora da Câmara dos Deputados. O gráfico 9 foi elaborado para demonstrar o percentual dessa comparação entre integrantes da frente parlamentar e os não integrantes.

**Gráfico 8 - Percentual de proposições de autoria de integrantes ou não das frentes parlamentares**

Fonte: O autor (2019)

Devemos considerar tanto nos casos do gráfico 10, que envolvem unidades da federação, tanto em casos de análise partidária, que a composição das bancadas varia de acordo com o Estado e o partido. Existem partidos que possuem mais cadeiras e geralmente são os que tem números maiores nas descrições. No caso dos Estados esse número é fixo e calculado de acordo com o artigo 45 da Constituição Federal. Hoje em dia cada unidade da federação pode eleger entre oito (caso do Acre) até 70 (caso de São Paulo) deputados.

Quando nossa análise descritiva o observa a produção dentro da agenda por Estados chama atenção os números do Estado de São Paulo, que tem hoje 17 milhões dos negros do país e é também o Estado com mais deputados na câmara, cerca de 59 proposições vieram do maior campo eleitoral do país, representando 17,93% do total. Atrás de São Paulo veem dados também interessantes, o Rio de Janeiro tem cerca de 51 proposições e sua população negra é de 9 milhões aproximadamente. No Rio, a população negra representa a maioria da população do Estado, em São Paulo, o valor que mencionamos não chega nem a metade da população da unidade federativa paulista.

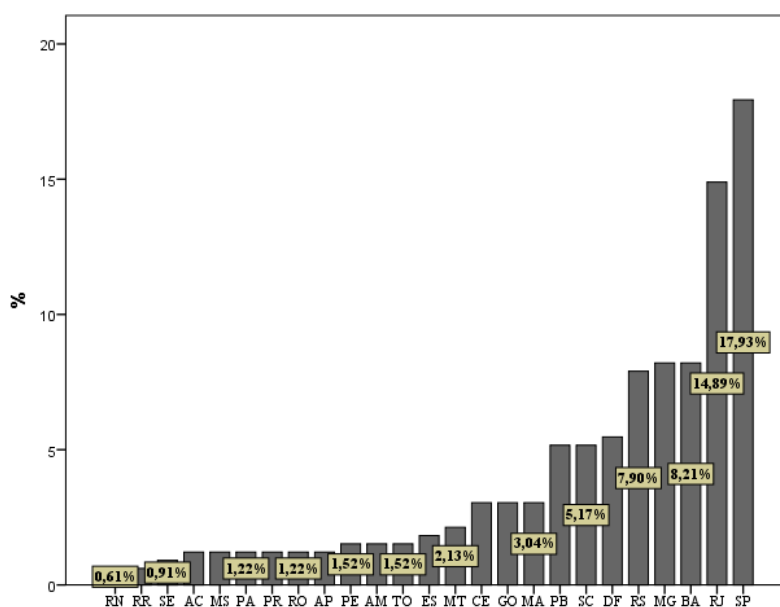
A Bahia e o Rio Grande do Sul são Estados de realidades raciais diferentes, o Estado nordestino possui cerca de 81% de negros em sua população enquanto o Estado do sulista tem 21% uma das taxas mais baixas de negros em sua população. Apesar disso, 28 proposições são de deputados do Rio Grande do Sul enquanto 27 proposições são de autoria baiana. A última observação que chama nossa atenção é a ausência do Piauí nesses dados, Estado que sempre teve uma taxa de negros alta e que nos últimos dados do IBGE apontavam 80% de sua

população, nossa análise indicou que nenhum deputado do Piauí propôs políticas dentro do que chamamos de agenda negra. A demonstração gráfica vem com o percentual de proposições classificadas por estado em nossa análise que pode ser conferida no gráfico 10.

Quanto aos partidos e autorias, nos doze anos analisados alguns sempre foram os destaques, as lideranças e protagonistas, de um lado o PT e seus aliados poderosos do centro político o PMDB e o PP, do outro lado o PSDB – adversário de segundo turno em todas as eleições - com a aliança do DEM. Obviamente, outros partidos menores circularam os citados e se dividiram na busca de poder e influência, em 2015 o PMDB (que passaria a se chamar MDB) passou a se posicionar de forma independente do PT e centralizou em si as forças do centro com muitos partidos medianos e pequenos.

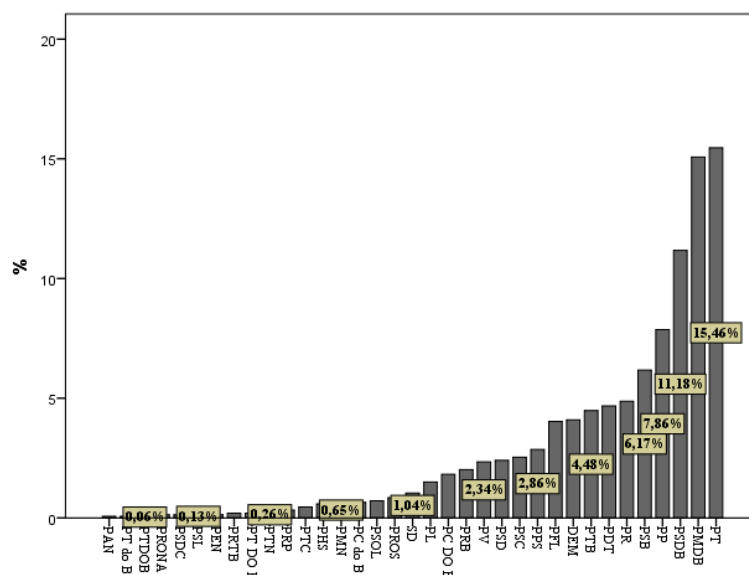
Dentro da análise da agenda negra observamos também a classificação dos projetos pelos partidos dos autores e os resultados mostram uma predominância do partido que governou o país durante 10 dos 12 anos: o PT teve 103 proposições na agenda negra, representando 27,5% do total. Em seguida vem partidos do primeiro escalão da política nacional, o PMDB com 40 propostas, o PSDB com 28, o DEM com 21 e o PP com 20. O gráfico 11 foi demonstrar o percentual das proposições por autoria partidária como elucidado nesses últimos parágrafos, o gráfico considera apenas as proposições de autoria de parlamentares que integram partidos.

**Gráfico 9– Percentual de proposições da agenda negra classificadas por Unidades da Federação**



Fonte: Câmara dos Deputados (2019)

**Gráfico 10 - Percentual de Proposições da Agenda negra classificadas pelos partidos dos autores**

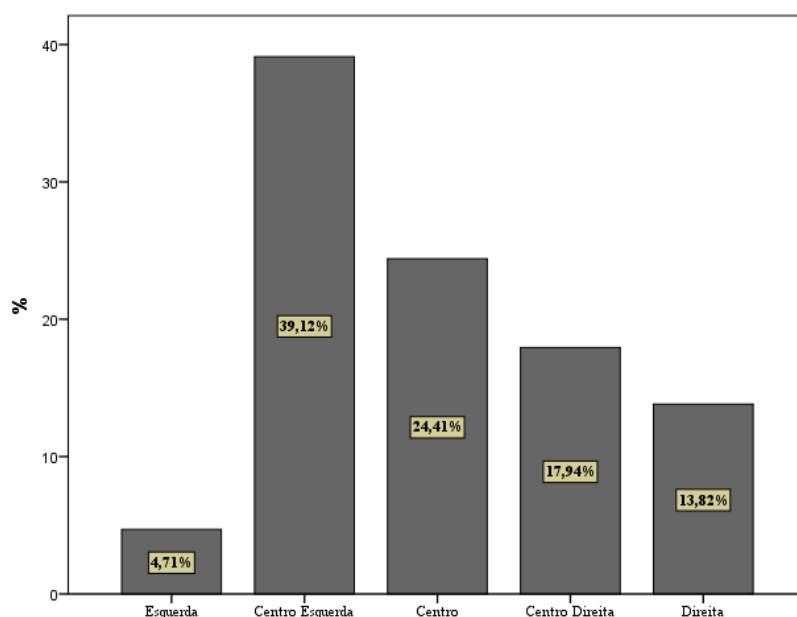


Fonte: Câmara dos Deputados (2019)

Cerca de 35 proposições têm autorias não partidárias: 13 dessas feitas após trabalhos de comissões parlamentares. Em destaque evidenciamos a PRC 63/2015 que propõe a criação do Observatório de combate a discriminação racial, intolerância e outras formas de violência no âmbito da Câmara dos Deputados, de autoria da CPI que investigou o número elevado de mortes e desaparecimentos de jovens negros e pobres. Já o PL 8.127 de 2014 foi escrito pela “Comissão Externa da Câmara dos Deputados para propor ações legislativas e políticas capazes de combater os recentes casos de Racismo, bem como investigar as providências adotadas pelos setores públicos e privados” e tinha como objetivo o aumento para dois a cinco anos de reclusão para o crime de injúria utilizando elementos referentes a raça, cor, etnia, religião e origem. O Supremo Tribunal Federal também propôs em 2009 um Projeto de Lei de número 5.910 propondo a criação no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Execução de Medidas Socioeducativas. As outras políticas que fecham a conta das autorias não partidárias partiram do Poder Executivo e de seus ministérios.

Como no primeiro capítulo propusemos a classificação através da ideologia partidária dos autores, dando resultados semelhantes aos encontrados na análise da composição das frentes: cerca de 133 propostas tiveram autoria de deputados de partidos da centro esquerda, enquanto 83 foram criadas por deputados do centro. A centro direita e a direita somam 108 proposições. O menor número é de partidos de esquerda (PSOL e PC do B) com apenas 16 proposições. O gráfico 12 mostra o percentual das proposições divididas pela ideologia partidária dos deputados autores dos projetos.

**Gráfico 11- Percentual de Proposições da Agenda negra classificadas pela ideologia partidária dos autores**



Fonte: Câmara dos Deputados (2019)

Próximos do fim da análise descritiva, trazemos um tema específico que surge da combinação entre os dados apresentados no capítulo um com a análise que gerou as classificações das políticas através de suas temáticas. Um dos temas mais recorrente entre 87 projetos envolve a imputação de punições penais a menores infratores, seja por pedidos de convocação de plebiscitos para reduzir a maioria penal, como nos Projetos de Decreto Legislativo 403/2007; 3112/2011; 831/2013; 949/2013; 1120/2013 e 1489/2014. Há também duas PECs de autoria de Onyx Lorenzoni do DEM do Rio Grande do Sul, a primeira de número 85 de 2007 visa a redução para 16 anos de todos os menores que cometeram crimes, enquanto a PEC 273/2013 propõe alterar o artigo 228 da Constituição da República criando a Emancipação para Fins Penais.

A verdade é que algumas das proposições analisadas apresentam aspectos negativos, tendo um teor penal, buscando sempre o endurecimento das leis além de aumentar tempo de prisão ou tornar mais rígidas as regras para a população prisional. Como já relatado antes, tanto os jovens negros quanto os detentos hoje no Brasil são de maioria absoluta compostos por homens negros, entendemos que a ausência de políticas que observem esse fato como um problema estrutural é uma falha grave dos legisladores do país.

O Projeto de Lei 5.580 de 2016 propõe dar ao Estado poderes para restaurar a segurança dos cidadãos viabilizando a segregação do convívio social de indivíduos de alta periculosidade. Já o PL 8229/2017 visa incluir na lei antirracismo uma forma de proibir pessoas de serem comunistas, vale lembrar que um dos maiores movimentos negros da história, o Partido dos Panteras Negras tinha raízes no marxismo revolucionário, além disso, no capítulo 1 falamos da aproximação dos movimentos negros aos partidos comunistas da época do regime militar.

Jair Bolsonaro é o único presidente eleito que aparece nominalmente aqui, já que o próprio foi deputado federal por quase 30 anos e as quatro proposições do hoje Presidente da República tem carregam este viés. Dentre elas citamos o PL 7.421/2014 que visava agravar as penas do crime de pichação que confunde o grafite, arte urbana oriunda do movimento Hip Hop com vandalismo; além do PDC 1.662 de 2014 propondo sustar a portaria Interministerial número 2 de 20 de novembro daquele ano, a portaria instituíu um Grupo de Trabalho com a finalidade de adotar medidas visando receber denúncias de crimes de discriminação nas redes sociais online.

A última informação colhida nessa seção do capítulo diz respeito ao nível de aprovação dentro desses projetos, nós procuramos na análise qual dos projetos foram aprovados e se transformaram em política pública de fato. São 18 as proposições aprovadas e transformadas em Lei ordinária (16), Resolução legislativa (1) ou Ementa Constitucional (1). Leis positivas dentro da agenda negra estão as já citadas Ementa Constitucional 72 de 2013 originária da PEC das domésticas e a Lei 12990 de 2014 estabelecendo cotas raciais em concursos públicos. De negativa com grande destaque está a Lei 13467 de 2017 que ficou conhecida como a Reforma Trabalhista, medida impopular perante a população brasileira<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/05/maioria-da-populacao-e-contra-reducao-de-leis-trabalhistas-e-privatizacoes-em-serie-de-estatais-diz-datafolha.ghtml> Acesso em: 15 de Fevereiro de 2020.

**Tabela 1 - Situação das proposições da Agenda negra na Câmara dos Deputados**

| Situação                                                             | Frequência | %    |
|----------------------------------------------------------------------|------------|------|
| Transformadas em lei, ementa constitucional ou resolução legislativa | 18         | 4,8  |
| Retirada e arquivada                                                 | 120        | 32   |
| Em tramitação                                                        | 236        | 63,2 |

Fonte: O autor (2019)

Essa seção destrinchou a natureza de todas as proposições que compõem a agenda legislativa da população negra do Brasil, passamos por todos os âmbitos que ajudaram a formular as variáveis que vão ser utilizadas nos modelos das próximas seções.

### 5.3 INTERESSE PROPOSITIVO X APATIA PROPOSITIVA

Durante os 12 anos estudados 1.539 deputados foram eleitos e transitaram pela Câmara dos Deputados exercendo as funções de um parlamentar no Brasil. A formação de frentes parlamentares, a distribuição de vagas nas comissões e dos cargos diretores dessas comissões, além da especial briga pelos cargos na mesa diretora da própria câmara e por fim toda as estratégias que são levadas ao plenário e à tribuna em momentos de votação de projetos. Essas são alguns dos métodos mais comuns e gerais dos deputados quando consideramos a sua atuação, porém, vemos uma realidade mais complexa através dos estudos legislativos. Dentro da lógica parlamentar o ato de propor um projeto talvez seja a maior realização individual de um deputado, isto claro quando o projeto não possui coautores.

Não existe limite para proposições, um deputado pode no dia introduzir várias proposições legislativas caso seja a vontade e geralmente o teor dessas propostas tem a ver com assuntos de interesse do deputado e que o levaram a se eleger. Como já vimos e relatamos, o processo de tramitação é longo e complexo, as estruturas se mexem em tempo próprio e depende da habilidade do congressista e da força de seus projetos o andamento do mesmo. É relativamente fácil propor, mas nem sempre é fácil fazer suas propostas sobreviverem.

A hipótese 1 deste trabalho foi construída na estrutura óbvia que considera a existência de uma (ou no caso do nosso trabalho mais de uma) frente parlamentar como uma reunião coletiva de parlamentares que se interessam por algum tema específico. Aqui denominaremos o Interesse propositivo quando deputados propõem projetos dentro de uma temática. Considerando o recorte e a existência de uma frente parlamentar com o mesmo foco a cada legislatura analisada entre 2007 até 2018, com mudança apenas no nome das organizações e na composição das frentes, a hipótese diz que deputados integrantes das frentes parlamentares de temática racial propõem mais projetos do que os deputados não membros.

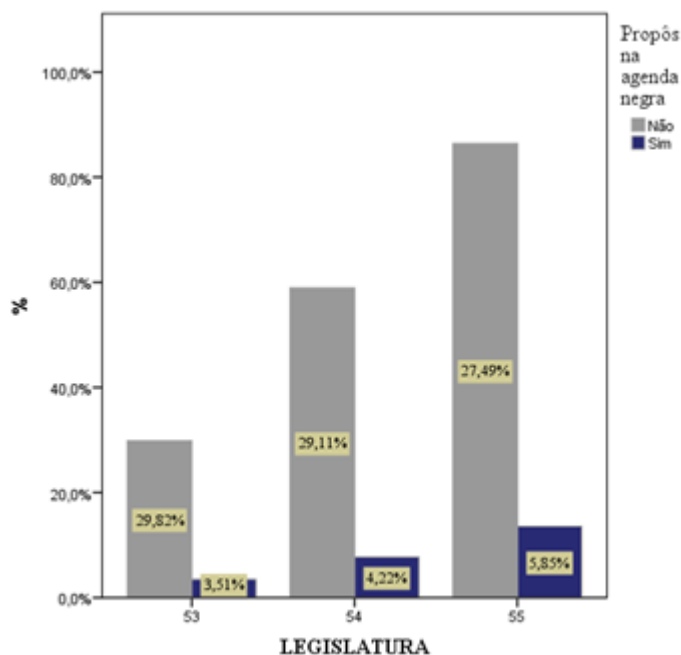
Apesar de parecer óbvio, estamos falando de uma questão complexa no Brasil: Negros são maioria do país em números populacionais, mas também em questões sociais relevantes, como já relatado neste trabalho. Portanto não é estranho considerar que essa agenda voltada aos problemas vividos pela população negra poderia ser abraçada pelos demais parlamentares. Sabe-se que a construção de uma frente também passa por influências partidárias e alguns assuntos podem ter mais apelo ideológico do que outros além disso questões como os fatores geográficos e a disputa de poder entre oposição e governo podem interferir no preenchimento de frentes parlamentares assim como no interesse propositivo na temática racial.

Durante os anos do PT no governo essa pauta foi associada à esquerda e por isso incluímos no modelo algumas variáveis de controle que envolvem aspectos partidários e ideológicos, além da construção geográfica em que deputados vindos de locais com mais negros na população podem ter incentivos maiores em propor projetos e atender demandas desse grupo.

Considerando tudo isto sobre o processo dentro da Câmara dos Deputados a nossa análise começa com uma constatação: dos 1.539 mandatos apenas 209 propuseram projetos dentro do que conceituamos de agenda negra, representando 13,58% do total de deputados. No Gráfico 13 apresentamos o percentual de cada legislatura em relação o número total final. A legislatura 55 foi a que teve mais interesse propositivo, muito embora os números sejam mesmo assim, muito pequenos abaixo de 6% do total.

Outra análise descritiva que fizemos buscou saber quantos deputados no total dos 12 anos integraram as frentes parlamentares de temática racial, o resultado mostra que dos 1.539 mandatos 510 integraram as frentes parlamentares de temática racial, o que representa cerca de 33,14% do total de mandatos.

**Gráfico 12– Percentual de deputados que demonstraram interesse propositivo dentro da agenda legislativa negra entre as 53ª 54ª e 55ª legislaturas**

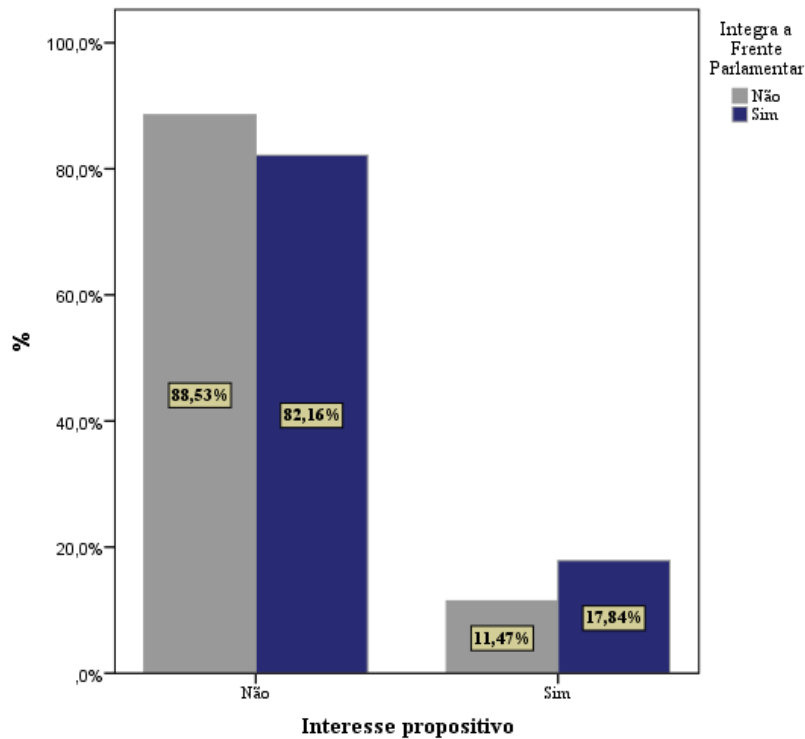


Fonte: Câmara dos Deputados (2019)

Entre os 510 membros de frentes parlamentares de temática racial 91 destes propuseram projetos relacionados ao assunto. Já os não integrantes foram 1.029 deputados e apenas 118 propuseram projetos que dialogam com a agenda negra. A diferença proporcional é muito pequena, mas já indica que na comparação com os propositores os deputados signatários das frentes parlamentares tem resultado proporcional maior do que os não integrantes.

O gráfico 14 propõe uma análise proporcional em que se compara a taxa de deputados propositores e os não propositores tendo como recorte a participação ou não nas frentes parlamentares. O gráfico mostra de forma proporcional dentro do espaço amostral de cada um de seus casos, que entre os deputados propositores estar na frente parlamentar evidencia proporcionalmente um fluxo maior de interesse na agenda legislativa negra. É preciso ressaltar que a maioria absoluta é composta por deputados não integrantes fazendo-se necessária a análise proporcional desta relação. Existem muito mais deputados não integrantes do que os que integram as frentes parlamentares.

**Gráfico 13 - Comparativo percentual entre os deputados propositores e os não propositores tendo como recorte a participação ou não nas frentes parlamentares de temática racial entre as 53ª 54ª e 55ª legislaturas**



Fonte: Câmara dos Deputados (2019)

Apesar do que mostram os resultados descritivos precisamos testar a relação dessas duas variáveis e considerar outras coisas que podem influenciar no interesse propositivo dos deputados em determinadas pautas e políticas. No nosso caso a tabela 2 inclui os resultados da regressão logística proposta no capítulo 3 deste trabalho, aqui podemos ver as medidas e valores dos coeficientes de cada variável. Como já explicado consideramos algumas variáveis como explicativas essas são: População negra por Estados; Ideologia Partidária; E Integra ou não o governo.

Tabela 2– Resultados dos coeficientes da Regressão logística

| Medidas da Regressão.       |                                          |
|-----------------------------|------------------------------------------|
|                             | <i>Variável Dependente:</i>              |
|                             | Interesse propositivo na Agenda Negra    |
| População negra por Estados | -0.000<br>(0.000)                        |
| Ideologia Partidária        | -0.059<br>(0.04)                         |
| Integra frente Parlamentar  | 0.268***<br>(0.1)                        |
| Integra Governo             | -0.087<br>(0.1)                          |
| Constant                    | -0.954***<br>(0.2)                       |
| Observações                 | 1,539                                    |
| Log                         | -604.6                                   |
| Akaike Inf. Crit.           | 1,219.1                                  |
| <i>Note:</i>                | * p < 0.1<br>** p < 0.05<br>*** p < 0.01 |

Fonte: Câmara dos Deputados (2019)

Os resultados mostram, em primeiro lugar coeficientes bem baixos se considerarmos apenas o valor, o que parece ter uma relação direta com o número baixo de casos em que houve um interesse propositivo pelas temáticas da população negra. O fator geográfico demonstra um coeficiente negativo que acabou sendo arredondada para zero. Há um indicativo aí de relação inversa entre o interesse propositivo e o tamanho da população em determinados Estados, esses resultados poderiam trazer à tona de que deputados que vem de Estados com menos negros tendem a se interessar mais pelos temas tocantes a essa população, porém, os valores dos coeficientes são muito baixos e não permitem garantir a significância do resultado.

O gráfico 15 coloca em forma visual a relação das variáveis com os coeficientes da regressão obtidos aqui. Depois de falar sobre a variável população negra nos Estados voltamos o olhar para a ideologia partidária onde os valores mais baixos na escala eram os de partidos de esquerda (valor 1) e centro esquerda (valor 2), como já vimos anteriormente o número de projetos foi muito maior entre esses dois seguimentos políticos, o resultado negativo dos

gráficos indica, portanto, que os deputados de esquerda tendem a se interessar em propor mais projetos do que os de direita.

Os valores para a variável Integra o governo também estão negativos o que causa estranhamento se considerarmos o resultado anterior e a realidade de que nos 12 anos analisados cerca de 9 tiveram governo do PT que na nossa escala é da centro esquerda, na maioria dos governos o PDT, o PC do B e o PSB foram aliados do governo, porém a partir de 2014 o PSB que conseguiu uma boa quantidade de cadeiras rompeu com o governo, além disso o PSOL, outro partido da esquerda sempre ficou independente do governo agindo como a única oposição de esquerda na Câmara.

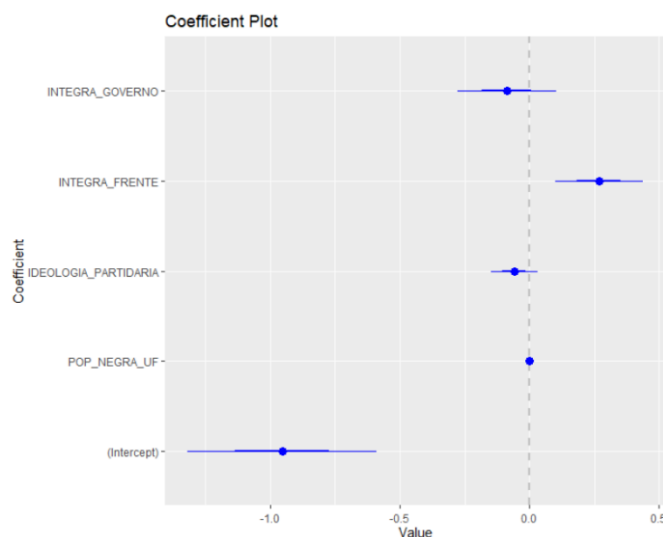
O maior coeficiente apresentado vem da variável principal do nosso modelo, a participação nas frentes parlamentares de temática racial indica nesse modelo uma relação mais forte que as demais variáveis, tendo também uma relação positiva com a variável dependente, apesar de reduzido pelo tamanho dos coeficientes há indícios aqui de que se o parlamentar integrou as frentes seu interesse propositivo foi maior do que os demais, dialogando com os dados apresentados no início deste tópico.

Se nós tratamos o fato de um deputado propor projetos dentro da agenda negra como um indicativo de um interesse propositivo na agenda negra, nós podemos considerar que o contrário disso seria uma apatia propositiva.

Com baixos número de deputados propositores houve um baixo número nos valores dos coeficientes das regressões, dando esse tom geral em que a apatia propositiva substitui o interesse em se propor projetos que respondam todos aqueles números ostensivos trazidos pelas estatísticas oficiais. O que nossos resultados indicam é que quando o deputado integra uma frente parlamentar de temática racial ele reduz a apatia propositiva.

Já percebemos que tanto o interesse propositivo quanto o volume de proposições que abraçam a agenda negra são baixos, mas como serão os resultados e a eficácia dos projetos que existem? E como se saem os deputados interessados nessa agenda dentro do duro processo legislativo da Câmara dos Deputados? Essas respostas vão vir no próximo tópico de nosso trabalho.

**Gráfico 14– Gráfico de distribuição dos coeficientes gerados a partir do modelo de regressão proposto**



Fonte: Câmara dos Deputados (2019)

#### 5.4 EFICÁCIA LEGISLATIVA

Seguindo o que foi feito no último tópico nossa análise começa observando alguns pontos específicos dos dados. A eficácia legislativa atribui pesos diferentes para alguns tipos de projetos como as Propostas de emenda constitucional, os Projetos de Lei ordinários, Projetos de Lei de Conversão e os Projetos de Lei Complementar. A diferença dos dados da análise de interesse propositivo vem na exclusão de outros tipos de projetos considerados pela literatura menos relevantes para a análise da Eficácia. O score da eficácia seria o resultado de um conjunto de atributos que os deputados possuem para fazer seus projetos avançarem na casa.

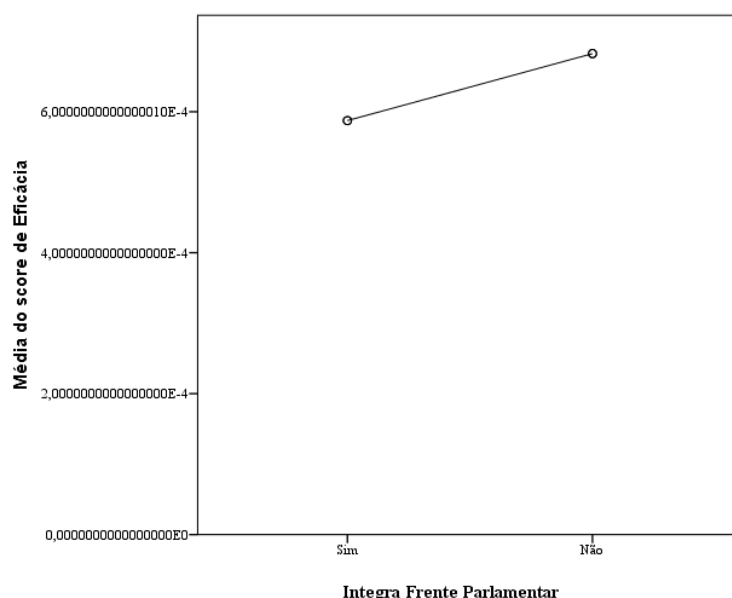
Sendo assim, o número de deputados propositores é de 198 cada um deles carregando as três variáveis principais dessa análise: Integra Frente Parlamentar, Participação no movimento negro e a raça autodeclarada dos deputados. A análise de raça só foi possível pela presença massiva dos deputados nas eleições mais recentes de 2014 em diante, já que só a partir desse ano que o Tribunal Superior Eleitoral passou a colher informações sobre a raça dos candidatos. Vale ressaltar que apenas um dos deputados conseguiu transformar um de seus projetos em lei alcançando um valor mais elevado de eficácia do que os demais. Esse único caso de projeto aprovado nos mostra algo que os resultados do trabalho indicam como um todo: há poucas evidências de um trabalho legislativo robusto relativo às temáticas da agenda negra.

Em termos descritivos os deputados que fazem parte da análise da eficácia legislativa são aqueles que se interessaram na agenda negra a ponto de introduzir um projeto dentro do

tema. Essa análise, contudo, vai além da proposição, observando o trabalho do político no avanço da pauta dentro do processo legislativo. Somados são 198 deputados nas 12 legislaturas analisadas. Desses 198 deputados 59,60% não participaram de nenhuma das frentes parlamentares de temática racial. Deixamos de fora a análise por legislatura porque no caso da eficácia legislativa o trabalho e a atuação do deputado não se mensuram necessariamente na legislatura em que o deputado introduziu o projeto. O legislativo tem o seu próprio ritmo de tramitação e muitas vezes o avanço de propostas é um trabalho para mais de um mandato.

Observamos algumas tendências em relação as médias dos scores de eficácia de cada deputado. Em primeiro lugar, em média deputados que não integram a frente parlamentar foram mais eficazes dentro da atuação em prol da agenda negra. O gráfico 16 mostra essa tendência através do gráfico de linha.

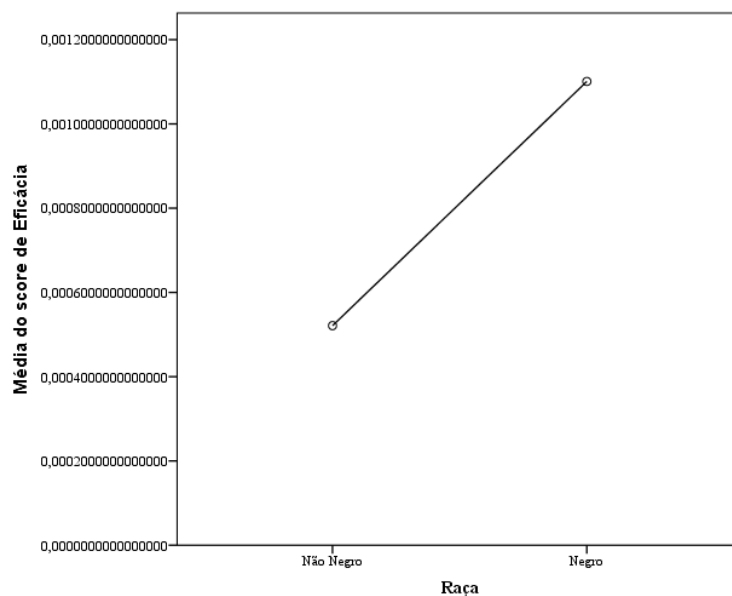
**Gráfico 15 - Média do score da eficácia legislativa levando em consideração a participação ou não da frente parlamentar de temática racial**



Fonte: Câmara dos Deputados (2019)

Enquanto isso a mesma observação, mas levando em consideração a Raça nos indica outra coisa. Deputados Negros apresentam em média scores maiores de eficácia legislativa do que os deputados não negros, como indicado pelo gráfico 17.

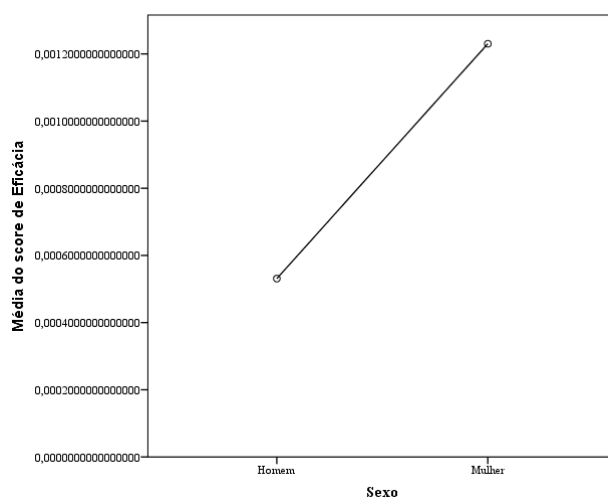
**Gráfico 16– Média do score da eficácia legislativa levando em consideração a raça dos deputados**



Fonte: Câmara dos Deputados (2019)

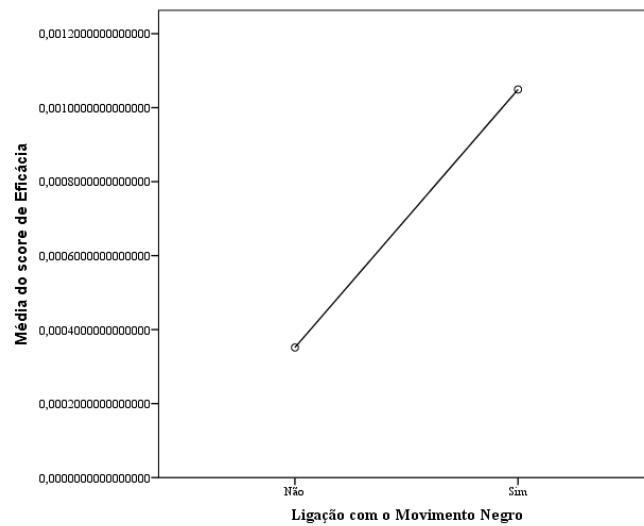
Outro ponto que foi observado são as médias no recorte de ligação com o movimento negro e com o sexo dos deputados. Os dados indicam que deputados mais próximos ao movimento negro tem médias de score de eficácia maiores do que os que não tem essa proximidade. Enquanto isso, mulheres parecem ser mais eficazes que os homens dentro dessa análise, podemos ver essas informações nos gráficos 17 e 18.

**Gráfico 17– Média do score da eficácia legislativa levando em consideração o sexo dos deputados**



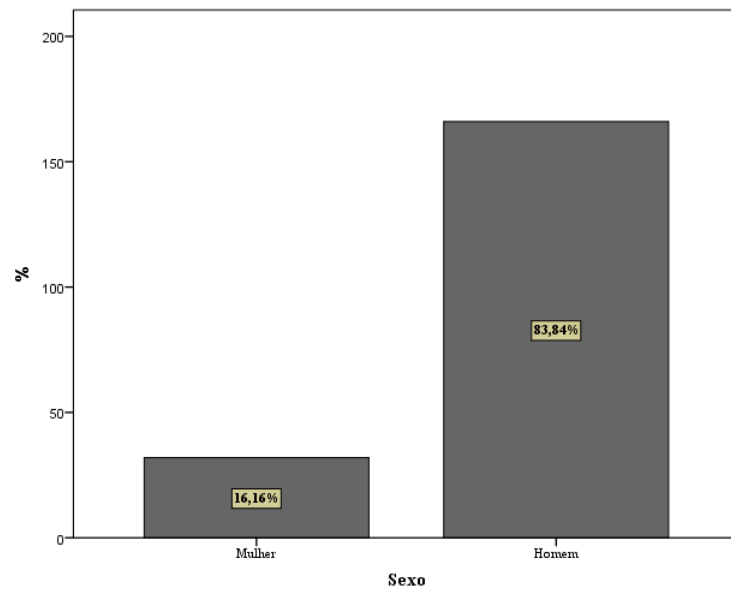
Fonte: Câmara dos Deputados (2019)

**Gráfico 18 - Média do score da eficácia legislativa levando em consideração o sexo dos deputados**

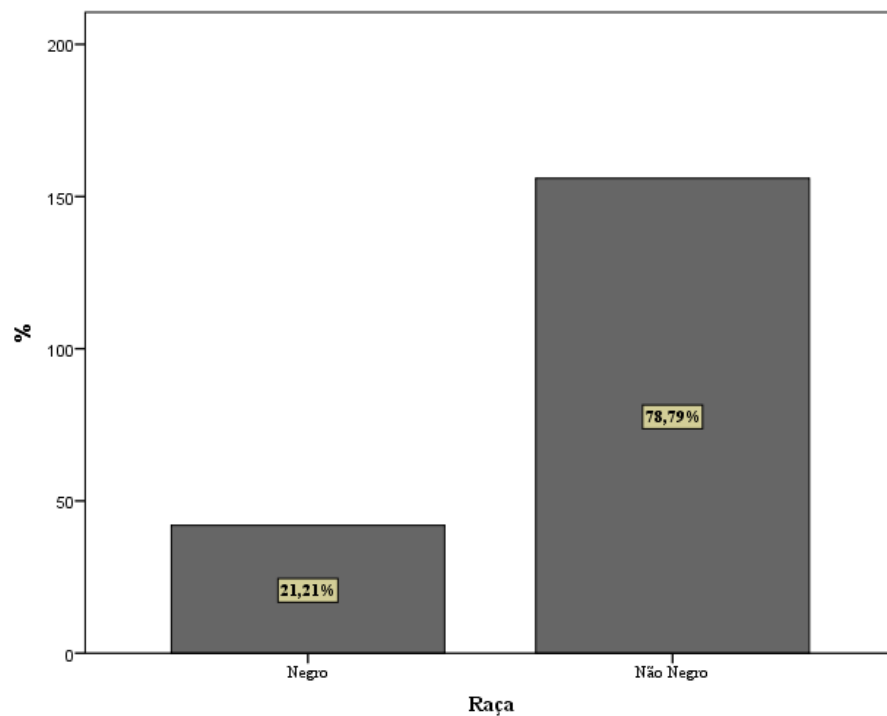


Fonte: Câmara dos Deputados (2019)

Tanto dos dados de maior eficácia feminina quanto os de maior eficácia de negros ou deputados ligados aos movimentos indicam de forma preliminar que faz mais diferença ser mulher, negro e ter ligações com os movimentos negros do que integrar as frentes parlamentares. Essa análise das médias chama atenção se considerarmos que dos 198 deputados analisados apenas 16,16% são mulheres, 21,21% são negros e 41,92% tem ligação com os movimentos. Como pode ser visto nos gráficos 20, 21 e 22.

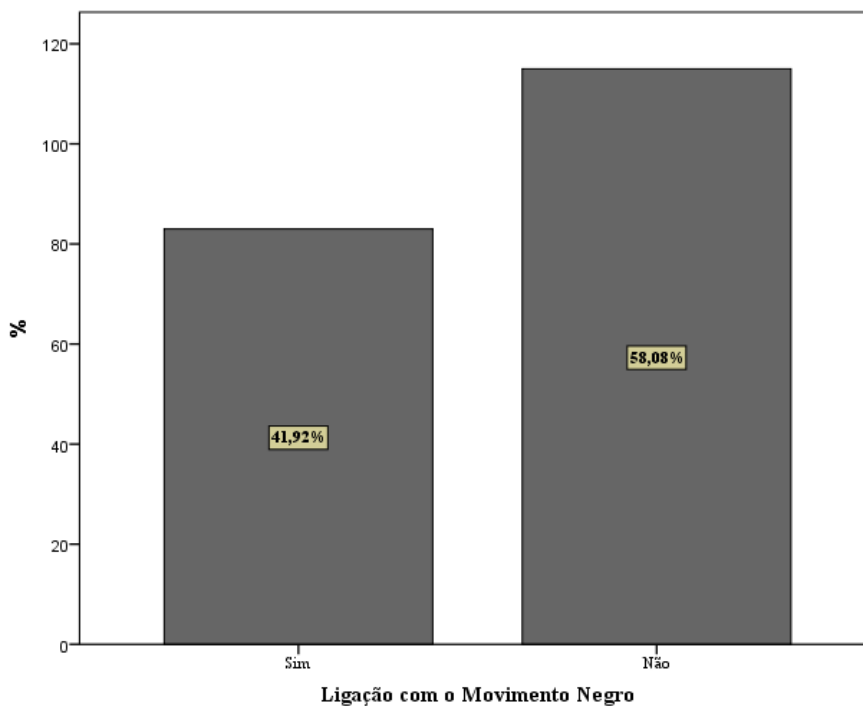
**Gráfico 19 - Percentual de deputados na análise da eficácia legislativa considerando Sexo**

Fonte: Câmara dos Deputados (2019)

**Gráfico 20– Percentual de deputados na análise da eficácia legislativa considerando Raça**

Fonte: Câmara dos Deputados (2019)

**Gráfico 21 - Percentual de deputados na análise da eficácia legislativa considerando Ligação com Movimento Negro**



Fonte: Câmara dos Deputados (2019)

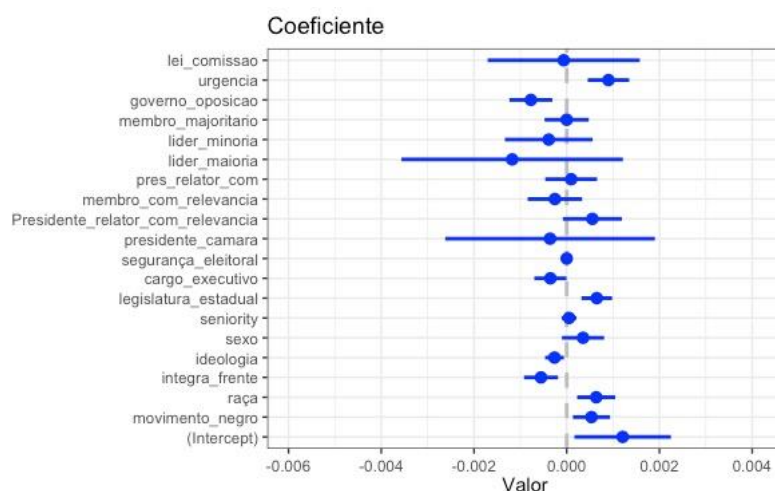
Essa visualização inicial precisa ser testada e é isto que fizemos. O gráfico 23 ajuda a visualizar o comportamento das variáveis de acordo com a nossa variável dependente. Das três variáveis principais a que diz respeito a participação ou não das frentes parlamentares é a única que apresenta uma relação negativa com o score de eficácia. De outro lado, tanto a variável raça quanto a variável ligação com o movimento negro tem uma natureza positiva quando relacionadas ao score de eficácia.

A interpretação do gráfico dá a entender que é mais importante ser negro e estar ligado aos movimentos que pautam a agenda negra fora da casa do que participar de frentes parlamentares. Esse resultado contrasta com o modelo anterior, já que vimos uma relação positiva entre ser de uma frente parlamentar e ter interesse propositivo na agenda negra. Nos levando a reflexão de que os integrantes das frentes parlamentares até têm mais interesse em construir e produzir pelo menos um projeto que dialoga com a agenda, mas na hora de colocar para frente esses projetos, fazendo com que as proposições sobrevivam ao processo legislativo, essa mobilização dos deputados parece diminuir principalmente nos casos em que um deputado não negro e não ligado ao movimento negro integra a frente parlamentar.

Tanto a participação nas frentes parlamentares quanto a ligação com o movimento negro são instrumentos de ligação mais substantiva da representação, as frentes parlamentares são

organizações dentro do parlamento que abrem as portas para que o movimento negro consiga entender e participar do processo legislativo. Das outras variáveis de controle a grande maioria apresentou pouca variação e coeficientes tão baixas quanto as demais. Sexo e ideologia apresentam coeficientes negativos: homens são grande maioria quantitativa e, portanto, explicariam o posicionamento negativo dessa relação (homens foram tabulados como 0 em nossa base de dados); da mesma maneira que deputados de esquerda e centro esquerda são maioria entre os analisados, dessa forma quanto mais de esquerda for o deputado mais eficácia ele parece ter dentro desta temática.

**Gráfico 22- Gráfico de distribuição dos coeficientes gerados a partir do modelo de regressão linear tendo o score de eficácia como variável dependente**



Fonte: Câmara dos Deputados (2019)

Os resultados dos coeficientes da regressão indicam alguns problemas matemáticos que não podem ser ignorados já que os valores dos coeficientes são baixos enquanto o p-valor do modelo foi de 0,27 aproximadamente muito maior do ponto de corte convencional de 0,05 para se considerar um modelo estatisticamente significativo. Contudo, as informações extraídas aqui em conjunto com os dados descritivos apresentados anteriormente continuam evidenciando um distanciamento do poder legislativo das demandas da população negra. Número baixo de deputados que se interessam pelas pautas, baixo volume de proposições e poucos projetos aprovados, toda essa realidade nos leva acreditar que não há de fato uma agenda legislativa construída, elaborada e que pesa, no lugar disso apenas sobram dúvidas e as estatísticas populacionais cada vez mais alarmantes quanto a grande parte dos brasileiros e brasileiras afrodescendentes. Ao utilizarmos modelos tradicionais de análise legislativa os resultados

parecem dizer muito, mas não dizem: o fato de que a maioria da população não está na pauta política é algo relevante e essa é a maior informação deste trabalho.

Nosso interesse de continuar entendendo o que é feito dentro da câmara em relação a população negra persiste e mesmo que sejam poucas o tópico a seguir propõe uma análise de perfil de alguns deputados negros, integrantes ou não das frentes parlamentares que foram selecionados para elucidar a forma como as pautas trazidas aqui como uma possível agenda legislativa para os negros brasileiros influenciam e direcionam a atuação deles em algum dos níveis menos tradicionais da análise legislativa.

## 5.5 ANÁLISE DE PERFIL POLÍTICO

Este tópico do trabalho se propõe a analisar de forma mais aprofundada o perfil político de alguns dos deputados que integraram as frentes parlamentares e que estão entre os interessados na agenda legislativa negra. Essa é mais uma resposta que foi pensada durante a realização da pesquisa para entender melhor quem são os deputados que representam os negros no Congresso Nacional. Mesmo com os baixos valores em questão de volume propositivo aqui observamos outras formas dos parlamentares defenderem a agenda negra na Câmara.

Começamos esse tópico analisando a deputada paraibana Maria do Socorro Jô Moraes, conhecida apenas como Jô Moraes do PC do B. Moraes teve três mandatos na câmara dos deputados, entre os anos 2007 até o final de 2018, o mesmo período utilizado em nossa pesquisa.

Entre 2008 e 2009 Jô Moraes foi líder do seu partido na câmara e foi vice-líder da oposição no parlamento durante pouco menos de um mês entre 20 de junho de 2018 à 3 de julho do mesmo ano, apesar de paraibana seus mandatos vem de Minas Gerais. Durante seus três mandatos Jô Moraes sempre foi signatária das frentes parlamentares de temática racial, mesmo que existam poucos registros dela participando de reuniões dentro da organização. Como não há limites para quantas frentes parlamentares um deputado pode ser signatário, existem muitas frentes que possuem a presença de Moraes, dentre elas a mais famosa é a Frente Parlamentar de Segurança Pública popularmente conhecida como a bancada da bala. Ela integra outras frentes parlamentares que indicam uma aproximação com a defesa das instituições de defesa e segurança nacional. É curiosa também a presença de Moraes em uma frente parlamentar que pedia o fim do voto secreto.

Jô Moraes se auto declara branca, mas seu trabalho tem ligações de apoio com o movimento negro. Como servidora pública e secretaria a deputada se encaixa pela sua profissão

entre as classes mais baixas da sociedade e quando o assunto é posse e bens, seu patrimônio foi declarado em 2018 com um total de R\$ 186.843,00.

Apenas uma proposição que envolvia a agenda negra é de autoria de Jô Moraes, o projeto de lei 2.276 de 2007 que visava alterações na lei antirracismo. A deputada visa incluir uma abrangência maior criminalizando o preconceito contra pessoas em deficiência à lei, referenciando as dificuldades em que os negros e negras com deficiência também passam. O projeto foi arquivado no Plenário e não foi bem sucedido entre seus pares. Ao todo Jô Moraes produziu 562 projetos e teve quatro deles aprovados e transformados em norma jurídica, pela classificação que a própria Câmara dá, as principais temáticas da deputada são os direitos humanos, o trabalho e a educação, além de questões administrativas do próprio funcionamento do parlamento brasileiro.

Muitos discursos da deputada, registrados no site da Câmara, fazem relação a situação dos negros e negras do Brasil. Em 19 de novembro de 2015, por exemplo, a deputada foi ao plenário para falar sobre a importância da pauta focando no aumento dos números de mortalidade das mulheres negras no país:

Nesta Semana da Consciência Negra, nós temos que pensar, refletir que o País foi parido do ventre das mulheres negras; que o País foi transformado na luta, no sofrimento, nas dores da população negra; que o País tem como perspectiva recuperar a dignidade plena da sua população quando compreender que todos os setores da sociedade, majoritariamente integrados por mulheres e homens negros, precisam ter o reconhecimento absoluto da capacidade daqueles que construíram e geraram o Brasil, da determinação daqueles e daquelas que, com seu suor e seu sangue, trouxeram riqueza, transformaram a riqueza do País. Neste momento, nós temos que reconhecer que a luta contra o preconceito racial deve ser a bandeira de todos, homens e mulheres. Aqui agradeço a deferência dos Deputados Felipe Maia e Alberto Fraga, que possibilitaram que eu me pronunciasse neste momento. Sei que eles compreendem que a bandeira da emancipação da população negra não é apenas uma bandeira de homens e mulheres negros, mas também uma bandeira de mulatos, de brasileiros de traços orientais e de brancos, que se somam na construção de uma sociedade com uma grande unidade. É importante nós compreendermos que o preconceito se materializa em situações dramáticas, Deputada Jozi Araújo e Deputada Rosângela Gomes. É lamentável constatar a assustadora elevação no índice de assassinato de mulheres negras, que chega a 54%, enquanto o índice de assassinato de mulheres brancas decresceu 10%. Essa demonstração de preconceito real é o alerta que nós temos que fazer. A sociedade brasileira tem que dar visibilidade ao problema e promover a dignidade e valorização daqueles que pariram este País com o seu sofrimento. Grande salva de palmas para essa população! (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

Quando analisamos as comissões em que a deputada foi titular é possível perceber a presença em comissões especiais e externas que visavam a proteção e o combate a violência racial sofrida pelos negros e negras e também pela juventude. A presença e a procura de Moraes dentro dessas comissões indicam uma confluência com o seu discurso reproduzido

anteriormente e indica um interesse ao tema. Apesar disso, com o baixo número de proposições aprovadas e apenas uma que se enquadra em nossos conceitos de agenda legislativa negra, a atuação de Jô Moraes em nosso estudo parece ficar em um espectro simbólico onde os discursos se aliam a presença nas comissões sem contudo, gerar algum resultado legislativo propriamente dito. O quadro 6 resume as informações relacionadas ao perfil político da deputada do PC do B de Minas Gerais.

**Quadro 6 - Análise do perfil político da deputada Jô Moraes do PC do B de Minas Gerais**

| Deputada Jô Moraes – PC do B de Minas Gerais |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|----------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Raça                                         | Branca                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Ligação com o movimento negro                | Sim                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| Sexo                                         | Mulher cis-gênero                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Classe                                       | Baixa                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Profissão                                    | Servidora pública                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Bens declarados na justiça eleitoral         | R\$ 186.843,00.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Projetos na agenda negra                     | PL 2276/2007                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Mandatos                                     | Legislatura 53, 54 e 55.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Principais frentes parlamentares             | Frente Parlamentar da Segurança Pública; Frente Parlamentar Pela Reforma Política; Frente Parlamentar pela Saúde da Mulher; Frente Parlamentar em Defesa das Instituições Universitárias Públicas, Vinculadas aos Sistemas Estaduais e Municipais de Ensino; Frente Parlamentar em Defesa do Piso Salarial Nacional para o Professor Brasileiro; Frente Parlamentar em Defesa da Cidadania do GLBT; Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Frente Parlamentar pelo Ensino à Distância; Frente Parlamentar em Defesa das Polícias Cíveis, Militares, Rodoviária e |

|  |                                                                                                              |
|--|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  | Federal; Grupo Parlamentar Brasil - República Popular da China; Frente Parlamentar pelo Fim do Voto Secreto. |
|--|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: O autor (2019)

Com seu primeiro mandato começando em 2007, o experiente deputado Marcio Marinho é um nome recorrente nas cadeiras da Câmara de Deputados, sempre se reelegendo como parlamentar do Estado da Bahia, unidade da federação com a maior taxa populacional de pessoas que se autodeclaram negras no país. Nos seus quatro mandatos, até aqui, Marinho esteve em três deles no PRB, partido costumeiramente associado com a Igreja Universal do Reino de Deus e que a partir de 2019 foi renomeado como Republicanos. O deputado da Bahia se autodeclara negro e foi signatário de duas das três frentes parlamentares analisadas neste trabalho: a frente parlamentar mista pela igualdade racial e em defesa dos quilombolas; e a frente parlamentar mista Brasil-África de combate ao racismo, entre as 54ª e 55ª legislaturas.

O projeto de Lei 4.026 de 2012 foi o único projeto do deputado encontrado em nossa classificação como proposição da agenda negra do Brasil, o projeto pretende estabelecer parcerias entre os Estados e hospitais particulares para reservar um percentual de suas vagas a população afrodescendente. A proposta foi retirada pelo autor quando estava sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões. Márcio Marinho produziu Mais de 2.700 proposições tendo aprovado um projeto que foi transformado em norma jurídica: a PL 6.920 de 2010, virando a Lei Ordinária 13.228 de 2015, aumentando a pena para casos de estelionato cometido contra idosos.

Marinho tem como patrimônio declarado R\$ 309.029,00 sendo radialista profissional, antes de se tornar político. Entre seus trabalhos nas comissões há um destaque na presença como titular da Comissão Especial do Estatuto da Igualdade Racial em 2009, trabalho em conjunto que gerou a Lei nº 12.288 de 20 de Julho de 2010 responsável por institucionalizar o documento que garantiu à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica, o quadro 7 resume as informações do perfil político do deputado Márcio Marinho.

| Deputado Márcio Marinho – Republicanos da Bahia |                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|-------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Raça                                            | Negra                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Ligação com o movimento negro                   | Sim                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Sexo                                            | Homem cis-gênero                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Classe                                          | Baixa                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Profissão                                       | Comunicador radialista                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Bens declarados na justiça eleitoral            | R\$ 309.029,00                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Projetos na agenda negra                        | PL 4.026/2012                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Mandatos                                        | Legislatura 53, 54 e 55.                                                                                                                                                                                                                                                |
| Principais frentes parlamentares                | Frente Parlamentar de Enfrentamento à fake News; Frente Parlamentar de Apoio à Família Militar; Frente Parlamentar Mista pelo fim da Contribuição Sindical Obrigatória; Frente Parlamentar Mista em Defesa do SUS; Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional; |

Fonte: O autor (2020)

Apesar de uma taxa baixa de aprovações e apenas um projeto dentro da agenda negra, o trabalho e a presença de Márcio Marinho, um deputado da Bahia, negro, de classe baixa filiado a um partido de direita, reflete debates trazidos anteriormente quanto a força de uma representatividade descritiva. Apesar de ter vários outros interesses, como o apoio a pautas mais conservadoras e ligações com frentes parlamentares e comissões ligadas à questões de segurança pública, o deputado apresenta em discursos e ações efetivas uma visão racial ligada a resolução de problemas vividos pela população negra. Seu trabalho como relator do estatuto da Igualdade Racial é o ponto chave de seu trabalho aqui analisado. O discurso à seguir realizado no dia 30 de Novembro de 2017 mostra um Marinho preocupado tanto com a condição das mães negras periféricas quanto com a violência sofrida pela juventude pobre e negra do país:

Temos a segunda maior população negra do mundo fora da África. E a Bahia, meu Estado, possui a maior concentração de população negra do Brasil. É

muito triste ver que as iniquidades a que são submetidas as pessoas negras ainda persistem, deixando claro que, infelizmente, uma parte significativa da população brasileira e mundial pouco se importa com a questão do racismo. Só a partir da responsabilização genuína poderemos combater esse mal de forma eficaz. Todos nós concordamos que existe racismo no Brasil, porém, poucas vezes somos eficientemente combativos nessa questão. Vergonhosamente, testemunhamos ainda fatos terríveis como o protagonizado pelo jornalista William Waack, correspondente da Rede Globo nos Estados Unidos, ao se referir de forma depreciativa ao povo negro, ao proferir a frase que ao longo dos séculos foi usada para nos tratar como cidadãos de segunda classe. A frase isso é coisa de preto é de uma significação enorme. Ela nos mostra o lado nefasto da sociedade em que o escravismo ainda persiste, mesmo sem as senzalas. E essa face hedionda torna-se ainda mais grave ao usar a violência física que extermina jovens negros de forma a nos horrorizar ainda mais pela naturalidade com que a sociedade convive com tais atrocidades. O ataque ao jovem ator Diogo Cintra, no Terminal Parque Dom Pedro II, em São Paulo, é mais um exemplo dramático nesse cenário terrível de racismo institucional que muito nos afronta e ultraja: na condição de vítima de assaltantes brancos, foi transformado em bandido por aqueles que deveriam protegê-lo, por causa da cor da pele; perseguido, buscou ajuda nos policiais do terminal, e estes, em vez de averiguar a situação, tomaram por verdade a versão dos bandidos de que o jovem negro é que era o assaltante; foi espancado, chutado e mordido por cães, simplesmente porque para aqueles que faziam a segurança do local, um negro só pode ser bandido. A ele não foi dado nem o benefício da dúvida, que é um dos principais pontos da Justiça. A cor da sua pele foi a sua sentença! Outra face triste da discriminação racial se agrega à discriminação de gênero. A mulher negra é historicamente explorada. E quando alcança a possibilidade de um trabalho formal, geralmente tem salário inferior ao de homens que desempenham a mesma função e carga horária. As periferias do País dão testemunho da imensa quantidade de mães negras que são mantenedoras únicas de suas famílias. Pais ausentes e famílias numerosas parece ser a regra em muitas comunidades. O mito da mulher negra forte trabalha contra ela. A sociedade criou a ideia de que a mulher negra é mais forte. Portanto, é mais aceitável que ela sustente a família sozinha. A mulher branca, no entanto, que esteja vivenciando a mesma situação é vista não como forte, mas como uma pessoa que precisa de ajuda. Não teria a mulher negra os mesmos sentimentos, as mesmas dificuldades e ansiedades que uma mulher branca? Por que a sociedade não vê, então, a mulher negra sob a mesma perspectiva? No caso da mulher negra parece haver uma aceitação tácita, como se fosse natural a sua carga extra na vida familiar e profissional. Sendo ela forte, como a sociedade tenta caracterizá-la, aguentaria tudo. Essa não é a sociedade que queremos e muito menos a que precisamos. A pessoa negra não é mais forte nem mais fraca do que a pessoa branca. Somos apenas pessoas e queremos ser tratados como iguais. A cor da pele não pode ser causadora de sentença ou privilégio. As iniquidades têm de ser erradicadas! (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017).

Os próximos parlamentares analisados são integrantes da frente parlamentar mista Brasil-África de combate ao racismo estabelecida na 55ª legislatura. Tanto Moema Gramacho quanto André Fufuca eram deputados de primeiro mandato quando se tornaram signatários da frente parlamentar coordenada por Benedita da Silva. Moema Gramacho é deputada do PT da

Bahia, mulher negra, formada em biologia e em química além de estar associada a movimentos sindicais. Já André Fufuca é deputado do PP do Maranhão e médico formado. É conhecido como Fufuquinha por ser filho de um outro político, o experiente, Fufuca Dantas. André está no segundo mandato na Câmara dos Deputados, se reelegeu em 2018 enquanto Gramacho renunciou em 2017 para assumir a prefeitura da cidade de Lauro de Freitas.

Os dois deputados têm uma proposição cada dentro de nossa análise, enquanto a deputada petista produziu o projeto de lei 622 em 2015, André Fufuca apresentou o PL 2.219 também em 2015. O primeiro projeto tinha objetivo de punir artistas que em suas obras demonstrassem qualquer tipo de discriminação social, incluindo a racial, gerando a proibição de contratação destes artistas com dinheiro público; Já o projeto do deputado maranhense estendia a gratificação de natal aos beneficiários do Bolsa Família. O projeto da deputada Moema foi arquivado e o de André Fufuca ainda está em tramitação na Câmara a espera de um relator, o que indica pouca urgência ao PL.

Em comparativo os trabalhos dos dois são bem diferentes, seus interesses nas comissões e frentes parlamentares que figuraram também mostram perfis sem muita semelhança apesar do interesse conjunto na frente parlamentar de temática racial. A deputada baiana mesmo com pouco tempo efetivo de mandato deu prioridade a assuntos que eram relacionados às mulheres como a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e a Comissão Externa de Acompanhamento as apurações de crimes de estupro. Enquanto Fufuca se dedica mais às comissões de maior poder e relevância na agenda nacional, a CCJ e a Comissão de Seguridade Social e Família.

Apesar de figurar em muitos eventos de apoio aos movimentos negros, não encontramos discursos de Moema Gramacho relativos ao assunto. Enquanto no caso de André Fufuca não há menções do deputado ao assunto nos seus discursos transcritos no site da Câmara dos Deputados. Este não parece ser um assunto prioritário para Fufuca já que também não há registros de ligação do deputado maranhense com movimentos sociais e com o próprio movimento negro. Os quadros 8 e 9 resumem as informações dos dois parlamentares a seguir.

| Deputado Moema Gramacho – PT da Bahia |                                                                                                                                                                                     |
|---------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Raça                                  | Negra                                                                                                                                                                               |
| Ligação com o movimento negro         | Sim                                                                                                                                                                                 |
| Sexo                                  | Mulher cis gênero                                                                                                                                                                   |
| Classe                                | Baixa                                                                                                                                                                               |
| Profissão                             | Química e Bióloga                                                                                                                                                                   |
| Bens declarados na justiça eleitoral  | R\$ 306.974,26                                                                                                                                                                      |
| Projetos na agenda negra              | PL 622/2015                                                                                                                                                                         |
| Mandatos                              | Legislatura 55                                                                                                                                                                      |
| Principais frentes parlamentares      | Frente Parlamentar de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer; Frente Parlamentar Mista dos Consórcios Públicos; Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos da Mulher; |

Fonte: Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral (2019)

**Quadro 9 - Análise do perfil político do Deputado André Fufuca do PP do Maranhão**

| Deputado André Fufuca – PP do Maranhão |                  |
|----------------------------------------|------------------|
| Raça                                   | Branca           |
| Ligação com o movimento negro          | Não              |
| Sexo                                   | Homem cis gênero |
| Classe                                 | Alta             |
| Profissão                              | Médico           |
| Bens declarados na justiça eleitoral   | R\$ 681.904,00   |
| Projetos na agenda negra               | PL 2.219/2015    |
| Mandatos                               | Legislatura 55   |

|                                  |                                                                                                                                                                          |
|----------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Principais frentes parlamentares | Frente Parlamentar Mista em Defesa do SUS; Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Trabalhadores no Comércio e Serviços; Frente Parlamentar Mista dos Consórcios Públicos |
|----------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral (2019)

Uma das deputadas mais lembradas pela militância do movimento negro é a política petista de São Paulo Janete Rocha Pietá que teve dois mandatos entre 2007 à 2014. Professora e arquiteta de formação, Janete tem histórico sindical e se autodeclara negra, representando um dos menores seguimentos da sociedade que conseguem ocupar a cadeira, as mulheres negras. Em seus dois mandatos Rocha foi integrante das frentes parlamentares de temática racial e além disso integrou frentes parlamentares tocantes a questões da mulher e dos direitos de minorias sociais como a Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT, como indicado no quadro 10.

**Quadro 10 - Análise do perfil político da Deputada Janete Rocha Pietá do PT de São Paulo**

| Janete Rocha Pietá – PT de São Paulo |                                                                                                                             |
|--------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Raça                                 | Negra                                                                                                                       |
| Ligação com o movimento negro        | Sim                                                                                                                         |
| Sexo                                 | Mulher cis-gênero                                                                                                           |
| Classe                               | Baixa                                                                                                                       |
| Profissão                            | Professora, Arquiteta                                                                                                       |
| Bens declarados na justiça eleitoral | R\$ 188.700,72                                                                                                              |
| Projetos na agenda negra             | PRC 30/2007; PL 1.518/2011; PRC 245/2014                                                                                    |
| Mandatos                             | Legislatura 53 e 54                                                                                                         |
| Outras frentes parlamentares         | Frente Parlamentar Pela Saúde da Mulher;<br>Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT;<br>Frente Parlamentar em apoio às ONGS; |

Fonte: Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral (2019)

Janete Rocha Pietá é autora de três projetos dentro da nossa seleção, sendo dois deles projetos de resolução da câmara: O PRC 30/2007 e o PRC 245/2014, o primeiro propõe a priorização anual dos espaços culturais da Câmara dos Deputados, durante os meses de março e de novembro, para a realização de eventos artísticos e culturais com a temática Mulher e igualdade Racial; enquanto o segundo pede a criação do Prêmio Troféu Mulher Negra Claudia Silva Ferreira, os dois projetos foram arquivados. A outra proposta da deputada vem do projeto de lei 1.518/2011 propondo a garantia de um percentual mínimo de recursos destinados à educação indígena e quilombola. A proposta está em tramitação e sujeita a apreciação no Plenário.

O trecho do discurso de Pietá à seguir demonstra como independente da época do ano a deputada costuma chamar atenção sobre o tema do racismo no país, em fevereiro de 2014, isto é, longe da mais tradicional data em que se afluam discursos sobre a consciência negra marcada pelo mês de Novembro, a parlamentar comentou sobre a necessidade de se respeitar e cumprir a lei antirracismo de 1989 com a seriedade que o assunto pede:

Vejam: Tássia dos Anjos, profissão: manicure; Claudinei Gomes, profissão: cobradora de ônibus. Elas sofreram racismo. Sra. Presidenta, temos que fazer com que a lei seja cumprida. Assim como exigimos que a Lei Maria da Penha seja cumprida, temos que exigir que a Lei nº 7.716, de 1989, que trata do racismo, crime i-na-fi-an-çá-vel, seja cumprida. Não podemos mais continuar aceitando que isso ocorra no Brasil, principalmente aqui, no Distrito Federal. É necessário que tomemos medidas, e uma delas é que se divulgue que racismo é crime, por meio de campanha nos meios de comunicação, e que as criminosas e os criminosos sejam punidos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017).

No mesmo período que Janete Rocha, o advogado Domingos Dutra, deputado do Solidarietà do Maranhão, teve uma atuação semelhante com a da arquiteta e professora: seus trabalhos anteriores à política tinham a ver com os sindicatos, usando a experiência com o direito para contribuir com as organizações. Dutra é um político de experiência e foi eleito pela primeira vez em 1995. Na 53ª legislatura Domingos Dutra foi deputado filiado ao PT.

Dutra também teve em nossa seleção três projetos na agenda negra sendo dois desses projetos voltados para o sistema penitenciário. A PEC 470/2010 estabelecendo a municipalização do sistema carcerário e o cumprimento da pena privativa de liberdade do município onde reside o condenado; enquanto a PL 2.230/2011 propunha o Estatuto Penitenciário Nacional. Os dois projetos foram arquivados pela mesa diretora. O último foi Projeto de Lei 2.853 de 2008 propondo a isenção do imposto territorial rural para os imóveis

rurais de propriedade de remanescentes de comunidades quilombolas e apesar de mais antigo o projeto continua em tramitação, à espera de apreciação na Câmara. As informações em resumo do perfil político de Domingos Dutra podem ser vistas pelo quadro 11. Diferente de Pietá, o político focava mais seus esforços em questões estruturais como o sistema carcerário e a defesa das comunidades quilombolas.

**Quadro 11- Análise do perfil político do Deputado Domingos Dutra do Solidariedade do Maranhão**

| Domingos Dutra – SDD do Maranhão.    |                                                                                                            |
|--------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Raça                                 | Negra                                                                                                      |
| Ligação com o movimento negro        | Sim                                                                                                        |
| Sexo                                 | Homem cis-gênero                                                                                           |
| Classe                               | Alta                                                                                                       |
| Profissão                            | Advogado                                                                                                   |
| Bens declarados na justiça eleitoral | R\$ 69.291,00                                                                                              |
| Projetos na agenda negra             | PL 2.853/2008; PEC 470/2010; PL 2.230/2011                                                                 |
| Número de mandatos                   | Legislatura 53 e 54                                                                                        |
| Outras frentes parlamentares         | Frente Parlamentar pela Erradicação do Trabalho Escravo; Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos |

Fonte: Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral (2019)

Os últimos perfis analisados são de quatro parlamentares com raças e inclinações políticas diferentes. Separamos dois deputados, um homem e uma mulher, que nem se declaram negros e nem tem qualquer histórico de ligação com o movimento negro mas estão nas frentes parlamentares. Após essa seleção escolhemos mais dois deputados com uma situação oposta, um homem e uma mulher que são negros e ligados ao movimento negro. Os selecionados foram na primeira dupla, Celso Maldaner, do MDB de Santa Catarina, e Aline Côrrea, do PP de São Paulo. Já a segunda dupla é composta por Benedita da Silva, do PT do Rio de Janeiro, e Orlando Silva, político paulista do PC do B.

Celso Maldaner é empresário de Santa Catarina, sendo um deputado experiente, tendo mandatos durante os doze anos estudados nesse trabalho e também se reelegendo em 2018 para a 56ª legislatura. Durante os anos 90 e início dos anos 2000 Maldaner foi prefeito sucessivas vezes da cidade Maravilha em Santa Catarina, estabelecendo sua base eleitoral na cidade e nas proximidades. As informações do perfil político de Celso Maldaner podem ser vistas no quadro 12.

**Quadro 12 - Análise do perfil político do Deputado Celso Maldaner do MDB de Santa Catarina**

| Celso Maldaner – MDB de Santa Catarina |                                     |
|----------------------------------------|-------------------------------------|
| Raça                                   | Branca                              |
| Ligação com o movimento negro          | Não                                 |
| Sexo                                   | Homem cis-gênero                    |
| Classe                                 | Alta                                |
| Profissão                              | Empresário                          |
| Bens declarados na justiça eleitoral   | R\$ 10.325.802,00                   |
| Projetos na agenda negra               | PEC 161/2007                        |
| Número de mandatos                     | Legislaturas 53, 54, 55 e 56        |
| Outras frentes parlamentares           | Frente Parlamentar da Agropecuária. |

Fonte: Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral (2019)

Já Aline Correa é natural de Recife, Pernambuco, mas viveu maior parte da sua vida em São Paulo, filha do político Pedro Corrêa, envolvido no escândalo do mensalão, ela é empresária e sofreu em 2011 ação penal do Ministério Público<sup>11</sup>. Corrêa teve dois mandatos na Câmara dos Deputados, nas 53ª e 54ª legislaturas mas só foi integrante da Frente Parlamentar Mista Pela Igualdade Racial e em Defesa dos Quilombolas, estabelecida em 2011.

Em sua atuação propositiva, foram três projetos, dois de autoria da deputada paulista e um do deputado sulista: A PEC 161 de 2007 de autoria de Celso Maldaner pretendia estabelecer critérios para a criação de espaços territoriais a serem especialmente protegidos como a

<sup>11</sup> <https://oglobo.globo.com/politica/stf-abre-acao-penal-contradeputada-aline-correa-filha-de-mensaleiro-2821368> Acessado em 19 de Abril de 2020 as 17 horas e 14 minutos.

demarcação de terras indígenas ou as áreas remanescentes das comunidades dos quilombos, o projeto tinha uma estrutura de tornar mais rígida essa denominação; Em 2009 Aline Corrêa introduziu o PL 6.509 aumentando os beneficiários do bolsa família em situação de vulnerabilidade levando em consideração famílias que tenham mulheres vítimas de violência, adolescentes em uso de drogas e bebidas e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual; Por fim o PL 5576 de 2013 foi introduzida para considerar agravante o cometimento de crime em razão da raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual ou deficiência física que são considerados crimes de ódio. Os três projetos foram apensados à outras propostas semelhantes para seguir na tramitação.

A análise da biografia e do histórico de Celso Maldaner indicariam uma aproximação as frentes parlamentares com essa temática por interesse às questões de demarcações e de proteção as comunidades quilombolas. Em 2007 uma das comissões especiais em que o político participou, por exemplo, foi a Comissão Especial de Exploração de Recursos das Terras Indígenas, isso porque, como empresário do Agronegócio Maldaner é integrante da Frente Parlamentar da Agropecuária, a conhecida Bancada Ruralista. No histórico do político estão discursos que criticam a demarcação de terras indígenas e ao mesmo tempo algumas ações de apoio às comunidades quilombolas.

Nas demarcações das terras indígenas, há indícios de que a FUNAI destina aos índios áreas maiores do que as devidas por influência de organizações não governamentais (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011)

Aline Corrêa por sua vez parece percorrer por pautas mais urbanas, questões de desenvolvimento nacional, seguridade social, educação dos mais jovens entre outras pautas são as mais visitadas pelos discursos e na biografia da parlamentar no site eletrônico da Câmara dos Deputados. Corrêa foi membro de destaque na Frente Parlamentar Ambientalista e na Frente Parlamentar em defesa das Cidades das Regiões Metropolitanas e Aglomerações, como indica o quadro 12.

**Quadro 13– Análise do perfil político da deputada Aline Corrêa do PP de São Paulo**

| Aline Corrêa – PP de São Paulo       |                                                                                                                               |
|--------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Raça                                 | Branca                                                                                                                        |
| Ligação com o movimento negro        | Não                                                                                                                           |
| Sexo                                 | Mulher cis-gênero                                                                                                             |
| Classe                               | Alta                                                                                                                          |
| Profissão                            | Empresária                                                                                                                    |
| Bens declarados na justiça eleitoral | R\$ 2.241.726,72                                                                                                              |
| Projetos na agenda negra             | PL 6.509/2009; PL 5.576/2013                                                                                                  |
| Número de mandatos                   | Legislaturas 53 e 54                                                                                                          |
| Outras frentes parlamentares         | Frente Parlamentar Ambientalista;<br>Frente Parlamentar em defesa das<br>Cidades das Regiões<br>Metropolitanas e Aglomerações |

Fonte: Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral (2019)

Benedita da Silva é hoje a parlamentar negra com a maior histórica política no Brasil, essa trajetória começa nos anos 70 em que Silva funda o departamento feminino da Associação de moradores do chapéu-Mangueira. Desse ponto em diante ela construiu sua base eleitoral até se candidatar vereadora nas eleições municipais de 1982, no Rio de Janeiro. Quatro anos depois se elegeu deputada federal e participou ativamente da Assembleia Nacional Constituinte, atuando como titular na subcomissão dos negros, das populações indígenas e minorias além da comissão de ordem social e de direitos e garantias do homem e da mulher. Benedita foi uma das responsáveis pela inserção de tópicos voltados a este assunto na construção da Constituição de 1989. Em 2003, no primeiro mandato do governo Lula, ela foi secretária da promoção social, cargo que tinha na época status de ministério. No recorte do nosso projeto, Benedita começa a figurar a partir de 2010 quando ela volta ao legislativo federal eleita deputada pelo Rio de Janeiro mais uma vez. Silva foi relatora de um dos poucos projetos aprovados dentro da agenda negra, a popular PEC das domésticas já mencionada anteriormente. Apesar de não ser autora foi vital a sua atuação e experiência na aprovação do projeto:

Não poderíamos deixar passar essa data, colocando como ponto alto das comemorações a regulamentação do trabalho doméstico. Na Constituição de 1988, o trabalho doméstico obteve vitórias importantes. Das conquistas trabalhistas, o parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal foi revisado no ano passado pela denominada PEC das Domésticas, apresentada pelo Deputado Carlos Bezerra à Câmara, e da qual fui relatora, após 10 anos de trâmite. A aprovação da PEC foi comparada com a assinatura da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil. Foi denominada de Emenda da Igualdade pelo Presidente do Senado, Renan Calheiros, que afirmou na época: O Brasil assume que a igualdade é a regra, e a regra tem de começar dentro de casa. A Emenda Constitucional equipara direitos trabalhistas da categoria aos das demais, inclusive revogando a lei vigente, que é de 1972. A regulamentação desses direitos deve ser acompanhada com muita atenção pela categoria (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014)

Para além da relatoria, Benedita é a deputada com mais projetos apresentados individualmente e classificados neste trabalho como parte da agenda legislativa negra, como pode ser evidenciado no quadro 13. Ao todo são nove proposições, em destaque estão o Projeto de Lei 7.193 de 2014, criado para incluir o quesito cor ou raça nos prontuários, registros e cadastramentos do Sistema Único de Saúde (SUS); o Projeto de Lei 7.663/2014 que visa classificar como hediondo os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor; e o PL 4.802/2016 criado com o objetivo de estabelecer as cotas raciais também nos cursos de Pós-Graduação. Todos os projetos de Benedita estão ainda em tramitação.

**Quadro 14 - Análise do perfil político da deputada Benedita da Silva do PT do Rio de Janeiro**

| Benedita da Silva – PT do Rio de Janeiro |                                                                                                                                     |
|------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Raça                                     | Negra                                                                                                                               |
| Ligação com o movimento negro            | Sim                                                                                                                                 |
| Sexo                                     | Mulher cis-gênero                                                                                                                   |
| Classe                                   | Baixa                                                                                                                               |
| Profissão                                | Assistente Social                                                                                                                   |
| Bens declarados na justiça eleitoral     | R\$ 1.106.945,00                                                                                                                    |
| Projetos na agenda negra                 | PL 2.749/2011; PL 2.882/2011; PL 5.238/2013; PL 7.103/2014; PL 7.663/2014; PL 124/2015; PL 3.071/2015; PL 4.802/2016; PL 5.027/2016 |

|                              |                                                                                             |
|------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|
| Número de mandatos           | Legislaturas 54 e 55.                                                                       |
| Outras frentes parlamentares | Frente Parlamentar Evangélica;<br>Frente Parlamentar em Defesa dos<br>Direitos das Mulheres |

Fonte: Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral (2019)

Assim como Benedita da Silva, Orlando Silva veio de trabalhos em cargos no Executivo, o mais notável deles como Ministro dos Esporte no segundo mandato do governo Lula, entre 2006 até 2011. Orlando foi eleito deputado federal nas eleições de 2014, sendo integrante da Frente Parlamentar Mista Brasil-África de Combate ao Racismo criada no início da 55ª Legislatura. A representatividade de Orlando se dá na figura de um dos poucos homens negros a se tornarem ministros no Brasil, para além disso o deputado tem três projetos aprovados e mais três em que foi relator e também se transformaram em norma jurídica.

Dos projetos aprovados, 2 deles fazem parte da agenda negra mesmo que de forma simbólica: O PL 1.927/2015 declara o advogado Luís Gama<sup>12</sup>, Patrono da Abolição da Escravidão do Brasil; e o PL 1.926 que visa inscrever o próprio Luís Gama no livro dos heróis da Pátria. O quadro 14 resume o perfil político do deputado. Além destes projetos aprovados, Silva introduziu mais dois projetos dentro da agenda legislativa negra: O PL 5.434 de 2016 e o PRC 342 de 2018, o primeiro pretendia homenagear personalidades femininas negras nas cédulas e nas moedas metálicas do Brasil e o segundo propõe a criação do Prêmio Moa Katendê pela Defesa e Promoção da Tolerância<sup>13</sup>.

**Quadro 15 - Análise do perfil político do deputado Orlando Silva do PC do B de São Paulo**

| Orlando Silva – PC do B de São Paulo |                  |
|--------------------------------------|------------------|
| Raça                                 | Negra            |
| Ligação com o movimento negro        | Sim              |
| Sexo                                 | Homem cis-gênero |

<sup>12</sup> Luís Gonzaga Pinto da Gama foi um rábula, orador, jornalista, escritor brasileiro, nascido de mãe negra livre e pai branco foi escravizado aos dez anos e permaneceu analfabeto até os 17 anos de idade. Conquistou a própria liberdade judicialmente e se tornou advogado defensor dos cativos. É considerado por muitos o maior abolicionista do Brasil.

<sup>13</sup> Moa Katendê era mestre capoeirista e foi assassinado na noite do primeiro turno das eleições presidenciais de 2018, recebeu facadas de um algoz político numa briga de bar por declarar voto em Fernando Haddad do PT e ser contrário ao candidato Jair Messias Bolsonaro do PSL.

|                                      |                                                                                                        |
|--------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Classe                               | Baixa                                                                                                  |
| Profissão                            | Sociólogo                                                                                              |
| Bens declarados na justiça eleitoral | R\$ 479.065,00                                                                                         |
| Projetos na agenda negra             | PL 5.434/2016; PRC 342/2018.                                                                           |
| Número de mandatos                   | Legislaturas 54 e 55.                                                                                  |
| Outras frentes parlamentares         | Frente Parlamentar com Participação Popular Feminista e Antirracista; Frente Parlamentar Ambientalista |

Fonte: Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral (2019)

A análise dos projetos de Orlando Silva traz à tona o seu esforço por garantir a memória das figuras importantes, dando referências de potências negras à população. No dia 21 de Março de 2018 o parlamentar fez uma breve homenagem à vereadora Marielle Franco, assassinada sete dias antes e que acabou virando um símbolo da luta por igualdade racial no país:

O Brasil é um país que tem uma formação sócio-histórica que deve muito aos africanos, que ajudaram na construção da nossa identidade, na cultura e na economia. A população negra brasileira, a população afro-brasileira teve um papel chave para o desenvolvimento nacional. Mas o Brasil infelizmente ainda é um país que convive com o racismo, com o preconceito, com a discriminação, que aparece no mercado de trabalho, com remuneração diferente entre brancos e negros, que aparece nos índices da violência que atinge fortemente e sobretudo a juventude negra da periferia, e que aparece na política, já que há uma sub-representação da população negra brasileira em todas as esferas de poder. Por isso, neste momento em que o mundo inteiro reflete sobre o combate a todas as formas de discriminação racial, eu quero, em nome da bancada do PCdoB, manifestar nossa convicção de que uma nação efetivamente justa, uma nação efetivamente democrática, uma nação efetivamente livre tem que ter completamente superada a discriminação, o preconceito e o racismo. Eu quero também neste dia somar-me às homenagens feitas à Vereadora Marielle Franco, vítima de um ato covarde e bárbaro. A luta de Marielle deve inspirar outras Marielles, outros tantos lutadores pela democracia, a justiça e os direitos humanos. Tristeza pela perda de Marielle, mas, para nós, luto é verbo. Seguiremos na luta pela igualdade racial no Brasil (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018).

Análise mais aprofundada do perfil político e da atuação dos deputados integrantes das frentes parlamentares de temática racial permitiu algumas interpretações. Em primeiro lugar, é nítido em alguns perfis a presença de interesse pelo assunto, mas não como uma prioridade.

Casos como o de Celso Maldaner, Jô Moraes, Aline Corrêa e André Fufuca demonstram perfis semelhantes de pessoas não negras que tem inclinações pela temática mas que no geral pouco fazem, o histórico de discursos sobre o tema no plenário da Câmara salvo algumas exceções são feitos apenas em dias tradicionais, como o da Consciência Negra. Celso Maldaner tem um perfil de ênfase em questões mais rurais, tocando em projetos que interferem na realidade das comunidades quilombolas, a aproximação do parlamentar, contudo, com lideranças políticas negras parece afetar o entendimento deste a realidade dos povos tradicionais já que temos histórico de atuações positivas e proteção aos quilombos.

Em segundo lugar, a análise dos projetos de autoria dos deputados negros dá um indicativo de que apesar de pouco volumoso existe uma preocupação latente entre todos eles com questões estruturais e menos simbólicas. O único parlamentar negro analisado neste tópico tendo apenas projetos com características simbólicas foi Orlando Silva. Nos trechos dos discursos transcritos aqui há uma semelhança aparente aos dados da violência urbana e da desigualdade econômica e social enfrentada pela população negra, debate trazido no capítulo um deste trabalho e que não é ignorado pelos parlamentares.

Outro ponto interessante de se observar é que tanto a região quanto o partido importa pouco nessas questões, os discursos de Márcio Marinho e de Benedita da Silva são muito semelhantes, assim como sua atuação propositiva e nas comissões, porém, os dois políticos estão distantes do espectro ideológico, Marinho é deputado do Republicanos, antigo PRB, partido ligado à Igreja Universal do Reino de Deus, do bispo e empresário Edir Macedo e uma das bases de sustentação do movimento que derrubou o partido de Benedita do poder. São duas vertentes políticas negras um homem ligado aos conservadores religiosos e uma mulher ligada aos movimentos progressistas, mas que possuem em seus projetos e discursos semelhanças dentro desta pauta racial.

Por fim, é importante avaliar a atuação das mulheres nesse contexto, a presença de Moema Gramacho, Janete Rocha Pietá e Benedita da Silva somam-se as deputadas não negras Aline Corrêa e Jô Moraes na construção de pautas em prol da população feminina, sendo relevante a presença das deputadas negras no dia a dia do parlamento por trazer o debate a visão das mulheres negras e periféricas. Aline Corrêa e Jô Moraes pertencem a polos políticos diferentes e suas visões de mundo também parecem estar em divergência devido às suas classes sociais. Aline Corrêa em seu histórico político está associada a questões econômicas enquanto Jô Moraes por aproximação se mostra mais presente e ativa ao movimento negro, tendo inclusive apoio de algumas organizações. O que une essas parlamentares é a percepção de que

existe um problema racial no Brasil, os dois blocos se separam apenas no apoio mais ou menos ativo ao tema.

Nomes como Maria do Rosário, Jandira Feghali, Luciana Genro compõem esse grupo de mulheres não negras que assim como Jô Moraes propuseram políticas dentro da agenda negra e sempre aparecem próximas de suas companheiras de trabalho que militam dentro do assunto. Enquanto o bloco mais alinhado ao perfil de Aline Corrêa tem nomes como Vanessa Grazziotin, Keiko Ota e Professora Dorinha, com poucos projetos e alguns apelos punitivistas, como é o caso de Keiko Ota, deputada que foi a principal defensora da disputa pela redução da maioria penal em 2015, temática contrária aos movimentos negros.

Em suma, dentro das frentes parlamentares existem quatro tipos de deputados integrantes: os deputados negros que levam o assunto à sério e compartilham de ideias e ações parecidas; os deputados não negros, mas que tem um alinhamento aos movimentos sociais e as pautas e são importantes aliados, chefiados principalmente pelas lideranças femininas de esquerda; os deputados não negros que tocam no assunto superficialmente, com poucos ou nenhum discurso relativo a igualdade racial, defesa dos povos tradicionais e racismo; e os deputados não negros que tem histórico político quase que antagonista à discussão, a grande maioria compostas por homens brancos como Ronaldo Caiado do DEM de Goiás, André Moura do PSC de Sergipe e Guilherme Mussi do PSD de São Paulo, que estão sendo citados nesse tópico por dois motivos, são signatários de pelo menos uma das frentes parlamentares e possuem um projeto dentro da agenda negra, todos eles voltados à redução da maioria penal.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo pretendia desvendar a forma em que a população negra é representada na Câmara, se existe uma agenda de interesses e proposições colocada em pauta no parlamento brasileiro e principalmente se essa agenda conseguia ter algum sucesso no jogo político de Brasília. Para isso as variáveis dependentes interesse propositivo e a eficácia legislativa foram utilizadas para medir a atuação dos deputados.

O Brasil carrega em sua história política e social resquícios de seu período escravocrata, duradouro e avassalador com os escravizados e com seus descendentes. Nos tempos de hoje nos deparamos com problemas e situações estruturais que apontam para a necessidade de produção de políticas de impacto à parte da população que está vulnerável. A violência urbana, o desemprego, os problemas com o acesso à saúde, educação de qualidade, o apagamento histórico e cultural entre outros dados fomenta a discussão sobre a construção de um entendimento quanto ao que seria uma agenda legislativa negra. Além disso, os dados mostram uma realidade de sub-representação desta população que já passa dos 54% nos dados do IBGE e não passam de 20% no Congresso Nacional. Nosso entendimento encaixa as frentes parlamentares como resposta para essa realidade, já que as organizações funcionam como um vetor para articulação política e a criação de maneiras de fortalecer a representação sobre determinados temas.

Desta forma o divisor central da nossa análise é a dualidade entre ser integrante ou não das frentes parlamentares focadas na construção e na defesa da agenda negra durante as 53<sup>a</sup> 54<sup>a</sup> e 55<sup>a</sup> legislaturas. Onde o maior interesse desses parlamentares em relação aos demais além de uma maior articulação destes na hora de defender as proposições dentro do processo legislativo são esperados. Além disso definimos o que seria uma agenda legislativa da população negra através dos dados e das principais demandas históricas do movimento negro relatada em trabalhos anteriores das ciências sociais.

Foram determinadas quatro tipos de políticas que juntas compõem a agenda negra, são elas: Ações afirmativas, políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica; Enfrentamento ao racismo, injúria e discriminação racial, com um viés mais punitivo e jurídico onde as políticas visam estipular punições a atitudes e comportamentos que atinjam pessoas negras nesse sentido; Políticas de valor simbólico e afetivo, que consideram características voltadas aos aspectos culturais e de autoestima das pessoas dentro de um grupo minoritário; e as Políticas

sociais e estruturais, políticas que impactam toda a população brasileira mas, por contexto social, acabam tendo impacto maior entre os negros.

A análise só foi possível graças aos dados conseguidos junto à Câmara dos Deputados. Recebemos do órgão um arquivo com todas as proposições introduzidas entre 2007 até o final de 2018, totalizando 38.487 projetos. Através da indexação dos projetos foram encontrados 374 projetos que se enquadram em nossa classificação de agenda negra, representando menos de 1% do total de projetos na Câmara dos Deputados durante doze anos e três mandatos legislativos. Esse primeiro dado implica logo de cara uma realidade, diferente de outros temas, este é uma temática poucos projetos, em termos de quantidade, logo de cara, percebemos um volume muito baixo. Isto fica ainda mais alarmante se voltarmos à discussão inicial do capítulo um, onde os dados mostram a necessidade gritante de se focar na agenda negra.

Dentro desses 374 projetos, selecionamos os deputados que mostraram interesse propositivo, sendo a maioria destes deputados que integraram as frentes parlamentares, porém o comparativo no final ficou bem próximo entre os integrantes e os não integrantes, como visto no gráfico 17, os dados nos mostram que a grande maioria dos parlamentares nem se quer se interessam em propor temas dentro dessa agenda, inclusive aqueles que integram as frentes parlamentares. Dentro dos deputados interessados o modelo de regressão logística não achou relação estatisticamente significativa para determinar se alguma das variáveis independentes explicariam um maior ou menor interesse propositivo. Definimos a partir desses resultados uma realidade de apatia propositiva quando a pauta é o interesse da população negra e a agenda legislativa classificada neste trabalho.

Semelhante ao resultado do primeiro teste, o segundo teste utilizava a variável dependente eficácia legislativa, que mensura principalmente a capacidade de um deputado individualmente defender seu projeto. Foi mostrado que apesar de fazer alguma diferença a participação nas frentes parlamentares no aumento da eficácia o modelo não apresentou valores estatisticamente satisfatórios que impossibilitam uma melhor determinação causal. Os dados descritivos, contudo, indicam que poucos projetos dentro dessa agenda conseguiram sucesso e aprovação dentro do processo, foram 18 dos 374, sendo a maioria destes projetos que não vem de deputados e sim de outros poderes, principalmente do Executivo.

Para fortalecer o estudo também fizemos uma análise de perfil de alguns deputados signatários das frentes parlamentares estudadas, dando indicativos de que as frentes parlamentares apesar de não conseguirem um número de aprovações grandes funcionam como catalizador simbólico, como um local de discussão dentro do parlamento, para um assunto negligenciado. O perfil dos deputados das frentes parlamentares se distingue de acordo com a

proximidade ou não dos movimentos negros e apesar da maioria dos deputados ter outras temáticas mais fortalecidas em suas atuações, alguns ainda possuem características de defesa do assunto, mesmo que de forma sutil, através de discursos específicos em datas comemorativas. Dentro das frentes parlamentares a análise de perfil também mostrou que quando possível se distinguir a raça dos deputados através de auto declaração, só legitimada a partir de 2014, é também possível ver de forma mais nítida atenção dada ao tema, quando comparados, deputados negros tendem a tratar do tema de forma mais sistemática e fora de datas comemorativas, além de apresentarem maiores valores de projetos de forma proporcional aos seus pares não negros.

O trabalho desses deputados, apesar de pouco volumoso, possibilitam uma interpretação de que quando a raça está em pauta, tanto a região, quanto as dinâmicas partidárias não são capazes de mudar o entendimento e da importância do assunto. A tendência é de que os deputados negros levem o tema com a mesma seriedade, seja ele um deputado conservador ou uma deputada progressista. Mesmo com essa consideração é flagrante a existência de uma apatia política relacionada ao tema, que muitas vezes só entra em tópico na câmara quando chegamos em novembro de cada ano, na hora de comemorar a consciência negra.

A simbologia do discurso de igualdade racial se mantém, mesmo que na prática pouco se tenha feito em relação aos problemas reais e estruturais enfrentados pela população afro-brasileira. Mas será que ele pode sair da barreira sazonal das datas comemorativas?

Há indicativos que o aumento de representação descritiva ajudaria a aumentar a atenção dada a agenda negra do Brasil, já que os resultados mais aproximados de uma representatividade substantivam conforme definiu Pitikin (1966) se dão por deputados identificados como negros e como integrantes dos movimentos raciais. Para além disto é importante que os deputados não negros, que continuam e continuarão por muito tempo sendo a grande maioria dos políticos do Congresso Nacional entendam que a agenda negra é essencialmente, a agenda do Brasil.

Estudos futuros podem identificar as relações simbólicas entre um deputado negro e um deputado não negro dentro do Congresso, de forma qualitativa, já que através dos números as diferenças são muito pequenas tanto na produção de políticas quanto na defesa e atuação da agenda dentro do universo legislativo. Seria necessário a partir deste trabalho, um mergulho no motivo pelo qual existe uma apatia política tão forte a um assunto tão grave e antigo. A sequele da escravidão continua massiva, só que além de doer como uma ferida, hoje em dia politicamente o racismo e a desigualdade racial brasileira parecem ser encarados como uma cicatriz, um lembrete, muitas vezes ignorados pelo poder político nacional. Nosso trabalho aqui

evidenciou que embora pouco volumoso, as frentes parlamentares estudadas apresentam um papel: o de trazer a discussão a luz dos olhos dos congressistas, mesmo cambaleando, os poucos deputados que decidem fazer isso, com seus poucos projetos, acenam para a possibilidade de se fortalecer a pauta, para isso, contudo, talvez seja necessário aumentar e fortalecer o Quilombo da Praça dos Três poderes.

## REFERÊNCIAS

- ABNEY, Glenn; HUTCHESON, John. **Race, Representation, and Trust: Changes in Attitudes After the Election of a Black Mayor**. Public Opinion Quartely v.45, p.91-101, Columbia University.
- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. **Movimento negro e 'democracia racial' no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro**. Fundação Getúlio Vargas, Repositório digital, Artigo, Rio de Janeiro, 2005. 15f.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. **África, números do tráfico atlântico** in SCHWARCZ, Lilia Moritz; DOS SANTOS GOMES, Flávio (Ed.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2018.
- AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- AMORIM NETO, Octavio; TAFNER, Paulo. **Governos de Coalizão e Mecanismos de Alarme de Incêndio no Controle Legislativo das Medidas Provisórias**. DADOS - Revista de Ciências Sociais, v.45, n.1: 5-38. Rio de Janeiro, 2002.
- AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. **Dados**, v. 46, n. 4, p. 661-698, Rio de Janeiro, 2003.
- ANDERSON, William D.; BOX-STEFFENSMEIER, Janet M.; SINCLAIR-CHAPMAN, Valeria. The keys to legislative success in the US House of Representatives. **Legislative Studies Quarterly**, v. 28, n. 3, p. 357-386, Nova Jersey, 2003.
- ANDREWS, George Reid. Democracia racial brasileira 1900-1990: um contraponto americano. **Estudos avançados**, v. 11, n. 30, p. 95-115, São Paulo, 1997.
- ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p. 193-215, Rio de Janeiro, Junho de 2005.
- ARAÚJO, Suely; SILVA, Rafael. Reflexões e novas agendas de pesquisa para os estudos legislativos no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos**, v. 2, n. 1, p. 58-74, Rio de Janeiro, 2012.
- ÁVILA, Maria Cândida de Azambuja E SOUTHER, Diane. **Representação descritiva: possibilidades e limites**. Revista do curso de Ciências Sociais da UFSC, Ano XII, n. 07, Santa Catarina, 2014.
- BAUMGARTNER, Frank R.; JONES, Bryan D.; WILKERSON, John. **Comparative studies of policy dynamics**. Comparative Political Studies, n.44 v.8, p.947-972, 2011.
- BAUMGARTNER, Frank R. et al. **Lobbying and policy change: Who wins, who loses, and why**. University of Chicago Press, ed.1, Chicago, 2009.

BAUMGARTNER, Frank R.; LEECH, Beth L. **Basic interests: The importance of groups in politics and in political science**. Princeton University Press, ed.3, Nova Jersey, 1998.

BETHENCOURT, Francisco. **Racisms: from the Crusades to the Twentieth Century**. Princeton University Press, ed.1, Nova Jersey, 2015.

BRAGA, Sérgio; NICOLÁS, Maria Alejandra; BECHER, André Roberto. Clientelismo, internet e voto: personalismo e transferência de recursos nas campanhas online para vereador nas eleições de outubro de 2008 no Brasil. **Opinião Pública**, v. 19, n. 1, p. 168-197, São Paulo, 2013.

BRATTON, Kathleen A. The behavior and success of Latino legislators: Evidence from the states. **Social Science Quarterly**, v. 87, n. 5, p. 1136-1157, Nova Jersey, 2006.

BROOCKMAN, David E. Black politicians are more intrinsically motivated to advance blacks' interests: A field experiment manipulating political incentives. **American Journal of Political Science**, v. 57, n. 3, p. 521-536, Bloomington, 2013.

BOLOGNESI, Bruno; CERVI, Emerson U. Distribuição de recursos e sucesso eleitoral nas eleições de 2006. **Paper apresentado**, 35º Encontro Anual da ANPOCS, p.1-24, Caxambú, 2011.

BOX-STEFFENSMEIER, Janet M.; GRANT, J. Tobin. All in a day's work: The financial rewards of legislative effectiveness. **Legislative Studies Quarterly**, v. 24, n. 4, p. 511-523, Nova Jersey, 1999.

BUENO, NATÁLIA; DUNNING, THAD. **Race, resources, and representation Evidence from Brazilian Politicians**, World Politics 69, n 2, Cambridge, 2017.

OREY, Byron D.'Andra. Black legislative politics in Mississippi. **Journal of Black Studies**, v. 30, n. 6, p. 791-814, Chicago, 2000.

CAMERON, Charles. Do majority-minority districts maximize substantive black representation in Congress? **American Political Science Review**, v. 90, n. 4, p. 794-812, Cambridge, 1996.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos Augusto Mello. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 16, p. 121, São Paulo, 2015.

CAREY, John M.; REINHARDT, Gina Yannitell. **“Impacto das instituições estaduais na unidade das coalizões parlamentares no Brasil.”** DADOS - Revista de Ciências Sociais, n.46, v.4 p.773-804, Rio de Janeiro, 2003.

CARVALHO, Lilian - **INFLUÊNCIA PARLAMENTAR. Uma análise dos fatores que contribuem para a eficácia legislativa dos projetos de lei em saúde de 1995 à 2014**. Tese de Mestrado, UFPE, 2019.

PERES, Paulo; CARVALHO, Ernani. Religando as arenas institucionais: uma proposta de abordagens multidimensionais nos estudos legislativos. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 43, p. 81-106, Curitiba, 2012.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1, p. 136-163, 2006.

COVIN, David. **Afrocentricity in O movimento negro unificado**. Journal of Black Studies, v. 21, n. 2, p. 126-144, Nova York, 1990.

COSTA, Natalia A. Espaços negros na cidade do pós-Abolição. **São Carlos, um estudo de caso**, v. 159, 2015.

CORADINI, Odaci Luiz. Politização de interesses através de frentes parlamentares. **Revista TOMO**, n. 13, p. 75-92, Sergipe, 2008.

\_\_\_\_\_. Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 241-256, São Paulo, 2010.

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Como os dominantes dominam: o caso da bancada ruralista. **Temporalis**, v. 12, n. 24, p. 215-237, Brasília, 2012.

DA SILVA, Marina Batista. Mecanismos de participação e atuação de grupos de interesse no processo regulatório brasileiro: o caso da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 4, p. 969-992, Rio de Janeiro, 2012.

DAWSON, Michael C. Behind the mule. Race and Class in African American Politics. **Princeton, NJ: Princeton University Press**, ed. 1, Nova Jersey, 1994.

DE ANDRADE, Wallace Carvalho. **Eugenia, raça e imigração: diálogos com a constituinte 1933-1934**. 2017. Tese de Doutorado. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

DO NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro processo de um racismo mascarado: processo de um racismo mascarado**. Paz e Terra, 1978.

DO NASCIMENTO, Abdias. (org.) **O negro revoltado**. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1982.

DOMINGUES, Petrônio José. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. **Estudos afro-asiáticos**, v. 24, n. 3, p. 563-600, São Paulo, 2002.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, v. 12, n. 23, Rio de Janeiro, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. **Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação**. Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 39, 2008.

DOMINGUES, Petrônio. **Associativismo negro** in SCHWARCZ, Lilia Moritz; DOS SANTOS, Gomes, Flávio (Ed.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2018.

FIGUEIREDO, Argelina. (2001), “**Instituições e política no controle do Executivo**”. DADOS - Revista de Ciências Sociais, 44, 04: 689-728.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. “**Mudança Constitucional, Desempenho do Legislativo e Consolidação Institucional**”. DADOS - Revista de Ciências Sociais, 29: 175-200, 1994a.

DOMINGUES, Petrônio. **O Processo Legislativo e a Produção Legal No Congresso Pós-Constituinte**. Novos Estudos Cebrap, 38: 3-38, 1994b.

DOMINGUES, Petrônio. **Os Partidos Políticos Na Câmara dos Deputados: 1989-1994**. DADOS – Revista Brasileira de Ciências Sociais, 38, 3: 497-526, 1995.

DOMINGUES, Petrônio. **O Congresso e as Medidas Provisórias: abdicação ou delegação?**. Novos Estudos Cebrap, 47: 27-154, 1997.

DOMINGUES, Petrônio. **Bases institucionais do presidencialismo de coalizão**. Lua Nova, 44, 1998.

DOMINGUES, Petrônio. **Presidential Power, Legislative Organization and Party Behavior in Brazil**. Comparative Politics, 32: 151- 170, 2000.

DOMINGUES, Petrônio. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. **Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária**. DADOS - Revista de Ciências Sociais, 45, 02: 303- 344, 2002.

DOMINGUES, Petrônio. **Processo Orçamentário e Comportamento Legislativo: Emendas Individuais, Apoio ao Executivo e Programas de Governo**. DADOS – Revista Brasileira de Ciências Sociais, 48, 4: 737-776, 2005.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando; VALENTE, A. L. “**Governabilidade e Concentração de Poder Institucional: o governo FHC**”. Revista Tempo Social, 11: 49-62, 1999.

FLORESTAN, Fernandes. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Ática, v. 1, São Paulo, 1978.

FRANTZICH, Stephen. Who makes our laws? The legislative effectiveness of members of the US Congress. **Legislative Studies Quarterly**, v. 4, n. 3, p. 409-428, Washington, 1979.

SÃO PAULO, Fórum de segurança pública. **Atlas da Violência: Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2018.

GAMBLE, Katrina L. Black political representation: An examination of legislative activity within US House committees. **Legislative Studies Quarterly**, v. 32, n. 3, p. 421-447, 2007.

GAY, Claudine. The effect of black congressional representation on political participation. **American Political Science Review**, v. 95, n. 3, p. 589-602, 2001.

GERRING, John. **Description: 'What the Devil is Going on Around Here?'**. Unpublished manuscript, Department of Political Science, Boston University, 2010.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos)**. Tempo social, v. 13, n. 2, p. 121-142, São Paulo, 2001.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito de cor e racismo no Brasil**. Revista de antropologia, v. 47, n. 1, p. 9-43, São Paulo, 2004.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Políticas públicas para a ascensão dos negros no Brasil: argumentando pela ação afirmativa. **Afro-Ásia**, n. 18, p.235-261, Salvador, 1996.

HAYNIE, Kerry L. The color of their skin or the content of their behavior? Race and perceptions of African American legislators. **Legislative Studies Quarterly**, v. 27, n. 2, p. 295-314, Chicago, 2002.

HERO, Rodney E.; TOLBERT, Caroline J. **Latinos and substantive representation in the US House of Representatives: Direct, indirect, or nonexistent?**. American Journal of Political Science, p. 640-652, 1995.

HOLMES, Robert A. The Georgia Legislative Black Caucus: An analysis of a racial legislative subgroup. **Journal of Black Studies**, v. 30, n. 6, p. 768-790, Chicago, 2000.

HTUN, Mala. **Is gender like ethnicity? The political representation of identity groups**. *Perspectives on Politics* v.2, n. 3, p. 439-458, Cambridge, 2004.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**, Brasília: Brasil, 2010.

IBGE, Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2015. **Acesso em**, v. 3, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2018**. 2018.

JOHNSON, Ollie A. **Racial representation and Brazilian politics: Black members of the National Congress**, 1983–1999. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 40, n. 4, p. 97-118, 1998.

JONES, Charles E. Testing a legislative strategy: The Congressional Black Caucus's action-alert communications network. **Legislative Studies Quarterly**, v.12, n.4, p. 521-536, Iowa, 1987.

JONES, Charles E. African American state legislative politics: An introduction. **Journal of Black Studies**, v.30, n.6, p. 741-743, Chigago, 2000.

JONES, Clinton B. The impact of local election systems on black political representation. **Urban Affairs Quarterly**, v. 11, n. 3, p. 345-356, 1976.

KÖSSLING, Karin Sant'Anna. Movimentos Negros no Brasil entre 1964 e 1983. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 02, São Paulo, 2008.

LIMA, Márcia. **Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula**. Novos estudos-CEBRAP, n. 87, p. 77-95, 2010.

LIMONGI, Fernando. Estudos legislativos. **Horizontes das ciências sociais no Brasil: ciência política**, v. 1, p. 163-190, 2010.

LUBLIN, David. Racial redistricting and African-American representation: A critique of "Do majority-minority districts maximize substantive black representation in Congress?". **American Political Science Review**, p. 183-186, 1999.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **A representação no interior das experiências de participação**. Lua Nova, v. 70, p. 139-170, 2007.

MACIEL, Ana Paula Brito; DE OLIVEIRA ALARCON, Anderson; GIMENES, Éder Rodrigo. Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 8, n. 3, Curitiba, 2018.

MAINWARING, Scott e SHUGART, Mathew. **Presidentialism and democracy in Latin America**. Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

MANSBRIDGE, Jane. **Should blacks represent blacks and women represent women? A contingent "yes"**. The Journal of politics, v. 61, n. 3, p. 628-657, 1999.

MANSBRIDGE, Jane. **Rethinking representation**. American political science review, v. 97, n. 4, p. 515-528, 2003.

MANCUSO, Wagner Pralon. **O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo**. Dados, v. 47, n. 3, p. 505-547, 2004.

MARSCHALL, Melissa J.; RUHIL, Anirudh VS; SHAH, Paru R. The new racial calculus: Electoral institutions and black representation in local legislatures. **American Journal of Political Science**, v. 54, n. 1, p. 107-124, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. **Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política**. 2003.

MILLER, Cheryl M. **Agenda-Setting by State Legislative Black Caucuses: Policy Priorities and Factors of Success**. Review of Policy Research, v. 9, n. 2, p. 339-354, 1989.

MIQUEL, Gerard Padro I.; SNYDER JR, James M. Legislative effectiveness and legislative careers. **Legislative Studies Quarterly**, v. 31, n. 3, p. 347-381, Washington, 2006.

BRASIL, Ministério da saúde **Política nacional de saúde integral da população negra: Uma política do SUS**. 2018.

- MINTA, Michael D. **Legislative oversight and the substantive representation of Black and Latino interests in Congress**. *Legislative Studies Quarterly*, v. 34, n. 2, p. 193-218, 2009.
- MORAES, Luiz Fernando; MIRANDA, Diogo; AZOLIN, Audren. **Presidencialismo de Coalizão e Governabilidade: Avaliação do Desempenho Político-Institucional dos Governos Dilma Rousseff e Michel Temer na Imposição de suas Agendas Prioritárias no Período 2011-2017**. In: **Ninth Latin American Congress of Political Science: ALACIP, Montevideo, Uruguay**. 2017. p. 26-28.
- MOORE, Carlos W. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Mazza, 2007.
- NALI, Marcos. **Antropologia e Racismo no discurso eugênico de Renato Kehl**. *Teoria & Pesquisa*, n. 45, p. 119 – 156, São Carlos, 2005.
- OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. **Racismo, direitos e cidadania**. *Revista de estudos avançados*, v. 18, n. 50, p. 81-93, 2004.
- OREY, Byron D.'André et al. Race and gender matter: Refining models of legislative policy making in state legislatures. **Journal of Women, Politics & Policy**, v. 28, n. 3-4, p. 97-119, Londres, 2007.
- OWENS, Chris T. Black substantive representation in state legislatures from 1971-1994. **Social Science Quarterly**, p. 779-791, 2005.
- RIBEIRO, Guilherme Leite. **Radicalização e Crise: O Protagonismo das Frentes Parlamentares no Governo João Goulart (1961-1964)**. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, Curitiba, 2017.
- RIOS, Roger Raupp. O direito da antidiscriminação e a tensão entre o direito à diferença e o direito geral de igualdade. **Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça**, v. 6, n. 18, p. 169-177, Rio Grande do Sul, 2012.
- ROBINSON, Theodore P.; DYE, Thomas R. Reformism and black representation on city councils. **Social Science Quarterly**, v. 59, n. 1, p. 133-141, Oklahoma, 1978.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, ideologia e composição social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 48, p. 31-47, São Paulo, 2002.
- ROCHA, Simone. A educação como ideal eugênico: o movimento eugenista e o discurso educacional no boletim de eugenia 1929-1933. **Cadernos de pesquisa: pensamento educacional**, v. 6, n. 13, p. 162-177, Paraná, 2011.
- PARÉS, Luis Nicolau. Escravidão, pós-Abolição e a política da memória. **Afro-Ásia**, n. 49, p. 353-364, São Paulo, 2014.
- PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. **Uma teoria da preponderância do Poder Executivo: o sistema de comissões no legislativo brasileiro**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15, 43: 45-67.
- PERISSINOTTO, Renato Monseff; VEIGA, Luciana Fernandes. Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para Deputado Federal de 2010. **Opinião Pública**, v. 20, n. 1, p. 49-66, 2014.

PITKIN, Hanna Fenichel. **The concept of representation**. Univ of California Press, 1967. Livro.

PITKIN, Hanna Fenichel. **Representação: palavras, instituições e idéias**. Lua Nova, n. 67, São Paulo, 2006.

IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios. **Rio de Janeiro: IBGE**, 2018.

PREUHS, Robert R. The conditional effects of minority descriptive representation: Black legislators and policy influence in the American states. **The Journal of Politics**, v. 68, n. 3, p. 585-599, Chicago, 2006.

SALES, Ronaldo. Democracia racial: o não-dito racista. **Tempo social**, v. 18, n. 2, p. 229-258, 2006.

SANTOS, Fabiano. **Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira**. DADOS - Revista de Ciências Sociais, v.40, n.3 p.465-492, Rio de Janeiro, 1997.

SANTOS, Manoel Leonardo. Teoria e método nos estudos sobre o Legislativo brasileiro: uma revisão da literatura no período 1994-2005. **Boletim Informativo Bibliográfico**, n. 66, p. 65-89, 2008.

SANTOS, Manoel Leonardo. **O parlamento sob influência: o lobby da indústria na câmara dos Deputados**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Recife, 2011.

SILVA, Gustavo Tadeu Reis. **Impactos das frentes parlamentares na dinâmica do Congresso Nacional durante a presidência do Partidos dos Trabalhadores (52º a 54º Legislatura)**. Dissertação de Mestrado, Repositório da UNB, Instituto de Ciências Sociais, Brasília, 2014.

SIMÕES, José Luis. **Anotações sobre a abolição, imigração e o mercado de trabalho na república velha**. 9º SIMPÓSIO PROCESSO CIVILIZADOR: tecnologia e civilização. Anais... Ponta Grossa/PR: Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR, 2005.

SOARES, Claudete Gomes. Raça, classe e ação afirmativa na trajetória política de militantes negros de esquerda. **Política & Sociedade**, v. 11, n. 22, p. 41-74, Florianópolis, 2012.

SOUSA, Gustavo José Carvalho de. **A institucionalização das frentes parlamentares e a especialização da atividade legislativa na Câmara dos Deputados**. Dissertação de Mestrado, Repositório da UNB, Instituto de Ciência Política, Brasília, 2017.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia no Brasil: ciência e pensamento social no movimento eugenista brasileiro do entre-guerras. **XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz. Anais Suplementar do XXIII Simpósio Nacional de História**, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. Companhia das Letras, ed.1, São Paulo, 1993

STARLING, Heloisa; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

STRATMANN, Thomas. Congressional voting over legislative careers: Shifting positions and changing constraints. **American Political Science Review**, p. 665-676, Cambridge, 2000.

TATE, Katherine. **The political representation of blacks in Congress: Does race matter?** Legislative Studies Quarterly, v.26, n.4, p. 623-638, Washington, 2001.

THEOBALD, Nick A.; HAIDER-MARKEL, Donald P. **Race, bureaucracy, and symbolic representation: Interactions between citizens and police**. Journal of Public Administration Research and Theory, v. 19, n. 2, p. 409-426, Oxford, 2008.

THOMAS, Sue. The impact of women on state legislative policies. **The Journal of Politics**, v. 53, n. 4, p. 958-976, Chicago, 1991.

TREVISAN, Janine. **A Frente Parlamentar Evangélica: Força política no estado laico brasileiro**. Numen, v. 16, n. 1, p. 581-609, Juiz de fora, 2013.

URBINATI, Nadia. **O que torna a representação democrática**. Lua Nova, v. 67, n. 7, p. 191-228, São Paulo, 2006.

VIEIRA, Diogo; ZUBARAN, Maria Angélica. A produção da identidade afro-brasileira no pós-abolição: Imprensa negra em Porto Alegre (1902-1910). **Revista de Iniciação Científica da Ulbra**, n. 5, Canoas, 2006.

VOLDEN, Craig; WISEMAN, Alan E. Legislative effectiveness in Congress. **Manuscript, The Ohio State University**, Annual Meeting of the Midwest Political Science Association. Ohio, 2009.

VOLDEN, Craig; WISEMAN, Alan E.; WITTMER, Dana E. The legislative effectiveness of women in Congress. **Manuscrito, The Ohio State University**, Ohio, 2010.

WEISSERT, Carol S. Issue salience and state legislative effectiveness. **Legislative Studies Quarterly**, v.16, n.4, p. 509-520, Washington, 1991.

WHITBY, Kenny J.; KRAUSE, George A. **Race, issue heterogeneity and public policy: the Republican revolution in the 104th US Congress and the representation of African-American policy interests**. British Journal of Political Science, v. 31, n. 3, p. 555-572, Cambridge, 2001.

WELCH, Susan. **The impact of at-large elections on the representation of Blacks and Hispanics**. The Journal of Politics, v. 52, n. 4, p. 1050-1076, Chicago, 1990.

WRIGHT, Sharon D. The Tennessee black caucus of state legislators. **Journal of Black Studies**, v. 31, n. 1, p. 3-19, Chicago, 2000.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 67, p. 139-190, São Paulo, 2006.

**APÊNDICE A – DEPUTADOS SIGNATÁRIOS DA FRENTE PARLAMENTAR  
PELA IGUALDADE RACIAL NA 53ª LEGISLATURA**

| DEPUTADO              | PARTIDO | UF |
|-----------------------|---------|----|
| Abelardo Camarinha    | PSB     | SP |
| Acélio Casagrande     | PMDB    | SC |
| Adão Preto            | PT      | RS |
| Afonso Hahim          | PP      | RS |
| Airton Roveda         | PR      | PR |
| Alex Canziani         | PTB     | PR |
| Alexandre Santos      | PMDB    | RJ |
| Alfredo Kaefer        | PSDB    | PR |
| Alice Portugal        | PC do B | BA |
| Angela Amin           | PP      | SC |
| Angela Portela        | PT      | RR |
| Anibal Gomes          | PMDB    | CE |
| Antonio Bulhões       | PMDB    | SP |
| Antônio Carlos Biffi  | PT      | MS |
| Antonio Cruz          | PP      | MS |
| Antonio José Medeiros | PT      | PI |
| Antonio Roberto       | PV      | MG |
| Ariosto Holanda       | PSB     | CE |
| Armando Monteiro      | PTB     | PE |
| Arnaldo Madeira       | PSDB    | SP |
| Arnaldo Vianna        | PDT     | RJ |
| Arnon Bezerra         | PTB     | CE |
| Assis do Couto        | PT      | PR |
| Bernardo Ariston      | PMDB    | RJ |
| Carlito Merss         | PT      | SC |
| Carlos Abigail        | PT      | MT |
| Carlos Alberto Lereia | PSDB    | GO |
| Carlos Santana        | PT      | RJ |
| Carlos Souza          | PP      | AM |
| Carlos William        | PTC     | MG |
| Carlos Wilson         | PT      | PE |
| Celso Maldaner        | PMDB    | SC |
| Cezar Schirmer        | PMDB    | RS |
| Chico Alencar         | PSOL    | RJ |
| Chico D'angelo        | PT      | RJ |
| Chico Lopes           | PC do B | CE |
| Cida Diogo            | PT      | RJ |
| Claudio Cajado        | DEM     | BA |

|                       |         |    |
|-----------------------|---------|----|
| Cleber Verde          | PAN     | MA |
| Colbert Martins       | PMDB    | BA |
| Cristiano Matheus     | PMDB    | AL |
| Dalva Figueiredo      | PT      | AP |
| Damião Feliciano      | S/P     | PB |
| Daniel Almeida        | PC do B | BA |
| Darcisio Perondi      | PMDB    | RS |
| Davi Alcolumbre       | DEM     | AP |
| Décio Lima            | PT      | SC |
| Devanir Ribeiro       | PT      | SP |
| Domingos Dutra        | S/P     | MA |
| Dr. Rosinha           | PT      | PR |
| Duarte Nogueira       | PSDB    | SP |
| Edgar Moury           | PMDB    | PE |
| Edio Lopes            | PMDB    | RR |
| Edmilson Valentim     | PC do B | RJ |
| Edson Aparecido       | PSDB    | SP |
| Edson Duarte          | PV      | BA |
| Edson Esantos         | PT      | RJ |
| Edson Ezequiel        | PMDB    | RJ |
| Edson Santos          | PT      | RJ |
| Eduardo Cunha         | PMDB    | RJ |
| Eduardo Lopes         | PSB     | RJ |
| Eduardo Valverde      | PT      | RO |
| Elismar Prado         | PT      | MG |
| Eudes Xavier          | PT      | CE |
| Eunício Oliveira      | PMDB    | CE |
| Evandro Mihomen       | PC do B | AP |
| Fátima Bezerra        | PT      | RN |
| Fátima Pelaes         | PMDB    | AP |
| Félix Mendonça        | DEM     | BA |
| Fernando Chucre       | PSDB    | SP |
| Fernando Coelho Filho | PSB     | PE |
| Fernando Coruja       | PPS     | SC |
| Fernando de Fabinho   | DEM     | BA |
| Fernando Ferro        | PT      | PE |
| Fernando Gabeira      | PV      | RJ |
| Fernando Melo         | PMDB    | AC |
| Flaviano Melo         | PMDB    | AC |
| Flávio Bezerra        | PMDB    | CE |
| Flávio Dino           | PC do B | MA |
| Flipe Bornier         | PHS     | RJ |
| Francisco Rossi       | PMDB    | SP |

|                     |         |    |
|---------------------|---------|----|
| Frank Aguiar        | PTB     | SP |
| Gastao Vieira       | PMDB    | MA |
| Geraldo Pudim       | PMDB    | RJ |
| Geraldo Resende     | PPS     | MS |
| Gilmar Machado      | PT      | MG |
| Gonzaga Patriota    | PSB     | PE |
| Guilherme Menezes   | PT      | BA |
| Henrique Fontana    | PT      | RS |
| Homero Pereira      | PR      | MT |
| Hugo Leal           | PSC     | RJ |
| Ibsen Pinheiro      | PMDB    | RS |
| Iran Barbosa        | PT      | SE |
| Iriny Lopes         | PT      | ES |
| Ivan Valente        | PSOL    | SP |
| Jackson Barreto     | PMDB    | SE |
| Jaime Martins       | PR      | MG |
| Janete Rocha        | PT      | SP |
| Jô Moraes           | PC do B | MG |
| João Almeida        | PSDB    | BA |
| João Dado           | PDT     | SP |
| João Magalhães      | PMDB    | MG |
| João Matos          | PMDB    | SC |
| João Oliveira       | DEM     | TO |
| João Paulo Cunha    | PT      | SP |
| Jorge Bittar        | PT      | RJ |
| José Airton Cirilo  | PT      | CE |
| José Genoio         | PT      | SP |
| José Guimarães      | PT      | CE |
| José Linhares       | PP      | CE |
| José Otávio Germano | PP      | RS |
| José Pimentel       | PT      | CE |
| Julião Amin         | PDT     | MA |
| Julio Delgado       | PSB     | MG |
| Jurandy Loureiro    | PAN     | ES |
| Jusmari Oliveira    | PR      | BA |
| Leandro Vilela      | PMDB    | GO |
| Leonardo Monteiro   | PT      | MG |
| Leonardo Picciani   | PMDB    | RJ |
| Leonardo Vilela     | PSDB    | GO |
| Lidice da Mata      | PSB     | BA |
| Lira Maia           | DEM     | PA |
| Lucenira Pimentel   | PR      | AP |
| Luciana Genro       | PSOL    | RS |

|                        |         |    |
|------------------------|---------|----|
| Luiz Bittencourt       | PMDB    | GO |
| Luiz Couto             | PT      | PB |
| Luiza Erundina         | PSB     | SP |
| Magela                 | PT      | DF |
| Manato                 | PDT     | ES |
| Manoel Junior          | PSB     | PB |
| Marcelo Ortiz          | PV      | SP |
| Marcelo Serafim        | PSB     | AM |
| Marcelo Teixeira       | PR      | CE |
| Marcondes Gadelha      | PSB     | PB |
| Marcos Montes          | DEM     | MG |
| Maria do Carmo Lara    | PT      | MG |
| Marinha Raupp          | PMDB    | RO |
| Mauricio Rands         | PT      | PE |
| Mauricio Trindade      | PR      | BA |
| Mauro Benevides        | PMDB    | CE |
| Mauro Nazif            | PSB     | RO |
| Miguel Correa Jr       | PT      | MG |
| Moises Avelino         | PMDB    | TO |
| Mussa Demes            | DEM     | PI |
| Narcio Rodrigues       | PSDB    | MG |
| Nazareno Fonteles      | PT      | PI |
| Neilton Mulim          | PR      | RJ |
| Nelson Meurer          | PP      | PR |
| Nelson Pellegrino      | PT      | BA |
| Nelson Trad            | PMDB    | MS |
| Neucimar Fraga         | PR      | ES |
| Nilson Mourão          | PT      | AC |
| Nilson Pinto           | PSDB    | PA |
| Odair Cunha            | PT      | MG |
| Osmar Junior           | PC do B | PI |
| Osvaldo Reis           | PMDB    | TO |
| Otavio Leite           | PSDB    | RJ |
| Pastor Manoel Ferreira | PTB     | RJ |
| Paulo Henrique Lustosa | PMDB    | CE |
| Paulo Magalhães        | DEM     | BA |
| Paulo Pereira da Silva | PDT     | SP |
| Paulo Piau             | PMDB    | MG |
| Paulo Rocha            | PT      | PA |
| Paulo Teixeira         | PT      | SP |
| Pedro Chaves           | PMDB    | GO |
| Pedro Eugênio          | PT      | PE |

|                             |         |    |
|-----------------------------|---------|----|
| Pedro Novais                | PMDB    | MA |
| Pedro Wilson                | PT      | GO |
| Pepe Vargas                 | PT      | RS |
| Perpetua Almeida            | PC do B | AC |
| Pompeo de Mattos            | PDT     | RS |
| Ratinho Junior              | PSC     | PR |
| Raul Henry                  | PMDB    | PE |
| Raul Jungmann               | PPS     | PE |
| Reginaldo Lopes             | PT      | MG |
| Regis de Oliveira           | PSC     | SP |
| Reinaldo Nogueira           | PDT     | SP |
| Renato Molling              | PP      | RS |
| Ribamar Alves               | PSB     | MA |
| Ricardo Barros              | PP      | PR |
| Ricardo Berzoni             | PT      | SP |
| Rita Camata                 | PMDB    | ES |
| Roberto Britto              | PP      | BA |
| Rodrigo Rollemberg          | PSB     | DF |
| Rogério Lisboa              | DEM     | RJ |
| Rogério Marinho             | PSB     | RN |
| Rômulo Gouveia              | PSDB    | PB |
| Ronaldo Caiado              | DEM     | GO |
| Rubens Otoni                | PT      | GO |
| Sabino Castelo Branco       | PTB     | AM |
| Sandro Matos                | PR      | RJ |
| Saraiva Felipe              | PMDB    | MG |
| Sérgio Barradas<br>Carneiro | PT      | BA |
| Severiano Alves             | PDT     | BA |
| Silvinho Peccioli           | DEM     | SP |
| Silvio Torres               | PSDB    | SP |
| Simão Sessim                | PP      | RJ |
| Solange Amaral              | DEM     | RJ |
| Sueli Vidigal               | PDT     | ES |
| Takayama                    | PAN     | PR |
| Tarcisio Zimmermann         | PT      | RS |
| Tatico                      | PTB     | GO |
| Toinha Magalhães            | PR      | BA |
| Vaccarezza                  | PT      | SP |
| Valadares Filho             | PSB     | SE |
| Valtenir Pereira            | PSB     | MS |
| Veloso                      | PMDB    | BA |
| Vicentinho                  | PT      | SP |

|                    |      |    |
|--------------------|------|----|
| Vieira da Cunha    | PDT  | RS |
| Vignatti           | PT   | SC |
| Vincentinho Alves  | PR   | TO |
| Virgílio Guimarães | PT   | MG |
| Vitor Penido       | DEM  | MG |
| Walter Ihoshi      | DEM  | SP |
| Walter Pinheiro    | PT   | BA |
| Wellington Roberto | PR   | PB |
| William Woo        | PSDB | SP |
| Wilson Braga       | PMDB | PB |
| Zé Geraldo         | PT   | PA |
| Zé Gerardo         | PMDB | CE |
| Zequinha Marinho   | PMDB | PA |

**Fonte:** Câmara dos Deputados (2019)

**APÊNDICE B – DEPUTADOS SIGNATÁRIOS DA FRENTE PARLAMENTAR PELA  
IGUALDADE RACIAL E EM DEFESA DOS QUILOMBOS NA 54ª  
LEGISLATURA**

| DEPUTADO                 | PARTIDO | UF |
|--------------------------|---------|----|
| ACELINO POPÓ             | PRB     | BA |
| ADEMIR CAMILO            | PROS    | MG |
| ALBERTO FILHO            | PMDB    | MA |
| ALEXANDRE ROSO           | PSB     | RS |
| ALEXANDRE SANTOS         | PMDB    | RJ |
| ALFREDO SIRKIS           | PSB     | RJ |
| ALICE PORTUGAL           | PCdoB   | BA |
| ALINE CORRÊA             | PP      | SP |
| AMAURI TEIXEIRA          | PT      | BA |
| ANDERSON FERREIRA        | PR      | PE |
| ANDRÉ FIGUEIREDO         | PDT     | CE |
| ANDRÉ MOURA              | PSC     | SE |
| ANDRÉ ZACHAROW           | PMDB    | PR |
| ANDREIA ZITO             | PSDB    | RJ |
| ANÍBAL GOMES             | PMDB    | CE |
| ANTONIO BRITO            | PTB     | BA |
| ANTONIO BULHÕES          | PRB     | SP |
| ARNALDO JARDIM           | PPS     | SP |
| ARNALDO JORDY            | PPS     | PA |
| ARNON BEZERRA            | PTB     | CE |
| AUREO                    | SD      | RJ |
| BENEDITA DA SILVA        | PT      | RJ |
| BENJAMIN MARANHÃO        | SD      | PB |
| BERINHO BANTIM           | SD      | RR |
| BETO FARO                | PT      | PA |
| BIFFI                    | PT      | MS |
| BOHN GASS                | PT      | RS |
| BONIFÁCIO DE<br>ANDRADA  | PSDB    | MG |
| CÂNDIDO VACCAREZZA       | PT      | SP |
| CARLOS ALBERTO<br>LERÉIA | PSDB    | GO |
| CARLOS EDUARDO<br>CADOCA | PCdoB   | PE |
| CARLOS MAGNO             | PP      | RO |
| CARLOS MANATO            | SD      | ES |
| CARLOS ZARATTINI         | PT      | SP |

|                         |       |    |
|-------------------------|-------|----|
| CELSO MALDANER          | PMDB  | SC |
| CHICO ALENCAR           | PSOL  | RJ |
| CHICO LOPES             | PCdoB | CE |
| CLÁUDIO PUTY            | PT    | PA |
| CLEBER VERDE            | PRB   | MA |
| DALVA FIGUEIREDO        | PT    | AP |
| DAMIÃO FELICIANO        | PDT   | PB |
| DANIEL ALMEIDA          | PCdoB | BA |
| DANILO FORTE            | PMDB  | CE |
| DARCÍSIO PERONDI        | PMDB  | RS |
| DAVI ALVES SILVA JÚNIOR | PR    | MA |
| DÉCIO LIMA              | PT    | SC |
| DELEGADO PROTÓGENES     | PCdoB | SP |
| DOMINGOS DUTRA          | SD    | MA |
| DOMINGOS SÁVIO          | PSDB  | MG |
| DR. PAULO CÉSAR         | PR    | RJ |
| DR. ROSINHA             | PT    | PR |
| DR. UBIALI              | PSB   | SP |
| EDIO LOPES              | PMDB  | RR |
| EDUARDO BARBOSA         | PSDB  | MG |
| EDUARDO CUNHA           | PMDB  | RJ |
| EDUARDO DA FONTE        | PP    | PE |
| EMILIANO JOSÉ           | PT    | BA |
| ERIKA KOKAY             | PT    | DF |
| ESPERIDIÃO AMIN         | PP    | SC |
| EUDES XAVIER            | PT    | CE |
| FÁBIO FARIA             | PSD   | RN |
| FÁBIO TRAD              | PMDB  | MS |
| FÁTIMA BEZERRA          | PT    | RN |
| FÁTIMA PELAES           | PMDB  | AP |
| FERNANDO FERRO          | PT    | PE |
| FRANCISCO PRACIANO      | PT    | AM |
| GERALDO RESENDE         | PMDB  | MS |
| GERALDO SIMÕES          | PT    | BA |
| GIACOCO                 | PR    | PR |
| GIVALDO CARIMBÃO        | PROS  | AL |
| GLAUBER BRAGA           | PSB   | RJ |
| GONZAGA PATRIOTA        | PSB   | PE |
| GUILHERME CAMPOS        | PSD   | SP |

|                       |       |    |
|-----------------------|-------|----|
| GUILHERME MUSSI       | PP    | SP |
| IVAN VALENTE          | PSOL  | SP |
| JAIME MARTINS         | PSD   | MG |
| JANETE ROCHA PIETÁ    | PT    | SP |
| JÂNIO NATAL           | PRP   | BA |
| JAQUELINE RORIZ       | PMN   | DF |
| JEAN WYLLYS           | PSOL  | RJ |
| JEFFERSON CAMPOS      | PSD   | SP |
| JÔ MORAES             | PCdoB | MG |
| JOÃO CARLOS BACELAR   | PR    | BA |
| JOÃO PAULO LIMA       | PT    | PE |
| JORGE BOEIRA          | PP    | SC |
| JOSÉ GUIMARÃES        | PT    | CE |
| JOSUÉ BENGTON         | PTB   | PA |
| JÚLIO CAMPOS          | DEM   | MT |
| LEANDRO VILELA        | PMDB  | GO |
| LELO COIMBRA          | PMDB  | ES |
| LEONARDO MONTEIRO     | PT    | MG |
| LEONARDO QUINTÃO      | PMDB  | MG |
| LINCOLN PORTELA       | PR    | MG |
| LIRA MAIA             | DEM   | PA |
| LUCIANO CASTRO        | PR    | RR |
| LUIZ ALBERTO          | PT    | BA |
| LUIZ ARGÔLO           | SD    | BA |
| LUIZ COUTO            | PT    | PB |
| MANOEL JUNIOR         | PMDB  | PB |
| MARA GABRILLI         | PSDB  | SP |
| MÁRCIO MACÊDO         | PT    | SE |
| MÁRCIO MARINHO        | PRB   | BA |
| MARCON                | PT    | RS |
| MARCOS MONTES         | PSD   | MG |
| MARINHA RAUPP         | PMDB  | RO |
| MAURO BENEVIDES       | PMDB  | CE |
| MAURO LOPES           | PMDB  | MG |
| MENDONÇA PRADO        | DEM   | SE |
| MIRIQUINHO BATISTA    | PT    | PA |
| NELSON PELLEGRINO     | PT    | BA |
| NILDA GONDIM          | PMDB  | PB |
| NILTON CAPIXABA       | PTB   | RO |
| ONOFRE SANTO AGOSTINI | PSD   | SC |

|                                      |       |    |
|--------------------------------------|-------|----|
| OSMAR SERRAGLIO                      | PMDB  | PR |
| OSMAR TERRA                          | PMDB  | RS |
| OZIEL OLIVEIRA                       | PDT   | BA |
| PADRE JOÃO                           | PT    | MG |
| PASTOR EURICO                        | PSB   | PE |
| PERPÉtua ALMEIDA                     | PCdoB | AC |
| POLICARPO                            | PT    | DF |
| PROFESSOR SETIMO                     | PMDB  | MA |
| PROFESSORA DORINHA<br>SEABRA REZENDE | DEM   | TO |
| REBECCA GARCIA                       | PP    | AM |
| REGINALDO LOPES                      | PT    | MG |
| RENZO BRAZ                           | PP    | MG |
| ROBERTO DORNER                       | PSD   | MT |
| ROGÉRIO PENINHA<br>MENDONÇA          | PMDB  | SC |
| RONALDO ZULKE                        | PT    | RS |
| ROSE DE FREITAS                      | PMDB  | ES |
| RUBENS OTONI                         | PT    | GO |
| SÁGUAS MORAES                        | PT    | MT |
| SANDES JÚNIOR                        | PP    | GO |
| SANDRA ROSADO                        | PSB   | RN |
| SANDRO MABEL                         | PMDB  | GO |
| SARAIVA FELIPE                       | PMDB  | MG |
| SEBASTIÃO BALA<br>ROCHA              | SD    | AP |
| SÉRGIO MORAES                        | PTB   | RS |
| SIBÁ MACHADO                         | PT    | AC |
| SILAS CÂMARA                         | PSD   | AM |
| SIMÃO SESSIM                         | PP    | RJ |
| STEPAN NERCESSIAN                    | PPS   | RJ |
| TAKAYAMA                             | PSC   | PR |
| VALADARES FILHO                      | PSB   | SE |
| VALMIR ASSUNÇÃO                      | PT    | BA |
| VALTENIR PEREIRA                     | PROS  | MT |
| VICENTE CANDIDO                      | PT    | SP |
| VICENTINHO                           | PT    | SP |
| WALTER TOSTA                         | PSD   | MG |
| WANDENKOLK<br>GONÇALVES              | PSDB  | PA |
| WELITON PRADO                        | PT    | MG |

|                |    |    |
|----------------|----|----|
| WLADIMIR COSTA | SD | PA |
| ZÉ GERALDO     | PT | PA |
| ZECA DIRCEU    | PT | PR |

**Fonte:** Câmara dos Deputados (2019)

**APÊNDICE C – DEPUTADOS SIGNATÁRIOS DA FRENTE PARLAMENTAR  
MISTA BRASIL-ÁFRICA DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO NA 55ª  
LEGISLATURA**

| DEPUTADO             | PARTIDO       | UF |
|----------------------|---------------|----|
| ADELMO CARNEIRO LEÃO | PT            | MG |
| ADEMIR CAMILO        | MDB           | MG |
| AELTON FREITAS       | PR            | MG |
| AFONSO FLORENCE      | PT            | BA |
| ALAN RICK            | DEM           | AC |
| ALBERTO FILHO        | PP            | MA |
| ALEX CANZIANI        | PTB           | PR |
| ALFREDO KAEFER       | PP            | PR |
| ALICE PORTUGAL       | PCdoB         | BA |
| ALIEL MACHADO        | PSB           | PR |
| ANA PERUGINI         | PT            | SP |
| ANDRÉ ABDON          | PP            | AP |
| ANDRÉ FIGUEIREDO     | PDT           | CE |
| ANDRÉ FUFUCA         | PP            | MA |
| ANDRE MOURA          | PSC           | SE |
| ANDRES SANCHEZ       | PT            | SP |
| ANGELIM              | PT            | AC |
| ANÍBAL GOMES         | DEM           | CE |
| ANTONIO BALHMANN     | PDT           | CE |
| ANTONIO BRITO        | PSD           | BA |
| ANTONIO BULHÕES      | PRB           | SP |
| ARLINDO CHINAGLIA    | PT            | SP |
| ARNALDO JORDY        | PPS           | PA |
| ASSIS CARVALHO       | PT            | PI |
| ASSIS DO COUTO       | PDT           | PR |
| ÁTILA LINS           | PP            | AM |
| AUGUSTO CARVALHO     | SOLIDARIEDADE | DF |
| AUGUSTO COUTINHO     | SOLIDARIEDADE | PE |
| AUREO                | SOLIDARIEDADE | RJ |
| BACELAR              | PODE          | BA |

|                        |               |    |
|------------------------|---------------|----|
| BEBETO                 | PSB           | BA |
| BENEDITA DA SILVA      | PT            | RJ |
| BETO FARO              | PT            | PA |
| BOHN GASS              | PT            | RS |
| BONIFÁCIO DE ANDRADA   | DEM           | MG |
| BRUNNY                 | PR            | MG |
| CABO DACIOLO           | PATRI         | RJ |
| CAETANO                | PT            | BA |
| CARLOS MELLES          | DEM           | MG |
| CARLOS ZARATTINI       | PT            | SP |
| CARMEN ZANOTTO         | PPS           | SC |
| CELSO JACOB            | MDB           | RJ |
| CELSO MALDANER         | MDB           | SC |
| CELSO RUSSOMANNO       | PRB           | SP |
| CÉSAR HALUM            | PRB           | TO |
| CÉSAR MESSIAS          | PSB           | AC |
| CHICO ALENCAR          | PSOL          | RJ |
| CHICO D'ANGELO         | PDT           | RJ |
| CHICO LOPES            | PCdoB         | CE |
| CLEBER VERDE           | PRB           | MA |
| CONCEIÇÃO SAMPAIO      | PSDB          | AM |
| COVATTI FILHO          | PP            | RS |
| CRISTIANE BRASIL       | PTB           | RJ |
| DAMIÃO FELICIANO       | PDT           | PB |
| DÂMINA PEREIRA         | PODE          | MG |
| DANIEL ALMEIDA         | PCdoB         | BA |
| DANILO FORTE           | PSDB          | CE |
| DARCÍSIO PERONDI       | MDB           | RS |
| DAVIDSON MAGALHÃES     | PCdoB         | BA |
| DÉCIO LIMA             | PT            | SC |
| DELEGADO ÉDER MAURO    | PSD           | PA |
| DELEGADO EDSON MOREIRA | PR            | MG |
| DOMINGOS NETO          | PSD           | CE |
| DOMINGOS SÁVIO         | PSDB          | MG |
| DR. JOÃO               | PR            | RJ |
| DR. JORGE SILVA        | SOLIDARIEDADE | ES |

|                     |               |    |
|---------------------|---------------|----|
| EDMILSON RODRIGUES  | PSOL          | PA |
| EDUARDO BARBOSA     | PSDB          | MG |
| ELI CORRÊA FILHO    | DEM           | SP |
| ENIO VERRI          | PT            | PR |
| ERIKA KOKAY         | PT            | DF |
| EROS BIONDINI       | PROS          | MG |
| ESPERIDIÃO AMIN     | PP            | SC |
| FÁBIO RAMALHO       | MDB           | MG |
| FERNANDO MARRONI    | PT            | RS |
| FLÁVIA MORAIS       | PDT           | GO |
| GENECIAS NORONHA    | SOLIDARIEDADE | CE |
| GILBERTO NASCIMENTO | PSC           | SP |
| GIVALDO CARIMBÃO    | AVANTE        | AL |
| GIVALDO VIEIRA      | PCdoB         | ES |
| GORETE PEREIRA      | PR            | CE |
| GOULART             | PSD           | SP |
| HELDER SALOMÃO      | PT            | ES |
| HENRIQUE FONTANA    | PT            | RS |
| HERCULANO PASSOS    | MDB           | SP |
| HILDO ROCHA         | MDB           | MA |
| IRACEMA PORTELLA    | PP            | PI |
| IZALCI LUCAS        | PSDB          | DF |
| JAIME MARTINS       | PROS          | MG |
| JANDIRA FEGHALI     | PCdoB         | RJ |
| JEAN WYLLYS         | PSOL          | RJ |
| JEFFERSON CAMPOS    | PSB           | SP |
| JÉSSICA SALES       | MDB           | AC |
| JHONATAN DE JESUS   | PRB           | RR |
| JÔ MORAES           | PCdoB         | MG |
| JOÃO CAMPOS         | PRB           | GO |
| JOÃO DANIEL         | PT            | SE |
| JOÃO MARCELO SOUZA  | MDB           | MA |
| JORGE SOLLA         | PT            | BA |
| JOSÉ AIRTON CIRILO  | PT            | CE |
| JOSÉ MENTOR         | PT            | SP |
| JOSE STÉDILE        | PSB           | RS |

|                          |               |    |
|--------------------------|---------------|----|
| JOSUÉ BENGTON            | PTB           | PA |
| KAIO MANIÇOBA            | SOLIDARIEDADE | PE |
| KEIKO OTA                | PSB           | SP |
| LELO COIMBRA             | MDB           | ES |
| LEO DE BRITO             | PT            | AC |
| LEONARDO MONTEIRO        | PT            | MG |
| LEONARDO QUINTÃO         | MDB           | MG |
| LEÔNIDAS CRISTINO        | PDT           | CE |
| LINCOLN PORTELA          | PR            | MG |
| LINDOMAR GARÇON          | PRB           | RO |
| LUCIANA SANTOS           | PCdoB         | PE |
| LUIZ CARLOS RAMOS        | PR            | RJ |
| LUIZ COUTO               | PT            | PB |
| LUIZ SÉRGIO              | PT            | RJ |
| LUIZIANNE LINS           | PT            | CE |
| MARCELO MATOS            | PSD           | RJ |
| MÁRCIO MARINHO           | PRB           | BA |
| MARCO ANTÔNIO CABRAL     | MDB           | RJ |
| MARCO MAIA               | PT            | RS |
| MARCON                   | PT            | RS |
| MARCOS REATEGUI          | PSD           | AP |
| MARCOS ROTA              | MDB           | AM |
| MARCUS PESTANA           | PSDB          | MG |
| MARGARIDA SALOMÃO        | PT            | MG |
| MARIA DO ROSÁRIO         | PT            | RS |
| MARIANA CARVALHO         | PSDB          | RO |
| MAURO LOPES              | MDB           | MG |
| MILTON MONTI             | PR            | SP |
| MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO | DEM           | SP |
| MOEMA GRAMACHO           | PT            | BA |
| NEWTON CARDOSO JR        | MDB           | MG |
| NILTO TATTO              | PT            | SP |
| NILTON CAPIXABA          | PTB           | RO |
| ODORICO MONTEIRO         | PSB           | CE |
| ORLANDO SILVA            | PCdoB         | SP |
| OSMAR SERRAGLIO          | PP            | PR |

|                                   |       |    |
|-----------------------------------|-------|----|
| OTAVIO LEITE                      | PSDB  | RJ |
| PADRE JOÃO                        | PT    | MG |
| PAUDERNEY AVELINO                 | DEM   | AM |
| PAULÃO                            | PT    | AL |
| PAULO ABI-ACKEL                   | PSDB  | MG |
| PAULO FOLETTO                     | PSB   | ES |
| PAULO PIMENTA                     | PT    | RS |
| PAULO TEIXEIRA                    | PT    | SP |
| PEDRO CHAVES                      | MDB   | GO |
| PEDRO CUNHA LIMA                  | PSDB  | PB |
| PEDRO UCZAI                       | PT    | SC |
| PR. MARCO FELICIANO               | PODE  | SP |
| PROFESSOR VICTÓRIO GALLI          | PSL   | MT |
| PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE | DEM   | TO |
| PROFESSORA MARCIVANIA             | PCdoB | AP |
| RAIMUNDO GOMES DE MATOS           | PSDB  | CE |
| REGINALDO LOPES                   | PT    | MG |
| RENATO MOLLING                    | PP    | RS |
| RENZO BRAZ                        | PP    | MG |
| ROBERTO BALESTRA                  | PP    | GO |
| ROBERTO GÓES                      | PDT   | AP |
| ROBERTO SALES                     | DEM   | RJ |
| ROGÉRIO ROSSO                     | PSD   | DF |
| RÔMULO GOUVEIA                    | PSD   | PB |
| RONALDO FONSECA                   | PODE  | DF |
| RONALDO MARTINS                   | PRB   | CE |
| RONALDO NOGUEIRA                  | PTB   | RS |
| ROSANGELA GOMES                   | PRB   | RJ |
| RUBENS OTONI                      | PT    | GO |
| RUBENS PEREIRA JÚNIOR             | PCdoB | MA |
| SÁGUAS MORAES                     | PT    | MT |
| SANDES JÚNIOR                     | PP    | GO |
| SARAIVA FELIPE                    | MDB   | MG |
| SARNEY FILHO                      | PV    | MA |
| SÉRGIO MORAES                     | PTB   | RS |
| SERGIO VIDIGAL                    | PDT   | ES |

|                     |               |    |
|---------------------|---------------|----|
| SIBÁ MACHADO        | PT            | AC |
| SILAS CÂMARA        | PRB           | AM |
| SÓSTENES CAVALCANTE | DEM           | RJ |
| STEFANO AGUIAR      | PSD           | MG |
| TAKAYAMA            | PSC           | PR |
| TIA ERON            | PRB           | BA |
| VALDIR COLATTO      | MDB           | SC |
| VALMIR ASSUNÇÃO     | PT            | BA |
| VALMIR PRASCIDELLI  | PT            | SP |
| VANDER LOUBET       | PT            | MS |
| VICENTE CANDIDO     | PT            | SP |
| VICENTINHO          | PT            | SP |
| WADSON RIBEIRO      | PCdoB         | MG |
| WALDIR MARANHÃO     | PSDB          | MA |
| WELITON PRADO       | PROS          | MG |
| WELLINGTON ROBERTO  | PR            | PB |
| WLADIMIR COSTA      | SOLIDARIEDADE | PA |
| ZÉ CARLOS           | PT            | MA |
| ZÉ SILVA            | SOLIDARIEDADE | MG |
| ZECA DIRCEU         | PT            | PR |
| ZECA DO PT          | PT            | MS |
| ZENAIDE MAIA        | PHS           | RN |

Fonte: Câmara dos Deputados (2019)

**APÊNDICE D – DEPUTADOS INTERESSADOS NA AGENDA NEGRA QUE PARTICIPARAM DA ANÁLISE DA EFICÁCIA E SEUS SCORES RESPECTIVOS**

| AUTOR                       | PARTIDO | UF | score de eficácia(i) |
|-----------------------------|---------|----|----------------------|
| Benjamin Maranhão           | SD      | PB | 0,00025              |
| Akira Otsubo                | PMDB    | MS | 0,000308             |
| Alberto Fraga               | DEM     | DF | 0,00037              |
| Alceu Moreira               | PMDB    | RS | 0,000123             |
| Alfredo Nascimento          | PR      | AM | 0,001609             |
| Aline Corrêa                | PP      | SP | 0,000378             |
| Amauri Teixeira             | PT      | BA | 0,000431             |
| Ana Perugini                | PT      | SP | 0,000123             |
| André Fufuca                | PEN     | MA | 0,000253             |
| André Vargas                | PT      | PR | 0,001485             |
| Andreia Zito                | PSDB    | RJ | 0,00025              |
| Angela Portela              | PT      | RR | 0,00025              |
| Ângelo Agnolin              | PDT     | TO | 0,000123             |
| Angelo Vanhonin             | PT      | PR | 0,00025              |
| Antônio Bulhões             | PRB     | SP | 0,000123             |
| Antonio Carlos Biscaia      | PT      | RJ | 0,000123             |
| Antonio Carlos Mendes Theme | PSDB    | SP | 0,0005               |
| Antônio Roberto             | PV      | MG | 0,00025              |
| Arnaldo Jordy               | PPS     | PA | 0,003837             |
| Assis Melo                  | PC do B | RS | 0,000246             |
| Átila Nunes                 | PSL     | RJ | 0,000493             |
| Augusto Carvalho            | SD      | DF | 0,000269             |
| Bebeto                      | PSB     | BA | 0,000185             |
| Benedita da Silva           | PT      | RJ | 0,004253             |
| Beto Faro                   | PT      | PA | 0,000123             |
| Bruno Covas                 | PSDB    | SP | 0,00025              |
| Cabo Sabino                 | PR      | CE | 0,00025              |
| Caetano                     | PT      | BA | 0,000123             |
| Cândido Vaccarezza          | PT      | SP | 0,000123             |
| Carlos Bezerra              | PMDB    | MT | 0,000993             |
| Carlos Sampaio              | PSDB    | SP | 0,00025              |
| Carlos Santana              | PT      | RJ | 0,000272             |
| Carlos Souza                | PSD     | AM | 0,000308             |
| Carlos Zaratini             | PT      | SP | 0,000123             |
| Carmen Zanoto               | PPS     | SC | 0,000123             |
| Celso Maldaner              | PMDB    | SC | 0,000308             |
| Cesar Souza                 | PSD     | SC | 0,000123             |
| Chico Alencar               | PSOL    | RJ | 0,012626             |
| Chico D'Angelo              | PT      | RJ | 0,000272             |

|                    |         |    |          |
|--------------------|---------|----|----------|
| Clarissa Garotinho | PROS    | RJ | 0,000123 |
| Cleber Verde       | PRB     | MA | 0,000274 |
| Dagoberto Nogueira | PDT     | MS | 0,000123 |
| Dâmina Ferreira    | PSL     | MG | 0,000274 |
| Danrlei de Deus    | PSD     | RS | 0,00025  |
| Davdison Magalhães | PC do B | BA | 0,000284 |
| Diego Andrade      | PSD     | MG | 0,00025  |
| Domingos Dutra     | PT      | MA | 0,000554 |
| Dr. Ubiali         | PSB     | SP | 0,001485 |
| Edio Lopes         | PMDB    | RR | 0,000123 |
| Edson Ezequiel     | PMDB    | RJ | 0,000123 |
| Edson Pimenta      | PSD     | BA | 0,00025  |
| Efraim Filho       | DEM     | PB | 0,00025  |
| Eliene Lima        | PSD     | MT | 0,001485 |
| Érika Kokay        | PT      | DF | 0,001333 |
| Evandro Milhomen   | PC do B | AP | 0,000123 |
| Fábio Trad         | PMDB    | MS | 0,000123 |
| Fátima Pelaes      | PMDB    | AP | 0,000373 |
| Fernando Coruja    | PPS     | SC | 0,000123 |
| Flavinho           | PSB     | SP | 0,000123 |
| Floriano Pesaro    | PSDB    | SP | 0,000123 |
| Francisco Floriano | DEM     | RJ | 0,000246 |
| Francisco Praciano | PT      | AM | 0,00025  |
| Frank Aguiar       | PTB     | SP | 0,000304 |
| Geovania de Sá     | PSDB    | SC | 0,0005   |
| Geraldo Resende    | PSDB    | MS | 0,000123 |
| Giuseppe Vecchi    | PSDB    | GO | 0,00025  |
| Glauber Braga      | PSOL    | RJ | 0,000246 |
| Gonzaga Patriota   | PSB     | PE | 0,000616 |
| Gorete Pereira     | PR      | CE | 0,000989 |
| Goulart            | PSD     | SP | 0,000123 |
| Guilherme Mussi    | PP      | SP | 0,000123 |
| Henrique Afonso    | PT      | AC | 0,000123 |
| Heuler Cruvinel    | PP      | GO | 0,002351 |
| Hugo Leal          | PSC     | RJ | 0,000123 |
| Indio da Costa     | DEM     | RJ | 0,000123 |
| Irajá Abreu        | PSD     | TO | 0,000123 |
| Iriny Lopes        | PT      | ES | 0,000648 |
| Jair Bolsonaro     | PP      | RJ | 0,000246 |
| Jandira Feghali    | PC do B | RJ | 0,000123 |
| Janete Rocha Pietá | PT      | SP | 0,000123 |
| Jânio Natal        | PRP     | BA | 0,00025  |
| Jean Wyllys        | PSOL    | RJ | 0,000451 |
| Jô Moraes          | PC do B | MG | 0,000123 |
| João Campos        | PRB     | GO | 0,000759 |

|                      |         |    |          |
|----------------------|---------|----|----------|
| João Dado            | PDT     | SP | 0,000123 |
| João Daniel          | PT      | SE | 0,000123 |
| João Hermann         | PDT     | SP | 0,00037  |
| João Rodrigues       | PSD     | SC | 0,000246 |
| Jones Martins        | PMDB    | RS | 0,00025  |
| Jorginho Maluly      | DEM     | SP | 0,000123 |
| José Guimarães       | PT      | CE | 0,00046  |
| José Reinaldo        | PSDB    | MA | 0,00025  |
| Josi Nunes           | PMDB    | TO | 0,025253 |
| Júlio Delgado        | PSB     | MG | 0,000346 |
| Junji Abe            | DEM     | SP | 0,000123 |
| Jurandy Loureiro     | PTB     | ES | 0,000346 |
| Jusmari Oliveira     | PR      | BA | 0,000346 |
| Keiko Ota            | PSB     | SP | 0,000308 |
| Laercio Oliveira     | PR      | SE | 0,000123 |
| Laudivio Carvalho    | SD      | MG | 0,000373 |
| Laura Carneiro       | PMDB    | RJ | 0,000804 |
| Leonardo Quintão     | PMDB    | MG | 0,000123 |
| Lídice da Mata       | PSB     | BA | 0,00025  |
| Lincon Portela       | PR      | MG | 0,00025  |
| Luciana Genro        | PSOL    | RS | 0,000123 |
| Luiz Alberto         | PT      | BA | 0,000308 |
| Luiz Carlos Hauly    | PSDB    | PR | 0,000123 |
| Luiz Couto           | PT      | PB | 0,000496 |
| Major Olimpio Gomes  | PDT     | SP | 0,000123 |
| Manoel Junior        | PSB     | PB | 0,00025  |
| Marcelo Aguiar       | PSC     | SP | 0,00025  |
| Marcelo Belinati     | PP      | PR | 0,00025  |
| Marcelo Itagiba      | PMDB    | RJ | 0,000123 |
| Marcelo Melo         | PMDB    | GO | 0,002228 |
| Marcio Marinho       | PRB     | BA | 0,00025  |
| Marco Antônio Cabral | PMDB    | RJ | 0,000123 |
| Marco Maia           | PT      | RS | 0,000123 |
| Marco Tebadi         | PSDB    | SC | 0,00025  |
| Marcos Montes        | PSD     | MG | 0,000123 |
| Marcos Rogério       | PDT     | RO | 0,000123 |
| Marcus Pestana       | PSDB    | MG | 0,001485 |
| Margarida Salomão    | PT      | MG | 0,000123 |
| Maria do Rosário     | PT      | RS | 0,000246 |
| Mariana Carvalho     | PSDB    | RO | 0,00025  |
| Mário Heringer       | PDT     | MG | 0,000373 |
| Miriquinho Batista   | PT      | PA | 0,000123 |
| Moema Gramacho       | PT      | BA | 0,000123 |
| Moisés Diniz         | PC do B | AC | 0,00025  |
| Moses Rodriguez      | PMDB    | CE | 0,000123 |

|                         |         |    |          |
|-------------------------|---------|----|----------|
| Nelson Marchezan        | PSDB    | RS | 0,00025  |
| Nelson Pellegrino       | PT      | BA | 0,012626 |
| Neucimar Fraga          | PR      | ES | 0,000123 |
| Nilson Leitão           | PSDB    | MT | 0,000123 |
| Nilto Tato              | PT      | SP | 0,0005   |
| Odair Cunha             | PT      | MG | 0,000123 |
| Odelmo Leão             | PP      | MG | 0,000123 |
| Onofre Santo Agostinho  | PSD     | SC | 0,000308 |
| Onyx Lorenzoni          | DEM     | RS | 0,000739 |
| Orlando Silva           | PC do B | SP | 0,00025  |
| Osório Adriano          | DEM     | DF | 0,000123 |
| Otávio Leite            | PSDB    | RJ | 0,000246 |
| Padre Ton               | PT      | RO | 0,0005   |
| Pastor Marcos Feliciano | PSC     | SP | 0,00025  |
| Paulo Abickel           | PSDB    | MG | 0,00025  |
| Paulo Bornhausen        | DEM     | SC | 0,000123 |
| Paulo Pereira da Silva  | PDT     | SP | 0,000123 |
| Paulo Abickel           | PMDB    | MG | 0,00025  |
| Paulo Pimenta           | PT      | RS | 0,000123 |
| Paulo Roberto Pereira   | PTB     | RS | 0,000308 |
| Pedro Eugenio           | PT      | PE | 0,000743 |
| Pedro Paulo             | PMDB    | RJ | 0,00025  |
| Pepe Vargas             | PT      | RS | 0,00025  |
| Professor Ruy           | PSDB    | RS | 0,00025  |
| Professor Victorio      | PSC     | MT | 0,000123 |
| Professora Dorinha      | DEM     | TO | 0,000373 |
| Rafael Motta            | PSB     | RN | 0,00025  |
| Reginaldo Lopes         | PT      | MG | 0,001047 |
| Renata Abreu            | PODE    | SP | 0,000123 |
| Renato Simões           | PT      | SP | 0,00025  |
| Ricardo Izar            | PV      | SP | 0,000373 |
| Roberto Britto          | PP      | BA | 0,00025  |
| Roberto Lucena          | PV      | SP | 0,001609 |
| Roberto Sales           | PRB     | RJ | 0,000123 |
| Rocha                   | PSDB    | AC | 0,00025  |
| Rodovalho               | DEM     | DF | 0,000373 |
| Rodrigo Rollemberg      | PSB     | DF | 0,000123 |
| Rogério Lisboa          | DEM     | RJ | 0,000123 |
| Romero Rodrigues        | PSDB    | PB | 0,00025  |
| Rômulo Gouveia          | PSD     | PB | 0,000373 |
| Ronaldo Benedet         | PMDB    | SC | 0,000123 |
| Ronaldo Caiado          | DEM     | GO | 0,000123 |
| Ronaldo Martins         | PRB     | CE | 0,000308 |
| Rosângela Gomes         | PRB     | RJ | 0,00025  |
| Rose de Freitas         | PMDB    | ES | 0,000123 |

|                    |         |    |          |
|--------------------|---------|----|----------|
| Ruy Carneiro       | PSDB    | PB | 0,000123 |
| Sandes Júnior      | PP      | GO | 0,001793 |
| Sandra Rosado      | PSB     | RN | 0,00025  |
| Sebastião Bala     | PDT     | AP | 0,000123 |
| Tia Eron           | PRB     | BA | 0,000681 |
| Valdir Collato     | PMN     | SC | 0,0005   |
| Valmir Assunção    | PT      | BA | 0,000373 |
| Vanessa Grazziotin | PC do B | AM | 0,00025  |
| Veneziano Vital    | PMDB    | PB | 0,002236 |
| Vicente Cândido    | PT      | BA | 0,00025  |
| Vicentinho         | PT      | SP | 0,001678 |
| Vilson Covatti     | PP      | RS | 0,000308 |
| Vinicius Carvalho  | PRB     | SP | 0,000373 |
| Vitor Valim        | PMDB    | CE | 0,00025  |
| Wadih Damous       | PT      | RJ | 0,000123 |
| Wadson Ribeiro     | PC do B | MG | 0,001609 |
| Walter Feldman     | PSDB    | SP | 0,000123 |
| Walter Tosta       | PMN     | MG | 0,00025  |
| Washington Luiz    | PT      | MA | 0,00025  |
| Washington Reis    | PMDB    | RJ | 0,000123 |
| Weverton Rocha     | PDT     | MA | 0,000123 |
| Wilson Filho       | PTB     | PB | 0,000123 |
| Zé Carlos          | PT      | MA | 0,00025  |
| Zezéu Ribeiro      | PT      | BA | 0,00025  |

Fonte: Câmara dos Deputados (2019)

**APÊNDICE E – PROPOSIÇÕES CLASSIFICADAS DENTRO DA AGENDA  
NEGRA**

| <b>Proposicao</b>                             | <b>Autor</b>       | <b>Partido</b> | <b>UF</b> | <b>Categoria</b>                 |
|-----------------------------------------------|--------------------|----------------|-----------|----------------------------------|
| <a href="#">PEC 382/2014</a>                  | Akira Otsubo       | PMDB           | MS        | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 387/2015</a>                   | Alberto Fraga      | DEM            | DF        | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 1348/2015</a>                  | Alberto Fraga      | DEM            | DF        | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 8504/2017</a>                  | Alberto Fraga      | DEM            | DF        | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 7383/2014</a>                  | Alceu Moreira      | PMDB           | RS        | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 5551/2016</a>                  | Alfredo Nascimento | PR             | AM        | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 5723/2016</a>                  | Alfredo Nascimento | PR             | AM        | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 5576/2013</a>                  | Aline Corrêa       | PP             | SP        | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 6509/2009</a>                  | Aline Corrêa       | PP             | SP        | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PEC 203/2012</a>                  | Amauri Teixeira    | PT             | BA        | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 4620/2012</a>                  | Amauri Teixeira    | PT             | BA        | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PRC 150/2012</a>                  | Amauri Teixeira    | PT             | BA        | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 8992/2017</a>                  | Ana Perugini       | PT             | SP        | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 2219/2015</a>                  | André Fufuca       | PEN            | MA        | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PDC 494/2011</a>                  | Andre Moura        | PSC            | SE        | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PLV 9/2008 =&gt; MPV 411/2007</a> | Andre Vargas       | PT             | PR        | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 2637/2007</a>                  | Angela Portela     | PT             | RR        | Políticas sociais e Estruturais  |

|                              |                             |       |    |                                  |
|------------------------------|-----------------------------|-------|----|----------------------------------|
| <a href="#">PL 1468/2011</a> | Ângelo Agnolin              | PDT   | TO | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 8306/2014</a> | Angelo Vanhoni              | PT    | PR | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 7143/2010</a> | Andreia Zito                | PSDB  | RJ | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 4359/2016</a> | Atila A. Nunes              | PSL   | RJ | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 474/2015</a>  | Antonio Bulhões             | PRB   | SP | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 3534/2008</a> | Antonio Carlos Mendes Thame | PSDB  | SP | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 4675/2009</a> | Antonio Carlos Mendes Thame | PSDB  | SP | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 4720/2012</a> | Antônio Roberto             | PV    | MG | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 2749/2011</a> | Benedita da Silva           | PT    | RJ | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 4017/2012</a> | Arnaldo Jordy               | PPS   | PA | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PLP 518/2009</a> | Antonio Carlos Biscaia      | PT    | RJ | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 2882/2011</a> | Benedita da Silva           | PT    | RJ | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PDC 806/2017</a> | Arnaldo Jordy               | PPS   | PA | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 8540/2017</a> | Assis Melo                  | PCdoB | RS | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 5238/2013</a> | Benedita da Silva           | PT    | RJ | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 8862/2017</a> | Assis Melo                  | PCdoB | RS | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 6141/2016</a> | Augusto Carvalho            | SD    | DF | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 7103/2014</a> | Benedita da Silva           | PT    | RJ | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 7663/2014</a> | Benedita da Silva           | PT    | RJ | Racismo, Injúria e Discriminação |

|                              |                    |      |    |                                  |
|------------------------------|--------------------|------|----|----------------------------------|
| <a href="#">PLP 428/2017</a> | Bebeto             | PSB  | BA | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 124/2015</a>  | Benedita da Silva  | PT   | RJ | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 3071/2015</a> | Benedita da Silva  | PT   | RJ | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 4802/2016</a> | Benedita da Silva  | PT   | RJ | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 4353/2016</a> | Atila A. Nunes     | PSL  | RJ | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 5027/2016</a> | Benedita da Silva  | PT   | RJ | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 8010/2017</a> | Benjamin Maranhão  | SD   | PB | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 4356/2016</a> | Atila A. Nunes     | PSL  | RJ | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 4357/2016</a> | Atila A. Nunes     | PSL  | RJ | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 1892/2011</a> | Beto Faro          | PT   | PA | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 1315/2015</a> | Bruno Covas        | PSDB | SP | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 9785/2018</a> | Cabo Sabino        | PR   | CE | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 9756/2018</a> | Caetano            | PT   | BA | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 3918/2012</a> | Cândido Vaccarezza | PT   | SP | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PEC 478/2010</a> | Carlos Bezerra     | PMDB | MT | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 4795/2016</a> | Carlos Bezerra     | PMDB | MT | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PLP 308/2016</a> | Carlos Bezerra     | PMDB | MT | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 7428/2010</a> | Carlos Santana     | PT   | RJ | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 8462/2017</a> | Carlos Bezerra     | PMDB | MT | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 6664/2013</a> | Carlos Sampaio     | PSDB | SP | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PEC 332/2013</a> | Carlos Souza       | PSD  | AM | Políticas sociais e Estruturais  |

|                               |                                                      |       |    |                                  |
|-------------------------------|------------------------------------------------------|-------|----|----------------------------------|
| <a href="#">PL 4124/2008</a>  | Chico Alencar                                        | PSOL  | RJ | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 6177/2016</a>  | Carlos Zarattini                                     | PT    | SP | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 10476/2018</a> | Carmen Zanotto                                       | PPS   | SC | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PEC 161/2007</a>  | Celso Maldaner                                       | PMDB  | SC | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 923/2015</a>   | Cesar Souza                                          | PSD   | SC | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 6573/2016</a>  | Chico D'Angelo                                       | PT    | RJ | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 4650/2016</a>  | Cleber Verde                                         | PRB   | MA | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 11218/2018</a> | Clarissa Garotinho                                   | PROS  | RJ | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 8118/2017</a>  | Dagoberto Nogueira                                   | PDT   | MS | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PRC 295/2017</a>  | Damião Feliciano                                     | PDT   | PB | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 7563/2017</a>  | Dâmina Pereira                                       | PSL   | MG | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 3084/2015</a>  | Danrlei de Deus Hinterholz                           | PSD   | RS | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 4893/2012</a>  | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania    | -     | -  | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PDC 1440/2013</a> | Comissão de Direitos Humanos e Minorias              | -     | -  | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 5615/2009</a>  | Comissão de Legislação Participativa                 | -     | -  | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 2890/2015</a>  | Davidson Magalhães                                   | PCdoB | BA | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PDC 861/2017</a>  | Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional | -     | -  | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 5644/2013</a>  | Diego Andrade                                        | PSD   | MG | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 2853/2008</a>  | Domingos Dutra                                       | PT    | MA | Ações Afirmativas                |

|                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                 |      |    |                                  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|----|----------------------------------|
| <a href="#">PL 7053/2014</a>                                                               | Comissão de Seguridade Social e Família                                                                                                                                                                                                         | -    | -  | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 6452/2016</a>                                                               | Comissão de Seguridade Social e Família                                                                                                                                                                                                         | -    | -  | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PEC 470/2010</a>                                                               | Domingos Dutra                                                                                                                                                                                                                                  | PT   | MA | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 2230/2011</a>                                                               | Domingos Dutra                                                                                                                                                                                                                                  | PT   | MA | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 8127/2014</a>                                                               | Comissão Externa da Câmara dos Deputados, com ênus para esta Casa, para propor ações legislativas e políticas capazes de combater os recentes casos de Racismo, bem como investigar as providências adotadas pelos setores públicos e privados. | -    | -  | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 2740/2008</a>                                                               | Dr. Ubiali                                                                                                                                                                                                                                      | PSB  | SP | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 1003/2015</a>                                                               | Edio Lopes                                                                                                                                                                                                                                      | PMDB | RR | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 4608/2012</a>                                                               | Edson Pimenta                                                                                                                                                                                                                                   | PSD  | BA | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 7453/2017</a>                                                               | Efraim Filho                                                                                                                                                                                                                                    | DEM  | PB | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PLV 8/2013</a><br><a href="#">MPV59012</a><br>=> <a href="#">MPV 590/2012</a>  | Comissão Mista da MPV 590/2012                                                                                                                                                                                                                  | -    | -  | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PLV 26/2016</a><br><a href="#">MPV72916</a><br>=> <a href="#">MPV 729/2016</a> | Comissão Mista da MPV 729/2016                                                                                                                                                                                                                  | -    | -  | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 5063/2013</a>                                                               | Eliene Lima                                                                                                                                                                                                                                     | PSD  | MT | Racismo, Injúria e Discriminação |

|                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |     |    |                                 |
|------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|----|---------------------------------|
| <a href="#">PL 4201/2008</a> | Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais. | -   | -  | Políticas sociais e Estruturais |
| <a href="#">PL 7148/2017</a> | Francisco Floriano                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | DEM | RJ | Ações Afirmativas               |
| <a href="#">PL 9080/2017</a> | Francisco Floriano                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | DEM | RJ | Aspectos simbólicos e culturais |
| <a href="#">PL 2438/2015</a> | Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil                                                                                                                                                                                                                                                                                   | -   | -  | Políticas sociais e Estruturais |

|                              |                                                                                                                                                                                                          |    |    |                                  |
|------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|----|----------------------------------|
| <a href="#">PL 2444/2015</a> | Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil             | -  | -  | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PRC 63/2015</a>  | Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil             | -  | -  | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PDC 684/2017</a> | Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos relativos à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) nos termos que especifica | -  | -  | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 1556/2011</a> | Erika Kokay                                                                                                                                                                                              | PT | DF | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 7997/2014</a> | Erika Kokay                                                                                                                                                                                              | PT | DF | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 4295/2016</a> | Erika Kokay                                                                                                                                                                                              | PT | DF | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 4371/2016</a> | Erika Kokay                                                                                                                                                                                              | PT | DF | Racismo, Injúria e Discriminação |

|                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |       |    |                                  |
|-------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|----|----------------------------------|
| <a href="#">PL 6012/2013</a>  | Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência | -     | -  | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 6825/2017</a>  | Erika Kokay                                                                                                                                                                                                                                                                                     | PT    | DF | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 5673/2009</a>  | Glauber Braga                                                                                                                                                                                                                                                                                   | PSB   | RJ | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 6918/2017</a>  | Glauber Braga                                                                                                                                                                                                                                                                                   | PSOL  | RJ | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PDC 800/2017</a>  | Erika Kokay                                                                                                                                                                                                                                                                                     | PT    | DF | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 8909/2017</a>  | Erika Kokay                                                                                                                                                                                                                                                                                     | PT    | DF | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 10678/2018</a> | Erika Kokay                                                                                                                                                                                                                                                                                     | PT    | DF | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 10782/2018</a> | Erika Kokay                                                                                                                                                                                                                                                                                     | PT    | DF | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 2697/2007</a>  | Evandro Milhomen                                                                                                                                                                                                                                                                                | PCdoB | AP | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 7749/2014</a>  | Fábio Trad                                                                                                                                                                                                                                                                                      | PMDB  | MS | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 5371/2009</a>  | Fátima Pelaes                                                                                                                                                                                                                                                                                   | PMDB  | AP | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 8046/2014</a>  | Fátima Pelaes                                                                                                                                                                                                                                                                                   | PMDB  | AP | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 4412/2008</a>  | Fernando Coruja                                                                                                                                                                                                                                                                                 | PPS   | SC | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PLP 370/2017</a>  | Flavinho                                                                                                                                                                                                                                                                                        | PSB   | SP | Políticas sociais e Estruturais  |

|                               |                    |      |    |                                  |
|-------------------------------|--------------------|------|----|----------------------------------|
| <a href="#">PL 11060/2018</a> | Florianio Pesaro   | PSDB | SP | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 6881/2010</a>  | Francisco Praciano | PT   | AM | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 1685/2007</a>  | Frank Aguiar       | PTB  | SP | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 347/2011</a>   | Hugo Leal          | PSC  | RJ | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 2105/2015</a>  | Geovania de Sá     | PSDB | SC | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 3994/2015</a>  | Geovania de Sá     | PSDB | SC | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 1713/2007</a>  | Indio da Costa     | DEM  | RJ | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 6483/2016</a>  | Geraldo Resende    | PSDB | MS | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 10921/2018</a> | Giuseppe Vecchi    | PSDB | GO | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PEC 25/2015</a>   | Gonzaga Patriota   | PSB  | PE | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PDC 403/2007</a>  | Jair Bolsonaro     | PP   | RJ | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 2754/2008</a>  | Edson Ezequiel     | PMDB | RJ | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PEC 32/2015</a>   | Gonzaga Patriota   | PSB  | PE | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 7421/2014</a>  | Jair Bolsonaro     | PP   | RJ | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PDC 1662/2014</a> | Jair Bolsonaro     | PP   | RJ | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PDC 805/2017</a>  | Gonzaga Patriota   | PSB  | PE | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 452/2007</a>   | Gorete Pereira     | PR   | CE | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PEC 114/2011</a>  | Gorete Pereira     | PR   | CE | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PEC 349/2013</a>  | Gorete Pereira     | PR   | CE | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 8168/2014</a>  | Gorete Pereira     | PR   | CE | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 1824/2015</a>  | Jair Bolsonaro     | PP   | RJ | Políticas sociais e Estruturais  |

|                               |                    |       |    |                                  |
|-------------------------------|--------------------|-------|----|----------------------------------|
| <a href="#">PL 4513/2016</a>  | Goulart            | PSD   | SP | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 7590/2014</a>  | Guilherme Mussi    | PP    | SP | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PDC 949/2013</a>  | Guilherme Mussi    | PSD   | SP | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PDC 1120/2013</a> | Guilherme Mussi    | PSD   | SP | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PRC 305/2018</a>  | Helder Salomão     | PT    | ES | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 2024/2007</a>  | Henrique Afonso    | PT    | AC | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 8231/2014</a>  | Heuler Cruvinel    | PSD   | GO | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PLP 545/2018</a>  | Heuler Cruvinel    | PP    | GO | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PRC 205/2013</a>  | Iara Bernardi      | PT    | SP | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 7732/2014</a>  | Irajá Abreu        | PSD   | TO | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 5246/2013</a>  | Iriny Lopes        | PT    | ES | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 4842/2009</a>  | Iriny Lopes        | PT    | ES | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PRC 30/2007</a>   | Janete Rocha Pietá | PT    | SP | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 1518/2011</a>  | Janete Rocha Pietá | PT    | SP | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PRC 245/2014</a>  | Janete Rocha Pietá | PT    | SP | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 7720/2014</a>  | Jânio Natal        | PRP   | BA | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PDC 355/2016</a>  | Jerônimo Goergen   | PP    | RS | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PDC 360/2016</a>  | Jerônimo Goergen   | PP    | RS | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PDC 366/2016</a>  | Jerônimo Goergen   | PP    | RS | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PDC 382/2016</a>  | Jerônimo Goergen   | PP    | RS | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 2276/2007</a>  | Jô Moraes          | PCdoB | MG | Racismo, Injúria e Discriminação |

|                               |                 |       |    |                                  |
|-------------------------------|-----------------|-------|----|----------------------------------|
| <a href="#">PL 2554/2011</a>  | João Campos     | PSDB  | GO | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 10516/2018</a> | Jandira Feghali | PCdoB | RJ | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 5580/2016</a>  | João Campos     | PRB   | GO | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PEC 323/2017</a>  | João Campos     | PRB   | GO | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 570/2007</a>   | João Dado       | PDT   | SP | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 7594/2017</a>  | João Daniel     | PT    | SE | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PLP 452/2009</a>  | João Herrmann   | PDT   | SP | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PLP 452/2009</a>  | João Herrmann   | PDT   | SP | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PDC 1489/2014</a> | João Rodrigues  | PSD   | SC | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 7849/2014</a>  | João Rodrigues  | PSD   | SC | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 7067/2017</a>  | João Rodrigues  | PSD   | SC | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 8976/2017</a>  | Jones Martins   | PMDB  | RS | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 4916/2012</a>  | Jean Wyllys     | PSOL  | RJ | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 8181/2017</a>  | Jean Wyllys     | PSOL  | RJ | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 2859/2008</a>  | Jorginho Maluly | DEM   | SP | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 330/2007</a>   | José Guimarães  | PT    | CE | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 331/2007</a>   | José Guimarães  | PT    | CE | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 10651/2018</a> | José Reinaldo   | PSDB  | MA | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 4333/2016</a>  | Laura Carneiro  | PMDB  | RJ | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 2565/2015</a>  | Josi Nunes      | PMDB  | TO | Políticas sociais e Estruturais  |

|                               |                    |      |    |                                  |
|-------------------------------|--------------------|------|----|----------------------------------|
| <a href="#">PL 951/2011</a>   | Júlio Delgado      | PSB  | MG | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PLP 221/2016</a>  | Laura Carneiro     | PMDB | RJ | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 5944/2016</a>  | Laura Carneiro     | PMDB | RJ | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 1494/2011</a>  | Junji Abe          | DEM  | SP | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 7116/2017</a>  | Laura Carneiro     | PMDB | RJ | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 8415/2017</a>  | Laura Carneiro     | PMDB | RJ | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 1345/2007</a>  | Jurandy Loureiro   | PTB  | ES | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 1579/2007</a>  | Jusmari Oliveira   | PR   | BA | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PEC 228/2012</a>  | Keiko Ota          | PSB  | SP | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 1343/2011</a>  | Laercio Oliveira   | PR   | SE | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 873/2015</a>   | Laudivio Carvalho  | PMDB | MG | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 5923/2016</a>  | Laudivio Carvalho  | SD   | MG | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PDC 794/2017</a>  | Leo de Brito       | PT   | AC | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 1219/2015</a>  | Leonardo Quintão   | PMDB | MG | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 2629/2007</a>  | Lídice da Mata     | PSB  | BA | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 44/2007</a>    | Lincoln Portela    | PR   | MG | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 4531/2008</a>  | Luciana Genro      | PSOL | RS | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PDC 2227/2009</a> | Luis Carlos Heinze | PP   | RS | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 987/2007</a>   | Marcelo Itagiba    | PMDB | RJ | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PDC 2228/2009</a> | Luis Carlos Heinze | PP   | RS | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PEC 116/2011</a>  | Luiz Alberto       | PT   | BA | Ações Afirmativas                |

|                                                |                     |      |    |                                 |
|------------------------------------------------|---------------------|------|----|---------------------------------|
| <a href="#">PL 7892/2010</a>                   | Luiz Carlos Hauly   | PSDB | PR | Políticas sociais e Estruturais |
| <a href="#">PL 238/2015</a>                    | Luiz Couto          | PT   | PB | Ações Afirmativas               |
| <a href="#">PL 9693/2018</a>                   | Luiz Couto          | PT   | PB | Ações Afirmativas               |
| <a href="#">PL 9771/2018</a>                   | Luiz Couto          | PT   | PB | Ações Afirmativas               |
| <a href="#">PDC 831/2013</a>                   | Luiz Pitiman        | PMDB | DF | Políticas sociais e Estruturais |
| <a href="#">PL 192/2015</a>                    | Major Olimpio Gomes | PDT  | SP | Políticas sociais e Estruturais |
| <a href="#">PL 6312/2009</a>                   | Manoel Junior       | PSB  | PB | Políticas sociais e Estruturais |
| <a href="#">PL 734/2011</a>                    | Marcelo Aguiar      | PSC  | SP | Políticas sociais e Estruturais |
| <a href="#">PL 4051/2015</a>                   | Marcelo Belinati    | PP   | PR | Políticas sociais e Estruturais |
| <a href="#">PLV 32/2007 =&gt; MPV 384/2007</a> | Marcelo Melo        | PMDB | GO | Políticas sociais e Estruturais |
| <a href="#">PL 4026/2012</a>                   | Márcio Marinho      | PRB  | BA | Ações Afirmativas               |
| <a href="#">PL 7495/2017</a>                   | Marco Maia          | PT   | RS | Políticas sociais e Estruturais |
| <a href="#">PL 3227/2015</a>                   | Marco Tebaldi       | PSDB | SC | Políticas sociais e Estruturais |
| <a href="#">PL 8404/2017</a>                   | Marcos Montes       | PSD  | MG | Políticas sociais e Estruturais |
| <a href="#">PL 5425/2013</a>                   | Marcos Rogério      | PDT  | RO | Políticas sociais e Estruturais |
| <a href="#">PL 6574/2013</a>                   | Marcus Pestana      | PSDB | MG | Aspectos simbólicos e culturais |
| <a href="#">PDC 804/2017</a>                   | Margarida Salomão   | PT   | MG | Políticas sociais e Estruturais |
| <a href="#">PL 2442/2007</a>                   | Maria do Rosário    | PT   | RS | Aspectos simbólicos e culturais |
| <a href="#">PL 7582/2014</a>                   | Maria do Rosário    | PT   | RS | Políticas sociais e Estruturais |
| <a href="#">PDC 795/2017</a>                   | Maria do Rosário    | PT   | RS | Políticas sociais e Estruturais |
| <a href="#">PL 1994/2015</a>                   | Mariana Carvalho    | PSDB | RO | Políticas sociais e Estruturais |

|                               |                         |       |    |                                  |
|-------------------------------|-------------------------|-------|----|----------------------------------|
| <a href="#">PL 1496/2007</a>  | Mário Heringer          | PDT   | MG | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 10000/2018</a> | Marco Antônio Cabral    | PMDB  | RJ | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 3035/2015</a>  | Mário Heringer          | PDT   | MG | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 4084/2012</a>  | Miriquinho Batista      | PT    | PA | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 622/2015</a>   | Moema Gramacho          | PT    | BA | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 9913/2018</a>  | Moisés Diniz            | PCdoB | AC | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 5814/2016</a>  | Moses Rodrigues         | PMDB  | CE | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 6412/2016</a>  | Nelson Marchezan Junior | PSDB  | RS | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 7857/2014</a>  | Nelson Marquezelli      | PTB   | SP | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 803/2011</a>   | Nelson Pellegrino       | PT    | BA | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 1736/2007</a>  | Neucimar Fraga          | PR    | ES | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 1606/2015</a>  | Nilson Leitão           | PSDB  | MT | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 6748/2016</a>  | Nilto Tatto             | PT    | SP | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PDC 713/2017</a>  | Nilto Tatto             | PT    | SP | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PDC 717/2017</a>  | Nilto Tatto             | PT    | SP | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 8631/2017</a>  | Nilto Tatto             | PT    | SP | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 7391/2010</a>  | Odair Cunha             | PT    | MG | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 3645/2015</a>  | Odelmo Leão             | PP    | MG | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PEC 223/2012</a>  | Onofre Santo Agostini   | PSD   | SC | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 157/2007</a>   | Onyx Lorenzoni          | PFL   | RS | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PEC 85/2007</a>   | Onyx Lorenzoni          | DEM   | RS | Políticas sociais e Estruturais  |

|                                                                                           |                        |       |    |                                  |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|-------|----|----------------------------------|
| <a href="#">PEC 273/2013</a>                                                              | Onyx Lorenzoni         | DEM   | RS | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 5434/2016</a>                                                              | Orlando Silva          | PCdoB | SP | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PRC 342/2018</a>                                                              | Orlando Silva          | PCdoB | SP | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 4753/2009</a>                                                              | Osório Adriano         | DEM   | DF | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 759/2011</a>                                                               | Padre Ton              | PT    | RO | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 1408/2011</a>                                                              | Padre Ton              | PT    | RO | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 7320/2014</a>                                                              | Otávio Leite           | PSDB  | RJ | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 8051/2014</a>                                                              | Pastor Marco Feliciano | PSC   | SP | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 7485/2014</a>                                                              | Otávio Leite           | PSDB  | RJ | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PDC 716/2017</a>                                                              | Patrus Ananias         | PT    | MG | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PDC 726/2017</a>                                                              | Patrus Ananias         | PT    | MG | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 3605/2008</a>                                                              | Paulo Abi-Ackel        | PSDB  | MG | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 4864/2009</a>                                                              | Paulo Bornhausen       | DEM   | SC | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 1539/2011</a>                                                              | Paulo Pereira da Silva | PDT   | SP | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 2471/2007</a>                                                              | Paulo Piau             | PMDB  | MG | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 756/2011</a>                                                               | Paulo Pimenta          | PT    | RS | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PEC 399/2009</a>                                                              | Paulo Roberto Pereira  | PTB   | RS | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PDC 803/2017</a>                                                              | Paulo Teixeira         | PT    | SP | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">MPV 384/2007</a>                                                              | Poder Executivo        | -     | -  | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PLV 6/2009</a><br><a href="#">MPV45309</a><br>=> <a href="#">MPV 453/2009</a> | Pedro Eugênio          | PT    | PE | Racismo, Injúria e Discriminação |

|                               |                                   |      |    |                                  |
|-------------------------------|-----------------------------------|------|----|----------------------------------|
| <a href="#">PL 11139/2018</a> | Pedro Fernandes                   | PTB  | MA | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PDC 801/2017</a>  | Pepe Vargas                       | PT   | RS | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 8182/2014</a>  | Pedro Paulo                       | PMDB | RJ | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 2204/2007</a>  | Poder Executivo                   | -    | -  | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 2612/2007</a>  | Pepe Vargas                       | PT   | RS | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">MPV 411/2007</a>  | Poder Executivo                   | -    | -  | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">MPV 419/2008</a>  | Poder Executivo                   | -    | -  | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 760/2007</a>   | Professor Ruy Pauletti            | PSDB | RS | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 2877/2008</a>  | Poder Executivo                   | -    | -  | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PEC 233/2008</a>  | Poder Executivo                   | -    | -  | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 8229/2017</a>  | Professor Victório Galli          | PSC  | MT | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">MPV 455/2009</a>  | Poder Executivo                   | -    | -  | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 5655/2009</a>  | Poder Executivo                   | -    | -  | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 6968/2013</a>  | Professora Dorinha Seabra Rezende | DEM  | TO | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 5665/2009</a>  | Poder Executivo                   | -    | -  | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">MPV 590/2012</a>  | Poder Executivo                   | -    | -  | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 10612/2018</a> | Professora Dorinha Seabra Rezende | DEM  | TO | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 9706/2018</a>  | Rafael Motta                      | PSB  | RN | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 1714/2015</a>  | Reginaldo Lopes                   | PT   | MG | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PEC 126/2015</a>  | Reginaldo Lopes                   | PT   | MG | Políticas sociais e Estruturais  |

|                               |                    |      |    |                                  |
|-------------------------------|--------------------|------|----|----------------------------------|
| <a href="#">PL 6738/2013</a>  | Poder Executivo    | -    | -  | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 2016/2015</a>  | Poder Executivo    | -    | -  | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PEC 126/2015</a>  | Reginaldo Lopes    | PT   | MG | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">MPV 705/2015</a>  | Poder Executivo    | -    | -  | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PEC 129/2015</a>  | Reginaldo Lopes    | PT   | MG | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 10943/2018</a> | Renata Abreu       | PODE | SP | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 6787/2013</a>  | Renato Simões      | PT   | SP | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 271/2011</a>   | Ricardo Izar       | PV   | SP | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 1921/2011</a>  | Ricardo Izar       | PV   | SP | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">MPV 716/2016</a>  | Poder Executivo    | -    | -  | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">MPV 729/2016</a>  | Poder Executivo    | -    | -  | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 6787/2016</a>  | Poder Executivo    | -    | -  | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 4348/2008</a>  | Roberto Britto     | PP   | BA | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">MPV 768/2017</a>  | Poder Executivo    | -    | -  | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 1899/2011</a>  | Roberto de Lucena  | PV   | SP | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 1959/2011</a>  | Roberto de Lucena  | PV   | SP | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PDC 3112/2011</a> | Robson Tuma        | DEM  | SP | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 4521/2016</a>  | Rocha              | PSDB | AC | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 2665/2007</a>  | Rodvalho           | DEM  | DF | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 5878/2009</a>  | Rodvalho           | DEM  | DF | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 3449/2008</a>  | Rodrigo Rollemberg | PSB  | DF | Ações Afirmativas                |

|                               |                                    |      |    |                                  |
|-------------------------------|------------------------------------|------|----|----------------------------------|
| <a href="#">PL 2420/2011</a>  | Romero Rodrigues                   | PSDB | PB | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 451/2015</a>   | Rômulo Gouveia                     | PSD  | PB | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 932/2015</a>   | Rômulo Gouveia                     | PSD  | PB | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 3503/2012</a>  | Ronaldo Benedet                    | PMDB | SC | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 7789/2014</a>  | Ronaldo Caiado                     | DEM  | GO | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PEC 84/2015</a>   | Ronaldo Martins                    | PRB  | CE | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 9542/2018</a>  | Roberto Sales                      | PRB  | RJ | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 5499/2009</a>  | Rose de Freitas                    | PMDB | ES | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 6298/2013</a>  | Ruy Carneiro                       | PSDB | PB | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 1092/2007</a>  | Rogério Lisboa                     | DEM  | RJ | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 3033/2008</a>  | Sandes Júnior                      | PP   | GO | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PEC 279/2013</a>  | Sandes Júnior                      | PP   | GO | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 5370/2013</a>  | Sandra Rosado                      | PSB  | RN | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 5128/2009</a>  | Sebastião Bala Rocha               | PDT  | AP | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PRC 137/2016</a>  | Rosângela Gomes                    | PRB  | RJ | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 10285/2018</a> | Senado Federal - Donizeti Nogueira | PT   | TO | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 10421/2018</a> | Rosângela Gomes                    | PRB  | RJ | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 3913/2008</a>  | Senado Federal - Ideli Salvatti    | PT   | SC | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 3148/2008</a>  | Senado Federal - José Agripino     | DEM  | RN | Políticas sociais e Estruturais  |

|                               |                                               |      |    |                                  |
|-------------------------------|-----------------------------------------------|------|----|----------------------------------|
| <a href="#">PL 10104/2018</a> | Senado Federal - Lúcia Vânia                  | PSDB |    | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 2940/2008</a>  | Senado Federal - Paulo Paim                   | PT   | RS | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 6682/2009</a>  | Senado Federal - Paulo Paim                   | PT   | RS | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 5746/2009</a>  | Senado Federal - Serys Slhessarenko           | PT   |    | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 7332/2010</a>  | Senado Federal - Tasso Jereissati             | PSDB | CE | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 8350/2017</a>  | Senado Federal -João Capiberibe               | PSB  | AP | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PDC 1472/2009</a> | Silvio Costa                                  | PMN  | PE | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PRC 34/2015</a>   | Tia Eron                                      | PRB  | BA | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 9796/2018</a>  | Senado Federal - CPI do Assassinato de Jovens | -    | -  | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 6747/2010</a>  | Senado Federal - Cristovam Buarque            | PDT  | RJ | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 1749/2015</a>  | Tia Eron                                      | PRB  | BA | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 10158/2018</a> | Senado Federal - Lindbergh Farias             | PT   | RJ | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 2559/2015</a>  | Tia Eron                                      | PRB  | BA | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PRC 84/2015</a>   | Tia Eron                                      | PRB  | BA | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PRC 92/2015</a>   | Tia Eron                                      | PRB  | BA | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PEC 203/2016</a>  | Tia Eron                                      | PRB  | BA | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PRC 193/2016</a>  | Tia Eron                                      | PRB  | BA | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PDC 44/2007</a>   | Valdir Colatto                                | PMDB | SC | Ações Afirmativas                |

|                               |                          |       |    |                                  |
|-------------------------------|--------------------------|-------|----|----------------------------------|
| <a href="#">PDC 326/2007</a>  | Valdir Colatto           | PMDB  | SC | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 3654/2008</a>  | Valdir Colatto           | PMDB  | SC | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 1836/2011</a>  | Valdir Colatto           | PMDB  | SC | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 5910/2009</a>  | Supremo Tribunal Federal | -     | -  | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 294/2015</a>   | Valmir Assunção          | PT    | BA | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 304/2015</a>   | Valmir Assunção          | PT    | BA | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 6769/2016</a>  | Valmir Assunção          | PT    | BA | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 2268/2007</a>  | Vanessa Grazziotin       | PCdoB | AM | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 1369/2015</a>  | Veneziano Vital do Rêgo  | PMDB  | PB | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 1793/2015</a>  | Veneziano Vital do Rêgo  | PMDB  | PB | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 2487/2015</a>  | Veneziano Vital do Rêgo  | PMDB  | PB | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 2948/2015</a>  | Veneziano Vital do Rêgo  | PMDB  | PB | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 10947/2018</a> | Veneziano Vital do Rêgo  | PSB   | PB | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 4057/2015</a>  | Vicente Candido          | PT    | SP | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 2445/2007</a>  | Vicentinho               | PT    | SP | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 6024/2009</a>  | Vicentinho               | PT    | SP | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 3640/2015</a>  | Wadih Damous             | PT    | RJ | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 7720/2010</a>  | Vicentinho               | PT    | SP | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 214/2015</a>   | Vicentinho               | PT    | SP | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PEC 115/2015</a>  | Vicentinho               | PT    | SP | Políticas sociais e Estruturais  |

|                               |                   |       |    |                                  |
|-------------------------------|-------------------|-------|----|----------------------------------|
| <a href="#">PL 3551/2015</a>  | Vicentinho        | PT    | SP | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 9398/2017</a>  | Vicentinho        | PT    | SP | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 10634/2018</a> | Vicentinho        | PT    | SP | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PEC 416/2014</a>  | Vilson Covatti    | PP    | RS | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 2655/2015</a>  | Vinicius Carvalho | PRB   | SP | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 5008/2016</a>  | Vinicius Carvalho | PRB   | SP | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 1974/2015</a>  | Vitor Valim       | PMDB  | CE | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 979/2015</a>   | Wadson Ribeiro    | PCdoB | MG | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 3190/2012</a>  | Walter Feldman    | PSDB  | SP | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 320/2011</a>   | Walter Tosta      | PMN   | MG | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 6154/2009</a>  | Washington Luiz   | PT    | MA | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 1411/2011</a>  | Washington Reis   | PMDB  | RJ | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 30/2011</a>    | Weliton Prado     | PT    | MG | Políticas sociais e Estruturais  |
| <a href="#">PL 7702/2017</a>  | Weverton Rocha    | PDT   | MA | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 2835/2015</a>  | Wilson Filho      | PTB   | PB | Racismo, Injúria e Discriminação |
| <a href="#">PL 2111/2015</a>  | Zé Carlos         | PT    | MA | Ações Afirmativas                |
| <a href="#">PL 6497/2009</a>  | Zezeu Ribeiro     | PT    | BA | Aspectos simbólicos e culturais  |
| <a href="#">PL 6360/2013</a>  | Zezeu Ribeiro     | PT    | BA | Aspectos simbólicos e culturais  |

Fonte: Câmara dos Deputado (2019)

### APÊNDICE F – PARTIDOS CLASSIFICADOS PELA IDEOLOGIA

| <b>Ideologia</b>       | <b>Partidos</b>                                 | <b>Valor</b> |
|------------------------|-------------------------------------------------|--------------|
| <b>Esquerda</b>        | PSOL; PC do B                                   | 1            |
| <b>Centro Esquerda</b> | PT; PSB; PDT                                    | 2            |
| <b>Centro</b>          | PMDB; PP; PR;<br>SOLIDARIEDADE;<br>PODE; PV;PHS | 3            |
| <b>Centro Direita</b>  | PSDB; PTB; PSD                                  | 4            |
| <b>Direita</b>         | DEM; PATRIOTAS;<br>PRB; PSC; PROS               | 5            |

Fonte: Câmara dos Deputados (2019)